



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 102

QUINTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1977

BRASÍLIA — DF

### CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 89, DE 1977 (CN)

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 85, de 1977-CN (n.º 280, de 8-8-77, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.566, de 1.º de agosto de 1977, que "autoriza a subscrição, pelo Tesouro Nacional, de ações da Siderurgia Brasileira S/A — SIDERBRAS e dá outras providências".

Relator: Senador Lenoir Vargas

O Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.566, de 1.º de agosto de 1977, publicado no **Diário Oficial** do dia subsequente, que "autoriza a subscrição, pelo Tesouro Nacional, de ações da Siderurgia Brasileira S/A. — SIDERBRAS e dá outras providências".

2. O presente Decreto-lei, no art. 1.º, autoriza o Tesouro Nacional a promover a subscrição de ações da SIDERBRAS até o montante de Cr\$ 1.110.000.000,00 (um bilhão, cento e dez milhões de cruzeiros).

Segundo a Exposição de Motivos, conjunta, dos Ministros de Estado da Indústria e do Comércio e Chefe da Secretaria de Planejamento, que acompanha a Mensagem presidencial, a operação "enquadra-se no esquema de investimentos para a Siderurgia, em 1977", aprovado pelo próprio Senhor Presidente da República.

3. Os recursos para a referida subscrição, consoante dispõe o parágrafo único do art. 1.º, serão provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND, incluindo-se os recursos recolhidos ao mesmo Fundo, na forma prevista no Decreto-lei n.º 1.521, de 26-1-77.

4. De acordo com o art. 2.º, o Ministério da Indústria e do Comércio subscreverá as ações, em nome do Tesouro Nacional.

5. A Exposição de Motivos esclarece, ainda, que a SIDERBRAS já recebeu uma parte do valor total previsto para a subscrição, equivalente a Cr\$

448.800.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito milhões, oitocentos mil cruzeiros), a título de adiantamento, nos termos da autorização presidencial constante da Exposição de Motivos n.º 16-A, de 29-3-77, anexa à presente Mensagem.

Assim, do montante estabelecido para a subscrição no art. 1.º, deduzir-se-á a parcela acima referida.

6. O disciplinamento da matéria por Decreto-lei está justificada pela urgência da questão, decorrente da "necessidade de imediato aporte de capital para as empresas siderúrgicas da área da SIDERBRAS".

7. Ante o exposto, considerando que foram atendidos os dispositivos constitucionais pertinentes, somos pela aprovação do presente Decreto-lei, na forma do seguinte

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 69, DE 1977

**Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.566, de 1.º de agosto de 1977, que autoriza a subscrição, pelo Tesouro Nacional, de ações da Siderurgia Brasileira S/A. — SIDERBRAS e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.566, de 1.º de agosto de 1977, que autoriza a subscrição, pelo Tesouro Nacional, de ações da Siderurgia Brasileira S/A. — SIDERBRAS e dá outras providências.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 1977. —  
Deputado Walmor de Luca, Presidente — Senador Lenoir Vargas, Relator — Senador Eurico Rezende —  
Deputado Newton Barreira — Deputado Sílvio Abreu Júnior — Deputado Jorge Ferraz — Senador Osires Teixeira — Senador Itamar Franco — Senador Dirceu Cardoso — Senador Otto Lehman — Senador Renato Franco — Deputado Tarcisio Delgado — Deputado Rafael Faraco — Deputado Horácio Matos — Deputado João Pedro.

## EXPEDIENTE

### CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA  
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES  
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO  
Diretor Industrial

PAULO AURELIO QUINTELLA  
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

#### ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 200,00

Ano ..... Cr\$ 400,00

VIA Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 400,00

Ano ..... Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

## SUMÁRIO

### 1 — ATA DA 165ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1977

#### 1.1 — ABERTURA

#### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO PEIXOTO FILHO** — Sugestão com vista à correção de distorções do sistema educacional brasileiro.

**DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN** — Reportagem publicada no *Diário Serrano*, de Cruz Alta—RS, sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Itaúba, no rio Jacuí.

**DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO** — Documento publicado pela *Population Council* na qual é focalizado o problema do aborto no mundo.

**DEPUTADO ADHEMAR GHISI** — Apelo ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, referente ao registro de filantropia de entidades assistenciais, bem como o perdão de dívidas referentes ao não recolhimento do imposto de Previdência Social, no caso que especifica.

**DEPUTADO ALCIDES FRANCISCATO** — Agradecimento ao Senhor Presidente da República e ao Governo do Estado de São Paulo, pela assistência e ajuda prestadas à cidade de Bauru, na oportunidade do 81º aniversário de sua fundação.

**DEPUTADO SILVIO VENTUROLI** — Primeiro centenário da emancipação político-administrativa de Itapeverica da Serra — SP.

**DEPUTADO OCTACILIO ALMEIDA** — Apelo recebido de empresas do Estado de São Paulo, dirigido à FEPASA, no sentido do restabelecimento, na Estação de Limeira, do serviço de despacho de plantas vivas.

**DEPUTADO DIAS MENEZES** — Considerações sobre a campanha que vem sendo desenvolvida no sentido da privatização da VASP.

##### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 21 horas, com Ordem do Dia que designa.

### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 63/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.559, de 29 de junho de 1977, que fixa percentuais de depreciação aplicáveis a bens desembaraçados com a isenção de que tratam os incisos IV e V do art. 15 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966. **Aprovado.** À promulgação.

### 1.4 — ENCERRAMENTO.

### 2 — ATA DA 166ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1977

#### 2.1 — ABERTURA

#### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO BRAGA RAMOS** — Medidas defendidas por S. Exª, em face das reformas que vêm sendo ventiladas com vistas à retomada do processo democrático no País.

**DEPUTADO JOSÉ ZAVAGLIA** — Apelo ao Governo do Estado de São Paulo, no sentido do amparo às pequenas e médias empresas que operam com produtos de origem animal.

**DEPUTADO CÉLIO MARQUES FERNANDES** — Necessidade da adoção, no Brasil, a exemplo do que já ocorre em outros países, de medidas que visem ao combate do vício do fumo.

**DEPUTADO ATHIÉ COURY** — Apelo ao Governador do Estado de São Paulo, no sentido do cumprimento das benfeitorias prometidas para a Baixada Santista, no setor rodoviário.

**DEPUTADO REIXOTO FILHO** — Crédito aberto pela PETROBRÁS a favor da Rede Ferroviária Federal, para aquisição de equipamentos, realização de projetos e construção de instalações para transporte ferroviário de derivados de petróleo e produtos petroquímicos.

**DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA** — Necessidade da elucidação, pela polícia de Rondônia, de homicídio que especifica.

**DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA** — Declarações do Padre Iasi Júnior, publicadas em órgão da Imprensa desta Capital, referentes ao problema do indígena brasileiro.

### 2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 15, de 1977-CN (Complementar), que cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. **Aprovado**, com emendas e subemendas, após usarem da palavra na sua discussão os Srs. Gastão Müller, Jerônimo Santana, Célio Marques Fernandes, Evandro Carreira e Vicente Vuolo. À Comissão Mista.

### 2.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Lei nº 15, de 1977-CN (Complementar), constante da Ordem do Dia. **Aprovada**. À sanção.

### 2.5 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

### 2.6 — ENCERRAMENTO.

### 3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Deputado Antunes de Oliveira, proferido na sessão de 2-9-77.

— Do Sr. Deputado Antunes de Oliveira, proferido na sessão de 12-9-77.

## ATA DA 165ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1977

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO.

#### ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guimard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Beneditos — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

##### Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

##### Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

##### Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Ro-

cha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

##### Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Climaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

##### Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

##### Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

##### Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

##### Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuzza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

**Alagoas**

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

**Sergipe**

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

**Bahia**

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Baccelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

**Espírito Santo**

Aloísio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

**Rio de Janeiro**

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinhas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekél Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

**São Paulo**

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airtón Sandoval — MDB; Airtón Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturilli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

**Goiás**

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

**Mato Grosso**

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

**Paraná**

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

**Santa Catarina**

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Chisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

**Rio Grande do Sul**

Alberto Hoffman — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias —

MDB: Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Noberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

#### Amapá

Antonio Pontes — MDB.

#### Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

#### Roraima

Hélio Campos — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 353 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

**O SR. PEIXOTO FILHO** (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

De há muito venho advertindo as autoridades responsáveis sobre as deficiências do sistema educacional fluminense que tendem a agravar-se, caso não sejam adotadas medidas criteriosas que conduzam à sua pronta eliminação.

As principais causas da evasão escolar são por demais conhecidas, destacando-se a contribuição dos filhos menores para o orçamento familiar através de atividades laborativas; o êxodo rural; e por fim, a carência de escolas oficiais.

Ressalte-se que, nos últimos treze anos, para sanear a explosão inflacionária, o Governo adotou uma política econômica que tinha como um de seus pontos básicos a contenção salarial. Essas medidas acabaram por afetar o simplório mecanismo de defesa da economia doméstica daqueles que vivem de salários. Por isso, para diminuir o déficit de seus orçamentos, os chefes de família colocam mais uma pessoa para trabalhar, geralmente menor e em condições de subemprego, que gera principalmente a evasão escolar dos seus filhos, ou seja, o seu afastamento das escolas.

Acresce dizer que, com a redução do poder de compra as camadas das populações que vivem de baixas rendas empregam a quase totalidade de seu orçamento em alimentação, que por sua vez, caracteriza-se por ser quantitativa e qualitativamente insatisfatório, concorrendo para o substancial aumento de subnutrição.

Assim é que o empobrecimento cada vez mais acentuado das populações constitui o principal motivo da anunciada evasão escolar no Estado do Rio de Janeiro. As demais causas são reflexos desse constrangedor estado de quase miserabilidade em que se debatem os trabalhadores que vivem de salários. Por outro lado, não se pode negar que os membros do Magistério Público recebem vencimentos que não se compatibilizam com a dignidade da função de professor, pelo que tem havido também evasão de professores que preferem lecionar em estabelecimentos da rede escolar privada ou exercer outra profissão que lhes proporcione melhores condições de vida.

Sr. Presidente, as dotações orçamentárias para a educação, tanto na área federal como na estadual, têm sido insignificantes, apesar das reiteradas manifestações das autoridades responsáveis de que, "o Governo Revolucionário tem investido fabulosos recursos nesse setor", o que na verdade se choca com a realidade existente na quase totalidade dos Estados da Federação especialmente no Estado do Rio de Janeiro.

É bem verdade que já se falou até em criar um Fundo para o Magistério Público a ser alimentado com verbas de outros setores da administração, reconhecendo-se também a necessidade de abstenção

de mais recursos financeiros para a educação, face as distorções acima apontadas.

Desse modo, como o Governo não tem realmente condições de compatibilizar os salários com o custo de vida, atendendo a notória crise educacional com as suas causas já exaustivamente analisadas, impõe-se a adoção de medidas objetivas, tendentes a equacionar a grave problemática.

Dentre outras que poderão ser implantadas, uma destaca-se por sua característica eminentemente social. Refiro-me aos fabulosos recursos da Loteria Esportiva que são destinados a diversos órgãos do Governo.

Esta a sugestão que me permito fazer visando corrigir as distorções do sistema educacional brasileiro, especialmente, para solucionar a problemática existente no ensino do 1º Grau nas principais unidades da Federação, como exemplo mais constrangedor, o que é oferecido pelo Estado do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

**O SR. ANTÔNIO BRESOLIN** (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

*O Diário Serrano*, de Cruz Alta, dirigido pelo brilhante Jornalista Prudêncio Rocha, é um órgão que se destaca pela coragem, atuação e inestimáveis serviços que vem prestando à comunidade. Jornal moderno, muito bem feito, além de órgão norteador da opinião pública, divulga rica matéria informativa. Ainda agora está circulando com ampla reportagem sobre a usina que está sendo construída em Itaúba, no rio Jacuí, obra que vai beneficiar os Municípios de Arroio do Tigre, Espumoso, Júlio de Castilhos e Cruz Alta.

A reportagem é a seguinte:

"Em dezembro próximo será efetuado o fechamento das comportas da galeria de desvio do rio Jacuí, no local onde a CEEE constrói a Usina Hidrelétrica Itaúba, iniciando o enchimento do reservatório. A conclusão da barragem está prevista para aquele mês. O reservatório vai acumular 600 milhões de metros cúbicos d'água nos Municípios de Arroio do Tigre, Júlio de Castilhos, Espumoso e Cruz Alta, inundando 860 hectares de terras.

Todas estas terras, segundo a Superintendência de Relações Públicas da CEEE, já foram desapropriadas. Elas pertenciam a 115 proprietários e a maioria está localizada no vale, com encostas íngremes e eram, devido a topografia, pouco exploradas pela agricultura. Atualmente, não existe nenhum morador na área que será alagada. Além da conclusão da barragem, está sendo efetuada a montagem das turbinas e geradores. Itaúba deverá iniciar a gerar energia elétrica no segundo semestre de 1978.

#### A Obra

No local do aproveitamento o rio Jacuí percorre estreito vale com encostas íngremes, formando uma grande volta encachoeirada, em forma de uma ferradura, com 6,5 quilômetros de extensão, cuja topografia é ideal à implantação de barragem e demais obras necessárias à geração de energia elétrica.

A barragem terá 385 metros de comprimento e 95 metros de altura sobre o leito do rio e é do tipo enrocamento com núcleo central de argila. Serão utilizados 3,5 milhões de metros cúbicos de aterro. A bacia hidrográfica é de 10.600 quilômetros quadrados.

Para a segurança da barragem, em caso de grandes cheias, há o vertedouro, cuja função específica consiste em escoar as grandes vazões. O vertedouro, em Itaúba, está equipado com três comportas de 15 metros e vão por 20,30 metros de altura, com capacidade de escoar até oito mil metros cúbicos.

cos d'água por segundo. Nele foram aplicados 76.400 metros cúbicos de concreto.

A tomada d'água está localizada ao lado do vertedouro e fará a adubação para quatro condutos forçados que conduzirão a água à casa de força, dimensionada para receber quatro geradores de 125 mil quilowatts cada um, acoplados diretamente aos eixos das turbinas de 174 mil CV.

#### Subestação

A Subestação elevadora ficará localizada no topo do morro, à esquerda da tomada d'água e aproximadamente 100 metros acima da casa de força. Da Subestação sairão seis linhas de transmissão, sendo quatro à Subestação Cidade Industrial, em Canoas, à margem da BR-116, em 230 mil volts e com extensão de 220 quilômetros, que abastecerão a "Grande Porto Alegre". As outras duas linhas conduzirão energia respectivamente para a Usina de Passo Real e para a Subestação de Santa Maria e São Vicente.

#### Participação da Indústria Nacional

O fornecimento dos equipamentos para a Usina do Itaúba conta com a participação da indústria nacional em 88 por cento. Este estímulo à indústria brasileira levou a FINAME a decidir-se por grandes financiamentos para Itaúba.

A indústria nacional fornece os principais equipamentos, tais como as comportas do vertedouro, da tomada d'água e da galeria de desvio, os condutos forçados, quatro transformadores-elevadores de 13,8/230 K V, "stoplogs" da tomada d'água do vertedouro e do tubo de sucção, pórtico de 50 toneladas, duas pontes rolantes de 180 toneladas, chaves seccionadoras, transformadores de corrente, estruturas para a subestação e outros.

A indústria estrangeira terá a participação de 12 por cento, fornecendo apenas os barramentos blindados, disjuntores, pára-raios, divisores capacitivos de potencial e transformadores de potencial.

As turbinas e os geradores estão sendo construídos essencialmente pela indústria nacional, sendo estrangeiros, apenas, alguns componentes.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

**O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em recente documento publicado pela organização Population Council, dedicada ao estudo de população e saúde, foi feita uma ampla análise sobre o problema do aborto no mundo. Diz o citado documento que apenas oito por cento da população mundial vivem em países onde o aborto induzido é proibido incondicionalmente. E trinta e seis por cento correspondem a nações que o permitem quando se trata de certas categorias de mulheres, das quais não se exige nenhuma justificativa específica para que pratiquem a operação. Cerca de 23 por cento vivem em países onde uma série de fatores de ordem social, como por exemplo, a falta de recursos ou de uma casa decente, podem ser levados em conta ao decidir-se se a gravidez constitui ou não uma ameaça para a saúde da mulher.

Diz ainda, que quinze por cento da população mundial estão submetidas a uma lei que autoriza o aborto provocado somente para salvar a vida da mãe, enquanto outros doze por cento têm direito a pedir a intervenção por razões também sérias, como as ameaças físicas e que podem vir a sacrificar o recém-nascido.

O documento, Sr. Presidente, adverte que uma lei liberal não é suficiente para facilitar os abortos. A falta de pessoal treinado, assim como a displicência de médicos, podem prejudicar a saúde e até mesmo causar a morte da mulher que deseja abortar.

São poucos os países que têm liberalizado suas leis de aborto com o objetivo de frear o crescimento demográfico ou para fomentar o desenvolvimento sócio-econômico. Entre eles figuram Singapura e a Tunísia. Em geral, a lei de aborto objetiva principalmente acabar com as operações clandestinas, que tantas mortes e complicações ocasionam nas pacientes e ao mesmo tempo ampliar a justiça social, permitindo às mulheres pobres abortar tão facilmente quanto às ricas, além de fomentar o progresso da mulher consagrando o seu direito de fazer o que quiser com o seu corpo.

Mas, Sr. Presidente, são tantos os casos de gravidez ilegais dos quais não se têm notícia, que a verdadeira incidência do aborto induzido em escala mundial torna-se difícil de calcular. Nos países onde as estatísticas são eficazes, os abortos legais chegaram em torno de dois milhões no período compreendido entre 1973/1974. Note-se que nesta categoria não estão incluídos a União Soviética, China e o Japão, ou seja, as três nações onde se provocam, segundo os técnicos, mais abortos ilegais.

O Population Council assinala cinco principais razões para um rápido aumento de abortos ilegais em todas as partes do mundo: 1 — o fato de as jovens estarem chegando ao amadurecimento físico antecipado; 2 — a preponderância da nova ética sexual; 3 — a aceitação do aborto provocado como alternativa ideal a um matrimônio forçado ou à existência de um filho ilegítimo; 4 — a liberalização das leis; 5 — o novo posicionamento dos médicos e as modernas técnicas a seu alcance.

Outro dado importante para que se compreenda a problemática do aborto no mundo é que a maioria é praticado em mulheres entre 20 e 29 anos de idade, apesar de estar crescendo o número de jovens menores de 20 anos que a ele está recorrendo. Por outro lado, são pouquíssimos os abortos praticados após 20 semanas de gestação. Os mais tardios quase sempre são observados em mulheres de baixo nível sócio-econômico, especialmente as mais jovens, que se negam a dar crédito aos sintomas da gravidez ou que ignoram a realidade do problema.

Mesmo constituindo um ilícito penal, a prática do aborto criminoso vem assumindo no Brasil proporções assustadoras, que na opinião do Professor Rodrigues Lima, ginecologista altamente conceituado no País, tornou-se doença endêmica, sendo responsável por 50 por cento da mortalidade materna no ciclo grávido puerperal. Segundo estatísticas conhecidas, o aborto ilegal no Brasil já atingiu a significativa cifra de 1 milhão e 700 mil anuais, embora o Professor Caetano Zamitti, de São Paulo, a considere bastante modesta.

Calcula-se que 20 por cento das complicações oriundas do aborto induzido vão parar nos hospitais públicos, numa média de 140 mil casos por ano, causando uma despesa altamente significativa na rede hospitalar.

Mas, Sr. Presidente, por que existe, no Brasil, um número tão elevado de aborto criminoso? Entendo que uma das razões é a inexistência de extensos programas de planejamento familiar, os quais poderiam educar e orientar as mulheres para a prática e uso de anticoncepcionais, evitando, assim, que recorressem ao aborto que para mim é um meio criminoso de limitar a sua prole.

Em outra oportunidade voltarei a esta tribuna para, mais detalhadamente, tratar deste problema que envolve aspectos econômicos, sociais e de saúde pública, o qual merece uma atenção especial das autoridades governamentais. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Haddad. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi.

**O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Compareço a esta tribuna para fazer dois apelos ao eminente Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, Dr. Nascimento e Silva. O primeiro deles é relacionado com a concessão, que, no nosso

modo de entender, deveria ser feito às entidades de fins filantrópicos atingidas pelo efeito do Decreto-lei nº 1.572, de 1º do corrente. Através desse Decreto-lei, ficam as entidades de fins filantrópicos ou as entidades assistenciais, de uma maneira geral no País, que ainda não tiveram seus pedidos de filantropia deferidos pelo Conselho Nacional do Serviço Social, impedidas de fazê-lo.

Parece-me, Sr. Presidente, que a medida adotada pelo Governo é injusta.

E é injusta porque estas entidades já estavam vivendo uma espécie de expectativa de atendimento. Não têm elas — e são menos de 50, segundo o que nos foi informado pelo Conselho Nacional do Serviço Social, na manhã de hoje — não têm elas culpa, responsabilidade, por não ter esse órgão do Ministério de Educação e Cultura, exatamente o Conselho Nacional do Serviço Social, apreciado, com maior presteza, os pedidos de registro de suas filantropias.

Vem o Governo, através do Decreto-lei nº 1.572, de 1º de setembro do corrente ano, surpreendê-las, e impedi-las, ao mesmo tempo, de verem registradas essas mesmas entidades como entidades de fins filantrópicos, o que lhes daria a isenção de contribuição ao Instituto Nacional de Previdência Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Meu primeiro pedido, portanto, ao eminente Ministro Nascimento e Silva é no sentido que S. Exª admita aquelas entidades, que tinham processos em andamento perante o Conselho Nacional do Serviço Social, tenham esses processos examinados para que possam, ou não, sob ponto de vista de mérito, receber o benefício governamental, mas que jamais sejam arquivadas em função de um decreto que as surpreendeu, como disse anteriormente.

Outro aspecto que também gostaria de focalizar, rapidamente, em favor, ainda, de entidades filantrópicas, é no sentido de que aquelas entidades que, por força desse Decreto-lei nº 1.572, de 1º de setembro de 1977, não tiveram examinados os seus pedidos de registro de filantropias, tenham perdoados os períodos que deixaram de recolher à previdência social, pelas mesmas razões já invocadas anteriormente.

Sei, Sr. Presidente, que são pouquíssimas as entidades nessas condições e, por isso, quero apelar dessa tribuna ao eminente Sr. Ministro Nascimento e Silva para que encaminhe ao Senhor Presidente da República, postulação no sentido de ver transformada a solicitação, justa e humana, para que essas mesmas entidades não tenham que recolher importâncias atrasadas ao Instituto Nacional da Previdência Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Creio que se Sua Excelência assim proceder, estará atenuando, minimizando os graves e duros efeitos, consubstanciados no Decreto-lei nº 1.572, de 1º de setembro de 1977, que, no nosso fraco modo de entender, vem criar uma situação aflitiva para entidades assistenciais já formadas-ou que venham a se formar, mas que não terão, daqui por diante, os benefícios dos seus registros de filantropias a isentá-las perante o Instituto Nacional da Previdência Social e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcides Franciscato.

**O SR. ALCIDES FRANCISCATO** (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há um ano atrás, neste mesmo mês de agosto, um caminhão de transporte de gasolina provocou um acidente na principal avenida de Bauru, no Estado de S. Paulo. Tombando, o combustível se espalhou pelos bueiros numa extensão de 2 km aproximadamente e uma tremenda explosão destruiu a linda via, que tem o nome de Nações Unidas.

O desencanto tomou conta do povo, pois o desastre parecia irreparável à vista dos limitados recursos da Prefeitura local. Para reconstruir a parte afetada, de enorme extensão, eram necessários vários milhões de cruzeiros e a época, de restrição creditícia, não se prestava para tentar empréstimos bancários.

Acontece que, por um capricho do destino, nesse mesmo dia esteve em Bauru o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, que honrou com sua presença mais um aniversário da cidade. A explosão ocorreu quando o Presidente já se tinha retirado, em direção à vizinha cidade de Jaú.

Inteirado do desastre, o Senhor Presidente Geisel se prontificou a socorrer a cidade de Bauru, fortemente atingida por aquele acontecimento calamitoso, o mesmo prometendo fazer o eminente Governador de São Paulo, Egidio Martins, tendo os dois estadistas cumprido integralmente com a promessa.

E, agora, mal transcorrido um ano do evento, Bauru festeja seu 81º aniversário de fundação com essa avenida inteiramente reconstruída e até apresentando um aspecto mais formoso.

Tudo devido a assistência prestada pelo Presidente de todos os brasileiros, a quem os bauruenses, por esse e outros motivos, prestam suas maiores homenagens, nelas associando o Senhor Governador, Paulo Egidio Martins, digno também do maior respeito e apreço.

É o que solicito que conste da Ata dos nossos trabalhos, como testemunho histórico da cidade de Bauru. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sylvio Venturolli.

**O SR. SYLVIO VENTUROLI** (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Comemorou-se, no dia oito de maio próximo passado, o primeiro centenário da elevação de Itapequerica da Serra, SP, à categoria de Vila. O ato foi feito mediante a Lei Provincial nº 33, de 8 de maio de 1877.

Fundada há 415 anos de vida pelos padres da Companhia de Jesus e fruto de aldeamento indígena, Itapequerica da Serra foi produto direto de um levante indígena que culminou em ataque ao Colégio de Piratininga, motivo pelo qual os jesuítas se viram na contingência de ter de criar diversos núcleos de índios catequizados, entre os quais Carapicuíba, Embu, Guarulhos, São Miguel e Itapequerica da Serra.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, a radical mudança que a nova Vila passou a experimentar, depois de sua emancipação político-administrativa, se deveu à presença de novos colonizadores, de origem alemã, que, custeados pelo Governo brasileiro, ali se haviam instalado desde 1827. O aldeamento indígena foi transformado em colônia pelo Aviso do Ministério datado de 8 de novembro de 1827.

Daí para cá, a cidade experimentou grandes transformações e só não experimentou crescimento muito maior devido ao fato de estar ao lado da Capital Bandeirante, que absorveu grande parte de seu progresso. Hoje, Itapequerica da Serra faz parte da Região do Grande São Paulo.

Sendo uma cidade pobre em recursos econômico-financeiros, mas rica na natureza e em potencial turístico, conta, ainda, com uma outra riqueza com que poucas cidades brasileiras contam: um terço de sua população se compõe de estudantes de todos os níveis, riqueza humana incomensurável da qual pode se orgulhar.

Congratulo-me, pois, com o povo e com as autoridades de Itapequerica da Serra pelo transcurso do 1º Centenário de sua emancipação político-administrativa. Transmito, desta tribuna, ao Prefeito Antônio Balduino, ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Archibaldo Costa e a todas as outras autoridades locais nossos calorosos cumprimentos pela efeméride histórica na vida de uma das mais antigas Vilas do Brasil, que já caminha para o seu quinto centenário de fundação.

Diz a lenda, Srs. Congressistas, que o nome de Itapequerica da Serra derivou de uma expressão indígena que designava um tipo ali muito encontrado de pedra lisa e escorregadia, da qual, aliás, ainda existem exemplares no município, bem como em algumas de suas mais vetustas construções, como a imponente Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, que é a padroeira do município.

Nem isto, entretanto, foi suficiente para afugentar dali a afluência de pessoas de outros continentes. Parece que a pedra lisa e escor-



regadia, ao invés, serviu como elemento catalisador, pois para lá afluíu, também, expressiva colônia japonesa, que, hoje, ajuda a compor a grandeza da cidade que tem a dita de ver, no mesmo ano, a comemoração de duas datas importantes: os 415 anos de sua fundação e os 100 anos de sua emancipação político-administrativa. Salve, pois, Itapeerica da Serra!

Era o que tinha para dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Octacílio Almeida.

**O SR. OCTACÍLIO ALMEIDA** (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O problema ferroviário no Estado de São Paulo vai de mal a pior. Quando há trens, não há cargas; quando há cargas, não há vagões ao transporte.

É este o tristonho dilema que deparamos, após o desaparecimento da autonomia das Estradas de Ferro Paulista S.A., Sorocabana e Araraquarense, formando o conglomerado FEPASA.

O assunto é sério, chegando a perturbar o transporte comercial, como esclarece ofício encaminhado ao Governador do Estado pela firma Dierberger Agrícola S.A., apoiada pelo sindicato dos Lojistas de São Paulo.

Permito-me, Srs. Congressistas, ler o referido ofício na íntegra, por esclarecer totalmente o assunto:

“Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo:

As empresas que subscrevem o presente memorial dirigem-se a Vossa Excelência a fim de expor e pleitear o seguinte:

1 — Há mais de cinquenta anos vinha a Estação de Limeira, da atual FEPASA, aceitando despachos de plantas vivas, destinadas a inúmeras regiões do Estado de São Paulo e do País, em vagão incorporado aos comboios de passageiros, sistema que vinha funcionando satisfatoriamente.

2 — Ultimamente, porém, a FEPASA deliberou suprimir esse tipo de transporte, passando a recusar os despachos solicitados, obrigando os interessados a recorrer ao transporte rodoviário, na maioria dos casos impraticável ou exageradamente oneroso, devido à multiplicidade dos destinos de pequenas encomendas.

3 — Por outro lado, essa substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário contraria as diretrizes da política econômica do Governo Federal, orientada no sentido exatamente oposto, de substituição do transporte rodoviário pelo ferroviário, como fator de economia de derivados de petróleo.

4 — Ora, a FEPASA é uma empresa de prestação de serviço público, da qual depende a prosperidade do Estado e da Nação, como fator de dinamização das atividades econômicas, motivo pelo qual essa prestação de serviço deve ter prioridade, com relação a pequenos inconvenientes, alegados como motivo da supressão do transporte, tal como era tradicionalmente feito.

5 — Tendo o Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo, como representante legal da categoria econômica do comércio de sementes e mudas, pleiteado o restabelecimento do carro-breque, referido no item 1º supra, a FEPASA, em ofício GP 277/77 de 25-5-77, dirigido ao Senhor Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, cuja cópia foi encaminhada àquele Sindicato, procurou justificar a supressão do carro-breque, atribuindo a reivindicação de seu restabelecimento a uma única empresa — Dierberger Agrícola S.A. — quando, na verdade, a reivindicação é de fundamental interesse de dezenas de empresas, entre as quais se contam as que subscrevem esse memorial.

6 — No citado ofício, justifica a FEPASA a medida com as seguintes considerações:

“Instada pela conjuntura atual a racionalizar os seus serviços e reduzir seus custos, a FEPASA, entre outras

medidas adotadas com esse objetivo, suprimiu os carros-breque de seus trens de passageiros.

Essa medida, altamente saneadora, permitiu eliminar um peso morto dos referidos trens, reduzindo-lhes o custo de transporte e aumentando sua velocidade comercial, seriamente prejudicada pelas retenções prolongadas em estações, para operação de carga e descarga de pequenas encomendas.”

7 — Permitimo-nos, Senhor Governador, observar que essa medida de economia não justifica a eliminação de um serviço de relevante interesse para a economia nacional e especialmente para as atividades agrícolas, consistente na distribuição por encomenda de mudas e plantas vivas.

8 — Considerando que os inconvenientes apontados pela FEPASA podem ser minimizados, harmonizando-se os seus interesses com os dos usuários e da coletividade, as empresas subscritas apelam para Vossa Excelência no sentido do restabelecimento, pelo menos parcial, duas ou três vezes por semana, do serviço suprimido.

Com protestos do mais alto e respeitoso apreço, subscrevem-se,

São Paulo,

Era isto, Sr. Presidente, o que tinha a transmitir à Casa. Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dias Menezes.

**O SR. DIAS MENEZES** (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em mais de uma feita, ocupei a paciência e a atenção dos meus ilustres companheiros para focalizar situação que, se interessa de perto ao meu Estado, não é menos pertinente aos interesses maiores do País. E como as razões que me inquietavam, longe de se terem mitigado, crescem, vejo-me obrigado ao retorno ao assunto.

Refiro-me ao caso da Viação Aérea São Paulo, hoje vítima de uma escalada que pretende por sua derrocada, entregá-la a grupos privados, em condições que tirariam à operação o caráter de simples negócio para transformá-lo em temerária empresa. Sob os auspícios do Governo Federal, contra o Governo de S. Paulo, cujo titular maior assiste perplexo a tudo.

Srs. Deputados:

Passa-se, no seio da aviação comercial, inteiramente submetida aos caprichos do Poder Central, um processo que merece a atenção de quantos, neste País, cuidam de moldá-lo dentro de uma feição de seriedade e de grandeza. Durante o desenrolar dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada na Câmara dos Deputados para investigar problemas da aviação comercial, trabalhos esses decorridos sob a minha presidência, verificou-se que aquele setor dos Transportes é objeto de discriminações, realizadas em nome de “privatismo”. É que, sob esse eufemismo, vem a União estimulando a formação de um oligopólio, que, se não detido a tempo pelo Senhor Presidente Ernesto Geisel, poderá estuar na existência de uma única empresa de aviação comercial: seria a PETROBRÁS na terra e a VARIG no ar.

Os episódios são da memória de todos e, ao lembrá-los, pretendemos não exumar um passado de equivocadas decisões, de inspirações misteriosas e de interesses discutiáveis: primeiramente, a inconcebível entrega da Panair à Varig, por motivos que a União não pode explicar; agora mui recentemente, a doação da Cruzeiro do Sul à mesma Varig, que, para tanto, obteve empréstimo, no Banco do Brasil, em condições que, se realizadas em um dos governos anteriores à Revolução de 1964, teria, certamente, ensejado as severas punições. O empréstimo, de cerca de 300 milhões de cruzeiros, tem o prazo de resgate de 15 anos, com 3 de carência, com juros de 8% e ~~sem correção monetária~~. Nesta Casa têm assento numerosos homens de negócios, que mercadejaram, ou ainda o fazem, às portas dos estabele-



cimentos oficiais de crédito, para poderem realizar determinadas operações, que garantam a continuidade sacrificada de seus negócios.

A eles eu indago, acima das considerações de partido: qual dos Srs. obteve condições semelhantes? Qual foi beneficiário da queda desse tabu — Correção monetária?

E não apenas essa exceção: prazo de resgate e de carência e taxas de juros, sem similar em operações oficiais. E, na posse desse dinheiro, a Varig pode pagar as ações da Cruzeiro, caucionando-as em seguida, ao credor oficial.

Falei, Srs. Deputados, em discriminações: pois bem, a VASP, entidade do Governo do Estado de São Paulo, em cuja chefia se encontra ilustre homem público da intimidade do Presidente da República, essa VASP não conseguiu, embora pene há mais de um ano, modesto empréstimo, nesse mesmo Banco do Brasil, em prazos mais reduzidos, juros maiores e com correção monetária. E esclareça-se logo: seu risco, naquele estabelecimento bancário, é muito menor do que o da Varig, ou praticamente inexistente.

Por que isso, Srs. Deputados?

Em nome de um privatismo, que leva o Governo a abrir suas burras, com generosidade a determinados grupos, para fechá-las hermeticamente a outros, pela simples razão de serem essas oficiais. Esse seria o raciocínio mais simplista, pois o que está por detrás de toda essa estranha campanha é o propósito de impor à VASP uma situação de crise, levando-a à exaustão que a obrigue a "privatizar-se", ou seja, a aceitar ser entregue à mesma VARIG, por preço vil. Mais claramente, aviltar seu patrimônio para que suas ações possam vir a ser compradas por quaisquer dois mil réis de mel coado...

Mera especulação? Os fatos, infelizmente, atestam cada dia, estar em pleno desdobramento esse deplorável processo, ao qual não está alheio o Governo Central. Os fatos? Ei-los: as investidas pela privatização do Ministro da Aeronáutica; a recusa do empréstimo por parte do Banco do Brasil; a negativa para a expansão da empresa; e, agora, acusações de Conselheiros (poucos, é verdade) do Tribunal de Contas de São Paulo, para indignação de seus compatriotas.

Desejo, na oportunidade, deter-me no problema do Tribunal de Contas do meu Estado, onde, por questões, quem sabe, ligadas à política interna da ARENA — hoje estiolada em miríades de alas — alguns de seus membros vem servindo àqueles interesses contrários à VASP. É que, na semana passada, jornal da capital paulistana estampou trechos de supostas irregularidades apontadas em diligências pedidas por um Conselheiro, e o documento reservado dado a público dolosamente, exigindo a abertura de inquérito destinado a apurar a responsabilidade da divulgação.

Posso lhes dizer, Srs. Deputados, que conheço o teor das increpações aludidas, pois foram as mesmas que a ousadia estipendiada trouxe à consideração da CPI, que simplesmente, após meses de audiências, pesquisas, leituras de documentos, não o julgou relevante. Trata-se, em síntese, dessas pequenas imperfeições formais comuns a quase todas prestações de contas, sem nenhum dolo, pois a tanto não chegaram as fúrias acusatórias. Repito aqui: não se pôs em dúvida, no episódio do exame das contas relativas ao ano de 1975 — que são as *sub-judice* naquela Corte — a inquestionável honorabilidade da atual administração, que por sinal, iniciava sua gestão justamente em meados daquele mesmo ano de 1975.

Mas, agora no Tribunal, espicaçado por outra espécie de interesses, deu-se a iniciativa como essa de embaralhar as coisas com indagações sobre contas em exame, e dando à publicidade, contra deliberação de seus próprios pares, procedimentos ligados à fase interlocutória.

O que surgiu na imprensa, por sua pobreza incriminatória, não merece roubar as atenções desta Casa. Até porque, sendo problema de domesticidade do Estado, tenho notícia de que deputado estadual da ARENA fará análise detalhada do problema, se é que já não o fez na tribuna de nossa Assembleia Legislativa.

Apenas um detalhe: o estardalhaço, junto à publicidade irregular, que se fez em torno de rotineiras diligências, revela a ponta da trama a que aludimos como mote desse nosso discurso.

A inspiração é a tal da "privatização", com a finalidade que apontamos. Tese, por sinal, em que o Sr. Ministro da Aeronáutica insiste publicamente, tendo inclusive, a levado à consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da República que, certamente, ao decidir, não se louvara apenas nas considerações do Departamento de Aviação Civil, mera repartição do Ministério da Aeronáutica, mas também, nas considerações que, na oportunidade, lhe serão apresentadas pelo Governador Paulo Egydio Martins.

A insistir na aplicação imediata da referida tese, o Sr. Ministro, por sinal, reitera seu desamor ao Legislativo, ao qual decidiu não dar explicações solicitadas sobre a matéria, bem como decidiu que qualquer oficial-brigadeiro o fizesse. Isso porque, nas Conclusões do Parecer da CPI da Câmara Federal, textualmente constam duas recomendações ao Ministério da Aeronáutica:

"2. Ao Ministério da Aeronáutica que:

2.1. Adote uma definição quanto à posição da Transbrasil S/A dentro da indústria do transporte aéreo;

2.2. Não seja efetivada a privatização da VASP, nos próximos anos;

2.3. Crie, para a VASP, as necessárias condições para expandir a sua estrutura técnico-operacional;

2.4. ...."

Ora, Srs. Deputados, nenhuma dessas Recomendações foi levada em consideração por S. Ex<sup>a</sup>, que assim, reitera o seu despreço pelo Legislativo, como um todo, uma vez que o documento em questão foi igualmente assinado pelos Srs. Deputados da ARENA, dentro de uma consideração superpartidária que o problema merecia. Tratava-se, como se trata, Sr. Presidente, do Brasil; nem de São Paulo, nem da VARIG.

Essas, Srs. Deputados, as condições que o momento me aconselha. Retornarei a elas, com folga de tempo, para pôr a nu maiores detalhes da urdidura em processamento. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Está encerrado o período de breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 21 horas, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 15, de 1977-CN (Complementar).

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 80, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.559, de 29 de junho de 1977, que fixa percentuais de depreciação aplicáveis a bens desembaraçados com a isenção de que tratam os Incisos IV e V do artigo 15 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo pelas duas Casas do Congresso Nacional e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se à sessão às 12 horas e 15 minutos.)

**ATA DA 166ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1977**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura**  
**PRESIDÊNCIA DO SRS. PETRÔNIO PORTELLA E JOSÉ LINDOSO.**

*ÀS 21 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:*

Adalberto Sena — José Guimard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Arnou de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Caparêma — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

**E OS SRS. DEPUTADOS:**

**Acre**

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

**Amazonas**

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

**Pará**

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

**Maranhão**

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

**Piauí**

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

**Ceará**

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

**Rio Grande do Norte**

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

**Paraíba**

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

**Pernambuco**

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

**Alagoas**

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansção — MDB.

**Sergipe**

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

**Bahia**

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

**Espírito Santo**

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

**Rio de Janeiro**

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darclio Ayres — ARENA; Dado Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA;

Emanoel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Osvaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abri-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

#### São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

#### Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

#### Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Bares — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

#### Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

#### Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

#### Rio Grande do Sul

Alberto Hoffman — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Noberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

#### Amapá

Antonio Pontes — MDB.

#### Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

#### Roraima

Hélio Campos — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 353 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Braga Ramos.

**O SR. BRAGA RAMOS (ARENA — PR.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Fórmulas e fórmulas estão sendo propostas visando à retomada do processo democrático em toda a sua plenitude:

— prorrogação dos mandatos parlamentares para facilitar a coincidência geral em 1980.

— extinção das agremiações existentes e imediata substituição pelos novos partidos que seriam admitidos sem os rigores das exigências atuais.

— realização de eleições sem quaisquer partidos e os eleitos se inscreveriam nas agremiações criadas depois do pleito.

— realização de eleições em 1978 no regime do bipartidarismo, o qual, dia seguinte ao das eleições, seria extinto e criados novos partidos.

— eleições sem votos de legenda.  
— revogação da obrigação de votar. E por aí afora, anda a imaginação criadora dos políticos funcionando a todo o vapor, como se vê.

Partindo da premissa de que há descontentes nos partidos vigentes, parece-me que a primeira medida viável seria a de arrumar as coisas na ARENA e no MDB, permitindo algumas trocas de posições, com a supressão provisória da fidelidade partidária, mesmo porque não vejo nenhuma necessidade de extinguir qualquer deles, ambos vinculados, na origem, à Revolução.

Acomodadas as posições, depois desse reajuste inicial, surgiriam, imediatamente, novas legendas para receber os brasileiros que não se inclinam a aceitar filiação no partido situacionista ou no da oposição, de modo a acontecerem as eleições de 78 com uma estrutura partidária capaz de absorver todas as tendências políticas, sem, evidentemente, os exageros anteriores a 64. Essa é a minha opinião, não tenho pretensão de chamá-la "fórmula", nem lhe reclamo a originalidade.

Sou pela reprovação da imediata substituição dos partidos atuais por novas legendas. Os que os sucedessem não nasceriam de bases populares (por falta de tempo) nem seriam vinculados à Revolução. Esta, a meu ver, não deve despojar-se das legendas que, democraticamente, a sustenta.

Sou contra a realização de eleições com os partidos existentes, para suprimi-los antes de conhecidos os resultados do pleito. Seria desrespeitar a manifestação popular.

Reprovo a realização de eleições sem partidos, que seriam criados depois, porque isso seria a inversão da pirâmide que sustenta a estruturação política tradicionalmente adotada no mundo inteiro.

É aceitável a tese da eleição sem o voto de legenda. Não haveria violência contra ninguém e o eleitor escolheria os melhores candidatos de cada partido, sem o risco de concorrer, com seu voto, para a eleição de pessoas nas quais, conscientemente, não votaria.

Quanto a facultar o direito de votar, é tese que exige melhor reflexão. Em princípio, não vejo conveniência em adotá-la no Brasil, onde a qualificação do eleitorado ainda deixa muito a desejar.

O que importa, finalmente, é que encontremos o caminho mais conveniente para a vida política do País. Nessa direção, todos os esforços são válidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Zavaglia.

**O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há bem pouco tempo o Ministro do Planejamento, Sr. Reis Velloso, anunciava uma série de medidas objetivando a um maior apoio às pequenas e médias empresas.

Se recorrermos a uma análise do que se tem dito oficialmente a respeito das variadas formas de atividade econômica que se desenvolvem no País, veremos que a preocupação fundamental do Governo é a inflação, seu controle e a maneira pela qual se deva conciliá-la com taxas de crescimento que não nos levam a uma estagnação completa. Em outras palavras, ao se proceder à desaceleração da economia, evitando-se, assim, o excesso de demanda e investimentos, fatores considerados agravantes do processo inflacionário, procurou-se também fugir à recessão.

Ainda no contexto das declarações oficiais, o Governo afasta a possibilidade de o Estado vir a ocupar espaços vazios na economia, diante de uma possível retração do empresário privado. Lançando ao empresariado privado desafios na forma de alguns programas de substituição de importações, o Governo reserva a si mesmo o papel de investidor de último recurso, desde que esgotadas as últimas alternativas.

Essas manifestações se faziam necessárias, dada a incerteza e a insegurança existentes no meio empresarial, que dificultavam a ação da iniciativa privada. Esta, não tendo noção precisa sobre as regras

do jogo, oscilava na hora de se decidir pelos investimentos, o que resultava em atrasos aos programas determinados no II Plano Nacional de Desenvolvimento.

É a partir das premissas anunciadas que o Governo estabelece medidas importantes de apoio à pequena e média empresas, abrindo, com novas fontes de recursos colocadas à disposição de capitalização da empresa, os caminhos para a concretização daquilo que propõe.

Convém também acrescentar que a essas medidas juntaram-se outras já existentes, inseridas em nossas leis e à procura de objetivo semelhante. É o caso da Lei nº 6.275, de 1º de dezembro de 1975, que acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 5760, de 3 de dezembro de 1971.

Essa lei, protetora das pequenas e médias empresas de produtos de origem animal, visa à formação de convênios entre os Estados e a União para a ação fiscalizadora das condições higiênico-sanitárias, necessárias ao funcionamento dessas empresas.

A saúde pública tem procurado corrigir distorções que ocorrem em empresas que se dedicam à industrialização de produtos de origem animal. Geralmente escassas em recursos próprios, essas empresas se vêem impossibilitadas de atender as exigências oficiais, gerando desse fato, via de regra, o encerramento de suas atividades, o que tem acarretado além dos problemas de ordem econômica, problemas sociais graves.

Sensível a esse problema, o Governo estabeleceu a Lei nº 6.275, que em seu art. 3º, a respeito das interdições, estabelece:

"As interdições estabelecidas com base na Lei número 5.760, de 3 de dezembro de 1971, poderão ser suspensas mediante requerimento das empresas que se obriguem a ajustar-se às exigências constantes no Regulamento a que se refere o artigo anterior."

Mas como está previsto na própria Lei, é preciso que haja o convênio competente para que as interdições já existentes venham a ser suspensas. A Lei vai completar dois anos e São Paulo, Estado orgulho da Nação, ainda não firmou o compromisso que o habilitaria ao exercício da ação fiscalizadora em benefício das empresas que lá estão sediadas.

Esta é a razão pela qual fazemos um apelo ao nosso governador, Paulo Egydio Martins, no sentido de que siga o exemplo do Rio Grande do Sul que já firmou convênio com o Ministério da Agricultura para a inspeção sanitária. Não somos nós que clamamos por essa iniciativa, mas sim as associações de classe que congregam as empresas do setor. É imperioso que o convênio seja assinado porque é dever do Estado facilitar a ação das empresas que por contingências de ordem econômica, ditadas pelo momento difícil por que atravessa todo o País, encontram-se impossibilitadas de se ajustarem à lei.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Célio Marques Fernandes.

**O SR. CÉLIO MARQUES FERNANDES (ARENA — RS.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Acaba a Inglaterra de aderir à campanha, há tempos em andamento nos Estados Unidos, contra o vício de fumar. Para começo, cada maço de cigarro produzido ou vendido no País, terá, obrigatoriamente, de indicar, de modo bem nítido: "O fumo prejudica gravemente a saúde", estando proibida qualquer forma de publicidade das marcas com alto teor de alcatrão.

Antes do fim do ano, essa proibição vai ser estendida a todas as diferentes marcas, seja qual for a quantidade daquele tóxico nelas adotada. Além do mais, solicitou o Governo britânico aos países integrantes da Comunidade Econômica Europeia a elevação dos impostos que incidem sobre os cigarros e ainda, a proibição de fumantes nos serviços públicos (ônibus, trens e metrô) nas salas de espera dos cinemas e teatros e até nas lojas comerciais. Esta última parte é muito importante, pois a pessoa que está em ambientes fecha-

dos onde outras fumam, tem brônquios e pulmões afetados pela fumaça e componentes tóxicos que é obrigada a inalar, o que é considerado pelos médicos como perigoso para quem sofre de problemas respiratórios.

Tudo isso, é claro, não pode ainda ser motivo de cogitação aqui no Brasil. E dizemos "ainda" porque o dia chegará em que seremos suficientemente civilizados para adotar atitudes semelhantes.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o fumo está matando cada vez mais no mundo. Na viagem que fizemos recentemente ao Oriente, constatamos a preocupação de todas as autoridades contra o vício de fumar. É necessário que o Brasil entre também nestas campanhas que visam salvar o homem do martírio da morte por câncer pulmonar. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Athiê Coury.

**O SR. ATHIÊ COURY** (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O desenvolvimento de uma comunidade se mede pelo espírito de realização de seu povo. E é fundamentado nesse princípio, Senhor Presidente e Senhores Congressistas que, desta tribuna, rendo forças às reivindicações dos habitantes do Município de Santos — localidade que tenho a subida honra de representar nesta Casa —, no sentido de solicitar do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo as urgentes e necessárias providências para o cumprimento das benfeitorias prometidas por seu Secretário dos Transportes à Baixada Santista.

Ora, Sr. Presidente, ninguém ignora que a região em tela é de inegável importância para o Estado. É ela a vertente do comércio efetuado através da orla marítima para as grandes metrópoles e cidades circunvizinhas, atendendo, assim, tanto ao processo de importação quanto ao de exportação; é dela que emana a esperança de dias promissores para o nosso Estado e para o nosso povo; é ela a nossa preocupação, tendo em vista o espetáculo desanimador que se nos apresenta em face do não cumprimento das promessas feitas.

Lastimável o comportamento das autoridades competentes ao assumirem a posição de indiferença diante das necessidades daquela população que se encontra, ainda hoje, a mercê de promessas, promessas, promessas... Aquela gente não deseja mais ouvir e, sim, ver; deseja testemunhar o reinício das obras de infra-estrutura, prometidas com veemência pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado; aquela gente não deseja mais ser relegado ao descaso.

Difícil se torna comungar certas atitudes que vêm de encontro aos anseios do povo.

Somos daqueles que acreditam que "Governar é construir estradas". Porém, não só abrir, pavimentando e asfaltando mas, em especial, conservando. Admitimos até mesmo o imperativo categórico que surgiu desse trinômio, ou seja, a cobrança de pedágio, que entendemos não como fim, mas como meio de propiciar a alvorada de novos caminhos, de novas artérias.

Aceitamos, na época, o aumento do referido pedágio, não nos termos exorbitantes em que foi posicionado, soltando as rédeas para a inflação e consequentemente prejudicando a vida dos que lá residem e aportam, mas, confiantes nas ponderações do Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes: "Com a arrecadação proveniente dessa medida, mais de quatrocentos mil cruzeiros serão investidos na Baixada". Essa e outras promessas perduram no olvido e Santos continua a ostentar a bandeira das cidades abandonadas.

Ali, onde a "Rodovia dos Imigrantes" se impõe ao País e ao mundo como uma obra de arte, alinham-se pântanos, matagais, casebres, vias vicinais que bem propriamente poderiam ser chamadas de "picadas".

Nosso apelo, Sr. Presidente, é para que os altos dirigentes daquele Estado se voltem para os problemas cruciantes, cravados entre as montanhas e o mar, que ascendem do saneamento básico à conservação do belo existente no paisagismo natural legado à região.

É o que tinha para dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

**O SR. PEIXOTO FILHO** (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Desde o primeiro mandato de Vereador, depois como Deputado Estadual e durante os dois últimos mandatos de Deputado Federal tenho inspirado minha ação política exclusivamente no espírito construtivo, o sentido do bem público.

Assim, não podia omitir-me, quando me deparo com uma iniciativa da PETROBRÁS, possibilitando o reequipamento da Rede Ferroviária Federal. Por isso, impõe-se-me o dever de registrar o convênio recentemente firmado entre a PETROBRÁS e a RFF, pelo qual foi aberto crédito de seiscentos milhões para utilização através da Rede, na aquisição de equipamentos, realização de projetos e construção de instalações para transporte ferroviário de derivados de petróleo e produtos petroquímicos, em um prazo de três anos.

Ressalte-se que o convênio assinado pelos presidentes das duas empresas — Araken de Oliveira, da PETROBRÁS, e Stanley Forbes Batista, da Rede — considerou o interesse nacional de incentivar o transporte ferroviário e obter, em relação ao rodoviário, uma utilização mais econômica de combustíveis.

Entre os investimentos a serem incluídos no convênio está a compra de vagões para transporte de gás liquefeito de petróleo da Bolívia, além de vagões específicos para transporte de fertilizantes com o objetivo de escoar a produção de amônia e uréia das fábricas a serem implantadas no Paraná, Sergipe e Norte Fluminense.

Igualmente, o convênio deverá incluir construção de ramais e pátios ferroviários nas três fábricas de amônia e uréia em implantação pela PETROBRÁS Fertilizantes S. A., com entrada em operação prevista para março de 1979 (Paraná), 1º trimestre de 1980 (Sergipe) e 1º trimestre de 1981 (Norte Fluminense).

Também estão previstas ligações ferroviárias em Candeias (Bahia) e Campos Elísios, Duque de Caxias (Rio de Janeiro), além de 17,6 km de linhas e terminal ferroviário destinado ao Pólo Petroquímico do Nordeste, em Camaçari, Bahia.

Ainda mais: a realização do convênio considerou também a necessidade de racionalizar o transporte de derivados de petróleo no País e o interesse da Rede em dotar seu sistema de equipamentos das condições operacionais adequadas ao transporte ferroviário de derivados.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao Deputado Antônio Bresolin. (Pausa.)

Sr. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao Deputado Erasmo Martins Pedro. (Pausa.)

Sr. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao Deputado Jerônimo Santana.

**O SR. JERÔNIMO SANTANA** (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A população de Porto Velho foi tomada de luto e pesar pelo brutal assassinato do jovem Engenheiro João de Deus Simplício, à traição e na calada da noite.

João Simplício era engenheiro da Centrais Elétricas de Rondônia e filho de família pioneira radicada em Rondônia; seu pai, Sr. Hortêncio Simplício, muito se esforçou para propiciar estudos aos filhos. João Simplício, depois de formado, voltou a trabalhar no Território, o que não é muito comum.

No CERON, João Simplício era bem aceito e bem relacionado com o funcionalismo. Jovem engenheiro, profissional discreto e preocupado com a eficiência e seriedade de suas funções, acreditava no Território e em sua gente, tanto que a ele dedicou sua nobre profissão. Não pesava contra João Simplício reclamações, daí a dor e a revolta da população de Porto Velho que, até hoje, não sabe o motivo de tão brutal assassinato deste engenheiro que só fez trabalhar para o bem do Território.

O crime permanece envolto no mistério, pois até hoje nada se descobriu, como também não foram apurados outros assassinatos, não se sabendo se graças às deficiências da Polícia, ou se é porque se trata mesmo, de crime de difícil elucidação.

As versões são várias e a opinião pública está cobrando do Governo do Território uma satisfação. Esse Governo que é tão eficiente em armar inquéritos caricatos, para perseguir os integrantes do MDB, deve agora mostrar sua eficiência na averiguação desses crimes. Para perseguir os integrantes do MDB, o Governo do Território abre inquéritos, atendendo a pedido feito por grileiros, como é o caso do Muqui.

Esse Governo que persegue os Vereadores do MDB, como é o caso de Cloter Mota, Noé Inácio dos Santos, João Gonzaga, Delmiro João da Silva, Sabino Bezerra de Queiroz e até este Deputado que, ao denunciar a Polícia do Território, vê essa mesma polícia, em causa própria, fazendo inquéritos contra este Parlamentar.

Fazer inquéritos caricatos contra um Deputado, colonos sem terras, Vereadores e trabalhadores, onde os depoentes são obrigados a assinar termos de declarações que já vêm prontos, isto é muito fácil. Prevenir e reprimir a criminalidade é mais difícil, e pode-se dizer que essa não é a especialidade da Secretaria de Segurança de Rondônia. Os males da Organização Policial de Rondônia foram diagnosticados por Dirceu de Almeida e Luiz Bardari, que sugeriram medidas corretivas que não foram adotadas. Daí os efeitos.

A Polícia existe para perseguir, com eficiência, os integrantes do Partido da Oposição. Quando ocorrem crimes bárbaros, que são muitos em Rondônia, nestas hipóteses não se vê qualquer satisfação da Secretaria de Segurança à opinião pública.

Sobre Wilton Guedes ou sobre João Simplício, permanece na Polícia o maior silêncio. Por quê?

A situação é tão grave que o Advogado Geraldo Drago acusou, publicamente, o Secretário de Segurança do Território, Sr. José Mário Alves da Silva, de se achar envolvido no assalto escandaloso da marchantaria Guaporé.

O que diz o Governo do Território sobre tudo isso?

De Wilton Guedes não se fala mais, o delegado que estava apurando o caso foi exonerado. De João Simplício muito se fala, mas quem vai preso e indiciado ou torturado em inquérito são os integrantes do MDB, que estão sempre pedindo justiça para o Território, pedindo cadeia para os ladrões, grileiros, assassinos e corruptos. Quando um grileiro é denunciado pelo povo, recebe logo o apoio decidido do Secretário de Segurança.

Cite-se o caso do Muqui. No caso de grilagem das terras públicas e dos grileiros que contratam pistoleiros não se abre nem inquéritos na Polícia Territorial, Polícia Militar ou DPF.

A família de João Simplício, mais uma vítima do caos policial de Rondônia, onde existe repressão apenas contra os integrantes do MDB ou ARENA, como fizeram no interior, no mês de maio último, a esta família os nossos votos de pesar e profundo sentimento, dizendo-lhe que esta situação de perseguição e ódios e a parcialidade na administração do Território não são eternas. Isso muda. Os que se omitem serão responsabilizados, mais hoje ou mais amanhã. Justiça que é verdadeira tarda, mas não falta; ela chega primeiro para corrigir as injustiças dos homens.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 15, de 1977-CN — Complementar, que cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Ao projeto foram apresentadas 98 emendas.

A Comissão Mista, em seu Parecer nº 88, de 1977-CN, com voto encido do Sr. Deputado Siqueira Campos, concluiu:

a) pela aprovação do Projeto com as emendas que oferece de nºs. 99 e 100;

b) pela aprovação das Emendas de nºs. 2, 61 e 64 e das de nºs. 13, 22, 37, 50, 51, 55, 56, 57, 60, 77 e 93, nos termos de subemendas que apresenta; e

c) pela rejeição das demais emendas.

Em discussão o projeto, as emendas e subemendas.

Concedo a palavra, para discutir o projeto, as emendas e subemendas, ao nobre Deputado Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

No dia 4 de abril de 1975, desta mesma tribuna, aplaudia eu a iniciativa, em estudos, do Senhor Presidente Ernesto Geisel, de criar-se mais um Estado na Federação Brasileira, com o desmembramento de uma pequena parte do imenso Mato Grosso. Naquela época, afirmava:

“Essa divisão já era esperada e aceita como necessária e inevitável. É comparada com o que acontece nas famílias. O filho crescido, homem feito, deixa o lar paterno e vai formar outro lar. Na separação há um sentimento de tristeza, mas, também, de contentamento, porque o novo lar será um prolongamento do primeiro e ambos estarão ligados pela identidade de sentimentos.

O povo da Cuiabânia — chamamos assim a região que se desenvolveu sob os auspícios de Cuiabá — vai despedir-se dos sulistas sem ressentimentos e com efusivos votos de prosperidade, se a divisão se concretizar.”

Mais adiante, Sr. Presidente, Srs. Congressista, dizia naquela oportunidade:

“A ocupação da terra foi uma gloriosa realização da gente cuiabana: a descoberta e a exploração das minas de ouro da região do rio Guaporé, onde foi fundada a cidade de Vila Bela, que chegou a ser capital por algum tempo; a exploração dos rios da bacia amazônica, na qual se destaca a navegação do rio Tapajós aberta, em 1820, pelo Tenente de Milícias Antônio Peixoto de Azevedo, pela qual se estabeleceu apreciável comércio com a Região Amazônica.

A exploração dos seringais nativos, que alimentou o tesouro estadual durante muitos anos, e a exploração da poia ou ipecacuanha eram feitas com duros trabalhos e muitas privações, que só homens de rija tempera podiam suportar.

Mais recentemente surgiu a garimpagem do diamante, também exigente de imensos esforços.

A civilização e o progresso cuiabanos estão embebados nessa tradição de mais de dois séculos de lutas, de sofrimentos, de privações, de trabalho árduo, constante e tenaz.

Daí o amor profundo do cuiabano à Terra Mãe.

O notável explorador Dr. João Severiano da Fonseca, em seu interessantíssimo trabalho “Viagem ao Redor do Brasil”, mostra que presenciou, várias vezes, a alegria com que os marinheiros e soldados cuiabanos bebiam, com ansia e sofreguidão, a água barrenta do rio São Lourenço, logo que o atingiam, por serem águas do rio Cuiabá.

Os cuiabanos, os mato-grossenses do Norte, têm justo orgulho de sua tradição.

Na Guerra do Paraguai, fatos memoráveis relembram a participação cuiabana na dolorosa tragédia. A retirada do Forte Coimbra, através do Pantanal, não da reduzida tropa que o guarnecia, mas, também, de muitas mulheres e crianças, ante a ameaça da tropa paraguaia muito numerosa, foi episódio que evidenciou a fibra dos mato-grossenses: o sacrifício consciente e heróico do poconeano Antônio João Ribeiro, resistindo, com um punhado de homens, ao ataque de numerosa força paraguaia, representava protesto — afirmou ele — contra a invasão do solo pátrio — gesto heróico perpetuado no monumento comovente erigido na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro; a retomada de Corumbá por uma valente tropa composta de cuiabanos, sob o comando do bravo Antônio Maria Coelho; o sacrifício heróico do diamantinense Almirante Batista das Neves, abatido pelos marujos na revolta do encouraçado "Minas Gerais", quando se dirigiu, com seu Ajudante-de-Ordens, para o navio revoltado, não obstante as ponderações em contrário, afirmando "o meu lugar é lá", constitui, ao lado de outros fatos gloriosos, o substrato do justo orgulho cuiabano.

E como as lutas e proações geram os homens de alto gabarito, o velho e glorioso Estado de Mato Grosso tem dado ao Brasil homens notáveis, como Joaquim Murtinho, médico e, sobretudo, financista; o desbravador do nosso sertão o Marechal Rondon, mentalidade polimorfa que aparece, sob múltiplos aspectos, na vida do Brasil, militares como o Marechal Fontoura e Marechal Eurico Dutra e tantos outros; políticos como Generoso Ponce, Antônio Azeredo, Pedro Celestino, João Vilasboas, Vespasiano Martins, Fernando Corrêa, João Ponce de Arruda; como o notável poeta, tribuno e sacerdote que foi D. Aquino Corrêa, e como esse varão exponencial, esse político extraordinário, esse líder inigualável, cujo trágico desaparecimento deixou um vazio no Brasil, na expressão do ex-Presidente Médici, esse condutor enérgico e boníssimo que foi Filinto Müller.

Ao contrário do que aconteceu no Norte em mais de dois séculos, a ocupação das terras do nascente Estado de Maracaju ou Mato Grosso do Sul se processou em condições bem mais suaves, graças aos recursos criados pelo desenvolvimento do País; estrada de ferro, rodovias e por último, a aviação.

O homem do Sul não sente, nem pode sentir tanto o apego à terra, o culto da tradição, como sentem os mato-grossenses do Norte."

Preconizava, assim, aplaudindo o que hoje se concretiza, graças ao estadista chamado Ernesto Geisel. Apresentei, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, várias emendas ao projeto, mas fui informado de que as mesmas não foram aprovadas, infelizmente, mas o importante, acima de tudo, é que nesta data histórica para o Brasil marca-se uma nova era no desenvolvimento brasileiro, com segurança, através da hábil política da Revolução, atualmente, sob a liderança de notável homem público que, com coragem, civismo e visando o Bem Comum, vai tornar realidade o sonho dourado de milhares de brasileiros, isto é, implantar-se o novo Estado da Federação, o grande Estado de Mato Grosso do Sul, futuro celeiro do Brasil, ao lado de Mato Grosso e de outros Estados brasileiros.

Faz poucos dias, 5 de agosto p. passado, usava, novamente, esta tribuna, já diante de um fato consumado, ou seja, a criação do novo Estado, como uma realidade, dizendo em certo trecho do meu pronunciamento:

"Na prática, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a separação de Mato Grosso em duas partes bem distintas era e é evidente, palpável, visível, "a olho nu", como se diz vulgarmente.

A região que se desmembrou já não tinha — salvo, por dever legal, espírito cívico e patriótico — nada a haver com o Mato Grosso do Norte. Essa área que vai constituir o novo

Estado era já intitulado o Mato Grosso paulista e paranaense. O outro Mato Grosso, cuja estrutura é toda cuiabana, berço da civilização e da cultura brasileira, naquele imenso vazio demográfico, rica de tradições em todos os setores, berço de homens ilustres como o Presidente Dutra, o Marechal Rondon, o Senador Azeredo, o Senador Filinto Müller e outras grandes figuras, como D. Aquino Corrêa, poeta admirável, Antônio Maria Coelho, que retomou Corumbá dos paraguaios, quando da Guerra da "Tríplice Aliança", enfim dezenas de figuras ilustres, não se afinava e não se afina, salvo pelo espírito de brasilidade, com o Sul, colonizado em parte por mineiros, gaúchos e filhos de outras regiões pátrias, embora, de princípio, sob a liderança cuiabana, mas todos, vale ressaltar, acima de tudo brasileiros.

Com o tempo, o Sul foi se desenvolvendo com maior rapidez, notando-se que esse progresso tem um marco, o ano de 1914, quando os trilhos da então Estrada de Ferro Noroeste do Brasil chegaram a Campo Grande e surgiram os aquartelamentos do Exército e, depois, da Força Aérea (FAB), paralelamente, a exuberância da terra, principalmente, da região de Dourados.

Se houve, como era natural, uma intensa vibração do Sul de Mato Grosso, principalmente, em Campo Grande, quando a notícia foi divulgada (3-5-77), era natural que os mato-grossenses do Norte e, de forma toda especial, os cuiabanos, sentissem uma certa tristeza, um certo desalento, pois o fato era como de um pai que casa a sua filha, sentindo na separação da mesma uma certa sensação de perda, de ausência definitiva, embora saiba que o fato é para o bem dela. Mas, o principal, o importante mesmo é que tanto nós de Mato Grosso ou os do novo Estado continuamos brasileiros. Não se vai erguer uma Muralha Chinesa, nem um Muro de Berlim, separando o povo de Mato Grosso do povo da outra Unidade Federativa. Tudo é Brasil."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no dia 6 do corrente criticava a emenda goiana, referente à anexação de território àquele Estado vizinho e grande amigo, Goiás. Naquele pronunciamento, embora considerasse a emenda goiana impertinente, afirmava: "Errar é humano, quem for puro que atire a primeira pedra nos goianos, mas acho que eles tiveram tempo para corrigir o erro. Não o quiseram corrigir e, na Comissão Mista, a famigerada emenda foi rejeitada por quinze votos contra três a favor.

No pequeno expediente de hoje, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dizia eu, "o assunto está esgotado e, de mãos dadas, mato-grossenses e goianos, partirão cheios de espírito cívico no trabalho de transformar o Brasil numa grande potência".

A minha presença nesta Tribuna, portanto, visa não a discutir, propriamente, a emenda extemporânea, pois o assunto já foi julgado pela Comissão Mista, mas sim fazer um apelo, no sentido de que os Srs. Congressistas rejeitem a emenda goiana, pois não tem, a meu ver, nenhum sentido tal idéia.

Repito afirmações anteriores, "Mato Grosso não perderá nem um quilômetro quadrado, nesta oportunidade, e nem em outra qualquer, para o futuro do seu território. Mato Grosso permanecerá com os seus 881 mil quilômetros quadrados, para sempre. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

**O SR. JERÔNIMO SANTANA** (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Desde 1971, nesta Casa, vimos batalhando pela elevação do Território de Rondônia à categoria de Estado. Hoje, com mais condições do que a elevação do Acre a Estado, na época em que se deu, em 1962.



Dissemos que, ao apresentar a emenda nº 4 ao projeto, o Governo procedeu com absoluta injustiça em relação ao Território de Rondônia, que tem problemas prementes, administrativos e institucionais, deixando de propor a elevação de Rondônia a Estado para propor a criação do Mato Grosso do Sul. Justificando a nossa emenda, afirmávamos que Mato Grosso é um Estado com as suas instituições consolidadas; com o seu Tribunal de Justiça; com o seu Ministério Público; com a sua Assembléia; um Estado que funciona com normalidade, dentro daquela autonomia relativa que constitui, hoje, a mecânica da Federação.

Existe, aí, uma inversão de prioridades. A prioridade nº 1 deveria ser a área do Território de Rondônia, hoje objeto de uma grande corrente migratória que se dirige à Amazônia, principalmente, ao Território de Rondônia.

Aqui, alinhamos dados, por exemplo, estatísticos: O projeto afirma que o Estado do Mato Grosso do Norte ficará com uma área de 881 mil quilômetros quadrados e teria, pelo censo de 1970, 600 mil habitantes ou teria, atualmente, 900 mil habitantes. Ora, Rondônia tem 243 mil quilômetros quadrados e já conta com uma população de 500 mil habitantes. É um território, não tem mecanismos administrativos e institucionais para se autogerir, não tem Assembléia Legislativa; não tem Tribunal de Justiça; não tem Tribunal de Contas; não tem centro de decisão; não tem Constituição; tem uma Lei Orgânica que não funciona, que não foi sequer regulamentada; não tem condições de criar municípios; não tem condições de decidir qualquer coisa a respeito da gestão da Unidade; não tem aparelho de arrecadação — podia ter porque, hoje, a arrecadação do Território é superior àquilo que se arrecada no Acre; não tem mecanismos para criar municípios. Temos, hoje, cerca de oito cidades no interior que ainda não foram elevadas a municípios; não se criaram comarcas; não se estruturou o Poder Judiciário. O Território de Rondônia só tem um juiz, que está na sede, na capital. Há oito cidades ao longo da BR-364, até 700 km de distância, que não têm um Juiz, não têm um Promotor de Justiça, não têm um Prefeito. Quer dizer: cidades com 80 mil habitantes que não têm Prefeito, não têm um Juiz, não têm um Promotor de Justiça. Não se institucionalizou coisa nenhuma.

Então, a prioridade para dar a emancipação política de uma área territorial do País é do Território de Rondônia. Esses aspectos nós assinalamos na justificação da nossa emenda; assinalamos no Projeto de Lei Complementar nº 64/76 que se encontra tramitando na Câmara dos Deputados; assinalamos na Emenda Constitucional nº 8/77 que tramita no Congresso Nacional; assinalamos quando emendamos o projeto de que resultou a Lei Complementar nº 20 que efetivou a fusão Rio de Janeiro-Guanabara. Estamos aqui, sempre, a clamar para que os surdos, para que a surdez do Governo se acabe, para que se crie o Estado de Rondônia, em primeiro lugar; isto, o Governo até hoje não compreendeu.

Não é por falta de informações, porque o Governo tem as informações. O Governo sabe da situação caótica em que se encontra, hoje, o Território de Rondônia, em matéria de administração, em matéria de ausência de mecanismos para administrar o Território e não formula nenhuma alternativa para colocar ali uma administração, por exemplo, autônoma tanto quanto a do Distrito Federal, que poderiam ter os Territórios, uma autonomia relativa tanto quanto a do Distrito Federal, com mecanismos administrativos que agilizassem a administração; e nem propõe a elevação do Território a Estado.

Quando se fala na elevação do Território a Estado estão sempre alegando que se precisa criar a infra-estrutura para fazer o Estado. Mas, faz 34 anos que o Território foi criado e sempre ouvimos a mesma história, protelando para as calendas gregas a elevação do Território a Estado. Diz-se que não pode ser elevado a Estado porque não tem infra-estrutura.

**O Sr. Célio Marques Fernandes (ARENA — RS) —** Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO) —** Ouço o nobre Deputado Célio Marques Fernandes.

**O Sr. Célio Marques Fernandes (ARENA — RS) —** Nobre Deputado, o difícil era começar. Continue V. Exª a lutar, porque aqui nesta Casa já tem V. Exª adeptos. Os Territórios só resolverão os problemas deles se forem transformados em Estados. Achava-se muito difícil a fusão. Saiu a fusão; bem ou mal, saiu; depois, não parecia tão fácil a divisão de Mato Grosso; aí está, na noite de hoje, a aprovação da divisão e a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Então, o próximo poderá ser a transformação do Território de Rondônia no Estado de Rondônia. E V. Exª vai ter-me ao lado nesta luta, porque enquanto não transformarem esses Territórios, que já têm condições, em Estados, os problemas se agravarão cada vez mais e V. Exª terá razão de reclamar, porque tudo que V. Exª diz espelha a verdade, quanto à Justiça, quanto à polícia, quanto a tudo. O Governador, pelo sistema em si, é dono do Estado, faz o que quer. Então, isto não pode continuar! Nós estaremos juntos, no dia em que se criar o Estado de Rondônia, para a felicidade do Brasil e acima de tudo para contentamento seu.

**O SR. JERÔNIMO SANTANA (ARENA — RO) —** Agradeço o apoio e o aparte patriótico do nobre Deputado Célio Marques Fernandes, da ARENA, do Rio Grande do Sul, que tem sido sensível à nossa luta no Congresso, na Câmara dos Deputados, com relação à preocupação constante que tem norteado a nossa missão nesta Casa para provar, e provar aquilo que é uma evidência, a necessidade da elevação do Território de Rondônia a Estado.

A par das deficiências que se verificam no campo institucional, a mais grave delas é o problema orçamentário, a destinação de recursos que são mandados ao Território e que não têm qualquer fiscalização quanto à sua aplicação. É a destinação de recursos que são mandados para o Território e nem constam da Proposta Orçamentária que tramita no Congresso.

Mais de cinquenta por cento das verbas que se mandam para o Território não figuram aqui na Proposta Orçamentária que tramita no Congresso, como receita do Território; são recursos extra-orçamento que entram no Território por mecanismos artificiais, ilegais, que entram no Território através de convênios inúmeros e que não têm controle. Não têm controle quanto à remessa do dinheiro; não têm controle quanto à sua aplicação e à sua prestação de contas. Até hoje o Tribunal de Contas da União não tem uma Delegacia no Território para acompanhar os desempenhos orçamentários dos inúmeros recursos que são enviados para o Território. Não têm controle os recursos orçamentários ordinários, nem os oriundos de programas especiais como o Programa de Integração Nacional e os recursos da POLAMAZÔNIA; ou ainda os recursos da SUDECO; ou da SUDAM, que estão todos encaminhados via convênios, que não figuram aqui na Proposta Orçamentária, quando tramita no Congresso, como recursos ou receita dos Territórios. A receita do Território, oriunda do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, não se vincula a essa verba qualquer despesa, qualquer obra, para que a despesa seja aplicada com critério, fica ao bel-prazer do Governador discriminar 100, 200, 300 milhões de cruzeiros e aplicá-los como lhe convém. Não há um órgão, no Território, de controle orçamentário, de fiscalização do orçamento. O Território recebe as verbas globalmente e não há nenhuma deliberação legislativa para vincular as obras que se fazem, no Território, à Receita do Território. Quer dizer, é um descontrole total. O Território não tem um Tribunal de Contas como o Distrito Federal. Os Territórios podiam ter também o seu Tribunal de Contas. O Conselho Territorial criado para os Territórios, que teria uma pálida atribuição fiscalizatória, é um órgão caricato, é um órgão frustrado, porque, feito mediante nomeações: nós temos, hoje, o Conselho Territorial de Rondônia, presidido pelo filho do Governador, que é Secretário da Administração, membro e presidente de um Conselho Territorial que tem atribuição de

fiscalizar a administração. Então virou piada esse Conselho Territorial em relação à fiscalização da administração. Não temos acesso, como Membros do Congresso, aos atos, ao desempenho, à discriminação adjetiva do Orçamento do Território, porque os Governos não nos informam, sonégam todas as informações sobre a aplicação e o desempenho orçamentário dos Territórios. Os Territórios, hoje, estão recebendo mais de 1 milhão e 500 milhões de cruzeiros por ano — os três Territórios — e não sabemos o que está sendo feito desse dinheiro. Porque, relatório fantasma, relatório mentiroso, relatório dando por concluída obra que não foi concluída, é o que existe nessas repartições da República em relação a Territórios. Onde se usa uma fotografia, às vezes, para dizer duas ou três obras. Esta é a realidade contra a qual estamos aqui lutando para superar, para que os Territórios se transformem em Estados e tenham a sua Assembleia Legislativa — boa ou ruim, eficiente ou deficiente, mas que o povo tenha o direito de eleger os seus representantes, de elaborar o seu orçamento, de acompanhar a aplicação dos recursos, de criar um aparelho de arrecadação, porque os Territórios hoje representam o paraíso da sonegação fiscal. Não há aparelho de arrecadação nos Territórios; não se paga INPS, não se paga imposto; sonega-se de toda maneira nessas áreas. Por que isso? Por que essa ilha de irregularidades nos Territórios quando poderia ter um aparelho de arrecadação que já seria uma preparação para a formação do Estado.

Desde a Constituinte de 1946, que se alega e que se promete que os Territórios constituem-se em figuras intermediárias para serem elevadas a Estados. Mas é figura intermediária que se eterniza. Naquela época se prometeu que os Territórios que fossem criados seriam elevados a Estado dentro de 15 anos. Abstrairam o prazo: sempre que se fala em elevar um Território a Estado protelam para as calendas gregas dizendo que precisa criar infra-estrutura. Mas dessa infra-estrutura faz 34 anos que ouvimos falar e nunca se implanta.

A infra-estrutura necessária para elevar Rondônia a Estado nós temos, é a população, é o espaço físico, são suas riquezas, são seus recursos minerais, são suas florestas férteis, são suas madeiras, a potencialidade e a vontade do povo, que quer, espera e reclama deste Congresso a elevação do seu território a Estado, porque nós não podemos viver, a vida inteira, à margem da Federação, à margem dos direitos que os outros eleitores têm e que nós não temos, que é votar para um Senador, que é votar para um Congresso, que é votar para uma Assembleia Legislativa, que é eleger os Prefeitos. Nada disso se pode fazer num Território.

O eleitor quando transpõe os limites do Território ele perde 90% dos seus direitos políticos, porque ele só pode votar para um Deputado Federal, não pode votar mais para coisa nenhuma, não escolher nada. É um regime tutelado, colonialista, que tem atrasado a ocupação e o desenvolvimento dessas áreas. E, quando ocorre o fluxo migratório, ou quando ocorre a explosão demográfica, o Governo, a braços com o fluxo migratório quer fechar uma rodovia para não entrar mais migrantes para a área. Mas o mecanismo do território — Vargas, quando criou os territórios, constatou que se precisava criá-los para estabelecer pólos de povoamento em regiões desguarnecidas e desabitadas...

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella. Fazendo soar a campanha.) — V. Ex.<sup>a</sup> tem 5 minutos para concluir o seu discurso.

**O SR. JERÔNIMO SANTANA** (MDB — RO) — Acatarei a Mesa.

Ora, se a meta de Vargas com a Revolução de 30 foi criar a marcha para o Oeste, criando a Fundação Brasil Central que abriu aqui a Região Centro-Oeste para o lado do Xingu, criando nas fronteiras territórios para promover o povoamento dos espaços vazios, que eram as regiões mais despovoadas do País, a finalidade pela qual se justificou a criação dos territórios, a povoação dos espaços vazios, o problema de segurança que, de tão vazio, de tão desguarnecido, precisava que a União tomasse uma providência em relação a essas

áreas para fomentar, aí, a povoamento, para fixar nessas áreas o homem.

Ora, quando se dirige, hoje, um contingente migratório para essas áreas, o Governo quer fechar a BR-364, que é uma rodovia que serve o Norte de Mato Grosso, que serve o Território de Rondônia, o Acre, o Amazonas, quer fechar essa rodovia para não entrar mais gente para a Amazônia Ocidental. Mas, onde é que estão os programas do Governo de ocupação da Amazônia? Onde é que está a justificação de construir uma rodovia como a Brasília—Acre? Onde está o Programa de Colonização do INCRA? Onde está a figura do território, criada para propiciar o povoamento, que não tem condições de receber o contingente migratório? Que alega que já assentou 15 mil colonos e porque assentou 15 mil colonos, tem que colocar uma porteira na rodovia para não entrar mais ninguém para o Território, porque ele disse que não tem condições de destinar lote na área rural, para um brasileiro do Paraná, do Mato Grosso ou de Santa Catarina, que queira mudar para o nosso Território. Então, aquilo que foi o motivo da criação dos Territórios, pelo Governo Vargas, hoje, o Governo atual advoga justamente o contrário, que é conter o fluxo migratório. Mas, o fluxo migratório está se dando, porque não se faz uma reforma agrária no País. Aquele, do Paraná, que está mudando para Rondônia, está mudando porque não tem condições de permanecer na terra do Paraná, está sendo expulso da terra do Paraná e ele vê uma possibilidade de conseguir um lote de terra na Amazônia e a Amazônia precisa de gente, porque está desocupada, é o maior espaço vazio do mundo, talvez. E por que não receber lá esse contingente migratório, em vez de deixar ir para o Paraguai, como eu li, outro dia, uma notícia de que 400 mil brasileiros já passaram para o lado do Paraguai, pelas dificuldades que se criam em destinar terra ao brasileiro, no País e principalmente na Amazônia?

São esses dados, esses os motivos por que hoje o nosso Território que foi êxito, quando se propôs ao povoamento de quase zero habitante ou de uma população inexpressiva de 5 mil habitantes, quando foi criado, para 500 mil habitantes hoje. Teve êxito. Então, frutificou a idéia e a iniciativa. O Território pode ser elevado a Estado. Daí o sentido da nossa luta, do nosso trabalho, as nossas emendas e nossas proposições a este Congresso, para sensibilizar, porque o Congresso é o responsável, é o que tem os direitos e atribuições para nos dar a emancipação política que é a elevação de Rondônia a Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Célio Marques Fernandes.

**O SR. CÉLIO MARQUES FERNANDES** (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, nobres Congressistas:

O Governo Federal, a 24 de agosto recém-findo, submeteu à apreciação deste Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar que cria o Estado de Mato Grosso do Sul e, agora, aqui em discussão e votação final.

Esse projeto, Sr. Presidente, fará com que naquela Região Centro-Oeste da nossa Pátria surjam dois Estados de grande significação: o do Norte e o do Sul.

Inegavelmente, Srs. Congressistas, e digo isto com certo orgulho para nós gaúchos, rio-grandenses do Sul, nosso Estado esteve presente na campanha, desde os seus primórdios, para o desmembramento do Sul de Mato Grosso. O rio-grandense do Sul, Srs. Congressistas, como um dos pioneiros do povoamento dessa Região, prestou valiosa contribuição.

Desde 1870, o Estado do Rio Grande do Sul, do qual tenho a grande honra de ser um dos representantes, vem, pelos seus filhos, contribuindo para o desenvolvimento do potencial mato-grossense. Ao que presumimos, poder-se-ia dar como início da velha pretensão do Sul mato-grossense, o dia 3 de maio último, que poderia ser a data desse grande evento.

Compreende-se, Srs. Congressistas, que os primeiros gaúchos ou rio-grandenses do Sul, que foram a Mato Grosso pouco depois do término da Guerra do Paraguai, principalmente os que entraram por Bela Vista, não levaram em mente a idéia do desmembramento do Sul do grande Estado. O mesmo teria acontecido com os que posteriormente penetraram por Porto Esperança, depois de 1915. A maioria desses gaúchos ou rio-grandenses do Sul, mormente aqueles que viajaram via Porto Murtinho e Corumbá, rumaram para outros Municípios, como Ponta Porã, Campo Grande, Nioaque, Miranda e outros. Mas, pode-se prever que, nenhum deles tinha outro objetivo senão o de dedicar-se à exploração gadeira e outros mistérios. Pois, até 1910, ao que se sabe, nenhum rio-grandense pensava na divisão de Mato Grosso. A idéia brotou com o aparecimento de boletins conclamadores, concitando a população do Sul para uma campanha de desmembramento da região da nova Unidade da Federação. A razão invocada, ao tempo, era uma principal: a evazão da arrecadação do Sul para o Norte do Estado, ficando os Municípios apenas com pequena parte do erário. E com isso estava de uma área de mais de 300 km<sup>2</sup>, prejudicando o desenvolvimento como era natural que os fazendeiros, embora imigrantes, se dispusessem a acompanhar a aspiração generalizada. Tanto que alguns mais avançados propunham a denominação Rio Grande do Centro, ao invés de Estado de Maracaju.

A idéia, porém não foi muito adiante, por motivos óbvios. Outras investidas panfletárias tiveram o mesmo fim das anteriores, gorando e nunca se conseguiu nada. Inicialmente, algumas delas tiveram apoio de ilustre rio-grandense, como Barros Cassal, João Abbott e Timoteo Pereira, acidentalmente em viagem a Mato Grosso, levados por circunstâncias especiais de suas atividades políticas aqui no Estado. Foi uma emigração de curta duração.

Algumas famílias gaúchas, Srs. Congressistas, venderam o que podiam no nosso Estado. Venderam seus imóveis, suas casas, seus gados, principalmente os que moravam em Alegrete, muitos que moravam em Uruguiana, Rosário do Sul. Venderam tudo e se largaram no lombo do cavalo ou do mular, nas carroças daquela época, rumo a Mato Grosso.

Compraram terras, grandes extensões por quase nada e se foram para as regiões mais fronteiriças e planálticas, a fim de explorarem a indústria gadeira que era o que havia no momento.

A facilidade para aquisição de terras devolutas, na época, incentivou muitos rio-grandenses do Sul a imigrarem para Mato Grosso e ali se fixarem. E ali se orgulham, já com netos e bisnetos, de serem gaúchos mato-grossenses.

Tive a felicidade e a honra de ser um descendente de um desses gaúchos que para lá foi, e lá criou família, e lá tem os parentes Fernandes a trabalhar em benefício da Pátria comum.

A ida de rio-grandenses para Mato Grosso, não se caracterizou por períodos diferentes de imigração, pois ela foi, como até agora, de maneira contínua. Os gaúchos de certas regiões do Estado sempre tiveram atração pelo Sul do Mato Grosso.

E essa atração agora já é rumo ao Norte de Mato Grosso. Quem andar por aquele Estado encontrará gaúchos orgulhosos de ser mato-grossenses, brasileiros, trabalhando, plantando. Foram os homens que levaram o plantio do trigo, da soja, e que foram para lá para não voltar, porque venderam tudo, Sr. Presidente. Nunca mais pensavam em voltar. Hoje, já com uma situação econômica muito boa, retornam apenas para visitar o seu chão amado, a sua querência querida, o seu pago no Rio Grande do Sul.

Se realço esse fato, é porque tinha necessidade, neste momento, o maior momento para a história de Mato Grosso, que termina com uma velha luta, luta de muitos anos, porque convém que todos saibam que não foi fácil chegarmos até esse ponto. Não foi fácil, porque interesses outros não queriam dividir o Mato Grosso; não foi fácil, porque a própria história não permitia a divisão; não foi fácil, Sr. Presidente, porque outros fatores influíram imensamente sobre isso.

Então hoje, quando o ilustre Senador me pediu que não falasse muito, eu respondi que tinha uma obrigação histórica, de parentesco, de coração, de chão, de brasilidade, para dizer nesta Casa, neste momento em que se cria o Estado de Mato Grosso do Sul, que nós rio-grandenses, que nós que, na nossa história toda, é contada a nossa luta pelo engrandecimento e pela união do Brasil, também estamos muito contentes, Srs. Congressistas pela criação desse novo Estado.

Poderia ter me calado, uma vez que alguém poderá dizer assim: Por que vem este homem lá do Sul? O que ele sabe sobre Mato Grosso? Mas, não sou homem de calar, não sou homem para admitir que alguém possa dizer: fale pouco. Falarei o tempo necessário, Sr. Presidente, falarei o tempo que o Regimento me permite e direi aquilo que meu avô pediu a mim: "Se você chegar a ser Deputado, algum dia, vá à tribuna, a mais alta tribuna de nossa Pátria, e diga que nós do Sul, que para Mato Grosso fomos, criamos, plantamos, e somos mato-grossenses gaúchos brasileiros, queremos que o Brasil saiba o que o gaúcho do sul tem dado para Mato Grosso e que pretende dar mais ainda".

Sr. Presidente, era necessário que eu fizesse este desabafo, falando em nome de milhares de gaúchos que, lá em Alegrete, viram os seus parentes acabarem com tudo e irem para Mato Grosso. E havia aqueles que não acreditavam na viagem, e não era fácil; Sr. Presidente, eram as piores possíveis, quando havia estrada. Para chegar de Alegrete, lá na fronteira do Brasil com a Argentina, bem próximo de Uruguiana, era quase uma caravana, como aquelas que hoje muitos vêem pelos filmes cinematográficos e pensam que era só nos Estados Unidos que existiam as caravanas. Não. Aqui no Brasil, aqui no sul da Pátria, gaúchos que tinham tudo — terras, bois, cavalos — resolveram emigrar, não para fora do País, — jamais um gaúcho deixou sua Pátria, — para dentro da Pátria, para o Estado que pedia gente, gente para plantar, para criar e para ajudar no engrandecimento de um grande Estado, como é Mato Grosso.

Hoje, Sr. Presidente, aprovaremos, aqui, a criação de um Estado que tem todas as condições, as melhores condições, para ser um dos maiores e melhores, econômica e financeiramente, dos demais Estados que formam este conjunto maravilhoso de que todos nós nos orgulhamos, que é a nossa Pátria comum.

Sr. Presidente, o Estado de Mato Grosso do Sul, segundo o projeto, se comporá de 55 municípios, agrupados em 7 microrregiões homogêneas. A população do novo Estado soma, de acordo com o senso de 1970, 1 milhão de habitantes, com 547 mil habitantes na zona rural. A estimativa para 1977 — em 6%, que é o cálculo que se faz — é de cerca de 1 milhão e 400 mil habitantes. Nesse cômputo, destacam-se, e, aqui, quero realçar e destacar, os grandes municípios de Campo Grande, Três Lagoas e Dourados, este em projeto que, completado, o transformará em um dos grandes municípios. A superfície prevista é de mais de 300 mil quilômetros quadrados, com área agricultável de imenso valor em vários municípios. E o Pantanal — o tão falado Pantanal de Mato Grosso — com área para criação de bovinos e com uma das mais preciosas reservas faunísticas do nosso Brasil. Temos assistido e lido comentários de que a fauna no Pantanal está acabando, mas precisaríamos de centenas de anos para essa fauna esgotar porque o Governo da Revolução, preocupado com tudo aquilo que diz respeito a nossa Pátria, já legislou e a fauna do Pantanal está sendo cuidada.

Sr. Presidente, desculpe ter usado do tempo que o Regimento me permite, desculpem aqueles que pensavam que eu desistiria de falar. Jamais desisti de um direito, Sr. Presidente. De um direito meu, ninguém pode me fazer desistir. Sou homem de luta e tinha esse compromisso com meu avô, um avoengo que morreu há muitos anos, de que, se um dia fosse político e chegasse a este Parlamento, dissesse ao Brasil, na reunião com os demais representantes do povo, que o gaúcho que defendeu o seu Estado nas revoluções que vêm de 1870 e depois em 1910, e 1915, agora se orgulha, imensamente, antes de ser gaúcho, ser brasileiro, e, agora, mato-grossense do Sul para honra de nós todos. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira.

**O SR. EVANDRO CARREIRA** (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Não tenho a estulta pretensão de remover idéias e demolir o preceito da fidelidade partidária. O meu objetivo é marcar posição, posição que ficará inserta nos Anais do Congresso, dizendo-lhes que o simples fato de um traçado geodésico, da mudança de um paralelo, de um meridiano, de uma curva, de um diedro, não leva desenvolvimento a lugar algum. Esse desenvolvimento é provocado, ou espontaneamente, por razões econômicas naturais, ou por atitudes de protecionismo. Nunca por mudança de linhas geodésicas, nunca por mudança de fronteiras. Assim me situo diante do problema, porque sei que a criação desse Estado é uma premissa, é o início de uma nova experiência que talvez se propague com objetivo político para criação de sinecuras e favorecimento do nepotismo.

Não se explica, de modo algum, que nesse elenco de prioridades para criação de um Estado tenha sido preterido o Território de Rondônia. Não há nenhuma justificativa. Quem se beneficiou foi o Estado novo, erigido, mas o antigo, do Norte, este vai arcar com sérias dificuldades, pois, mercê de uma parafernália administrativa que o Governo ainda vai instalar, porque não tem recursos próprios, — nós sabemos que o Estado de Mato Grosso é o único sustentáculo de toda aquela imensidão territorial, — não se vai resolver o problema do desenvolvimento do Mato Grosso Norte com a criação do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, disse-lhes anteriormente que não pretendo remover opiniões, mas aqui fica, nos Anais desta Casa, o meu protesto e a minha advertência, a minha profecia, o meu vaticínio de que a medida será inócua e nós o provaremos com o passar do tempo. Com o decorrer do tempo nós provaremos que a medida é inócua, é mais um encargo que se traz para a toalha curta do Governo, de recursos, para suprir as necessidades imensas de recursos que estão sendo exigidos, dentro de um elenco de prioridades, nos outros Estados brasileiros. Vai se exaurir o Governo Federal pretendendo criar um novo Estado que não tem condições econômicas para tal.

A criação de um Estado deve ser a decorrência natural do seu desenvolvimento econômico, do seu emergir econômico, não de uma modificação geodésica, de uma modificação de lindes fronteiriças, de traçados num mapa, num papel, num desenho. É o que está acontecendo com Rondônia, que explode em desenvolvimento, que cresce em desenvolvimento com a cassiterita, com o seu solo ubérrimo, disposto a abrigar milhões de brasileiros. Como disse muito bem Jerônimo Santana, o Governo pretende botar uma porteira na BR-364, evitando que o emigrante a transponha para ocupar Rondônia que já tem uma população de 500 mil habitantes e poderia atingir milhões em pouco tempo, porque tem condições naturais de suportar esse impacto demográfico.

Sr. Presidente, fica inserto, portanto, nos Anais do Congresso Nacional esta minha advertência: não se esqueçam os Srs. Congressistas de que um Estado não se cria no papel, um Estado nasce e brota naturalmente da sua potencialidade de recursos econômicos. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Vicente Vuolo.

**O SR. VICENTE VUOLO** (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

De pleno acordo, na qualidade de representante nesta Casa da Bancada do Estado de Mato Grosso, com o referido projeto ora em discussão, conforme nossos pronunciamentos em várias outras oportunidades, julgo, entretanto, bem oportuno incluir, para que fique registrado nos Anais desta Casa, o trabalho que fizemos, baseado em documentos históricos, sobre o assunto palpitante, que

mereceu a atenção da Comissão Mista que estudou o projeto, com relação ao problema de limite entre o Estado de Goiás e Mato Grosso.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que seja considerado como lido este nosso pronunciamento, bem como a documentação anexa.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Defiro o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>.

#### DISCURSO ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VICENTE VUOLO:

Sr. Presidente, Srs. Deputados

No dia 9 de maio de 1748, por Provisão do Conselho Ultramarino, foram criadas as Capitânias independentes de Mato Grosso e de Goiás. Data de então o problema da demarcação dos limites entre as duas Capitânias, e posteriormente entre os dois Estados. D. João V, na referida Provisão, "vista a pouca notícia que ainda há daqueles sertões", ordenara a cada um dos novos governadores informassem "por onde poderá determinar-se mais cômoda e naturalmente a divisão".

Das gestões que nesse sentido se fizeram dá-nos conta o ilustre D. Aquino Corrêa, então Presidente de Mato Grosso, em ofício dirigido ao Senador Antônio F. de Azeredo, Presidente da Delegação Mato-grossense ao Sexto Congresso de Geografia, em Belo Horizonte, datado de 6 de agosto de 1919 e publicado, com toda a farta documentação anexa, na Revista do Instituto Histórico de nosso Estado. D. Marcos de Noronha, primeiro Governador de Goiás, "informou, de fato, propondo a célebre linha pelos rios das Mortes, Taquari, Coxim, Camapuã, daí pelo varadouro homônimo até as cabeceiras do rio Pardo e por este abaixo até a sua foz no Paraná".

Quanto ao destino dessa proposta, prossegue D. Aquino dizendo que "não consta, nem Goiás ousa afirmar" que tivesse sido aprovada. "Ora, é evidente que uma simples informação não tem força de lei" — acrescenta o notável prelado e homem público. Por isso mesmo, continuaram prevalecendo as linhas demarcatórias existentes antes da supressão da Capitania-Geral de São Paulo e criação das de Mato Grosso e Goiás — nas bases territoriais das antigas Comarcas de Goiás e de Cuiabá. E essas linhas não favoreciam as pretensões do Estado limítrofe, como se verá.

Citamos, a propósito, trechos da memória apresentada aos Srs. Delegados do Estado de Goiás pela delegação do Estado de Mato Grosso à Conferência de Limites Interestaduais — 6º Congresso Brasileiro de Geografia. Essa memória, intitulada Limites entre os Estados de Mato Grosso e Goiás e publicada no Rio de Janeiro em 1919, tem as assinaturas de Antônio Francisco de Azeredo, Cândido Mariano da Silva Rondon e João Barbosa de Faria. Copiosa e minuciosamente documentados, dizem os autores, nas páginas 4 a 9 da publicação:

"Sob a autoridade do Conde de Sarzedas, que governava toda a vasta Capitania de São Paulo, foi traçado o limite, em 1738, para as duas Comarcas ou ouvidorias de Mato Grosso e Goiás, cujos territórios faziam parte da Capitania. Esse era constituído pela majestosa linha do rio Grande (araguaia), a mais clara e saliente possível; e tanto era assim que pela Bula — *Candor lucis aeternae* — de 6 de dezembro de 1746, foi criada a Prelazia de Cuiabá e se marcaram para seus limites os mesmos das extensas Ouvidorias de Goiás e Mato Grosso. Por conseguinte, já havia em 1738, uma linha divisória extremado as jurisdições das duas comarcas ou Ouvidorias de Goiás e Mato Grosso, quando territórios da Capitania de São Paulo, a qual serviu de base para a divisão e limitação das respectivas Prelazias, criadas pela Bula citada."

"Dos antecedentes históricos e dos textos dessas Provisões" (referem-se às de 9 de maio e 2 de agosto de 1748), "evidencia-se claramente:

1º que, antes de serem elevados à categoria de Capitânias, as Comarcas de Goiás e de Cuiabá, ainda territórios da Capitania de S. Paulo, tinham por linha divisória o Rio Gran-

de (Araguaia), e que por esse motivo, a jurisdição do Ouvidor de Cuiabá se estendia, por este lado, até à margem esquerda do referido rio e a todos os seus afluentes da mesma margem.

2º que, constituídas as duas Comarcas em Capitânias independentes, pelas Provisões de 9 de Maio e 2 de Agosto de 1748, nenhuma divisa comum se lhes assinou, continuando a prevalecer, por isso, para o efeito das jurisdições judiciária, administrativa e eclesiástica, a mesma linha de limites que extremava as antigas Comarcas de Cuiabá e Goiás."

Prosseguiu, entretanto, a questão, que hoje repercute no Congresso Nacional, com o famoso Termo de Acessão de Luís Pinto de Souza Coutinho, terceiro governador de Mato Grosso. Este, com efeito, diz D. Aquino Corrêa, "considerando embora muito mais natural a linha de separação tirada pelo Araguaia, teve a 'docilidade' de aceder às pretensões de Goiás, e remeteu ao Governador D. Antônio Carlos Furtado de Mendonça 'o testemunho formal da sua acessão' aos limites arbitrados por D. Marcos de Nronha".

Esse termo de acessão, considerado o argumento maior em favor das pretensões goianas, é, todavia, inteiramente destituído de validade. São estas as palavras finais do documento (com destaques nossos):

*"E para que S. Majestade seja servido dignar-se de determinar esta matéria, na forma das suas reais ordens, mandei passar este auto de acessão ao referido arbitrio, que vai por mim assinado e selado com o sinete das minhas armas."*

Aliás, o próprio Luís Pinto é quem declara que no Conselho Ultramarino se deverá "tomar a última resolução nesta matéria", e assim conclui a carta que acompanha o documento mencionado:

"Nesta conformidade incluo a V. Exª o testemunho formal da minha acessão ao referido arbitrio, esperando que V. Exª se dignará de dirigir-me o reversal assinado pela sua mão e selado com o seu sinete, a fim de pormos na presença de S. Majestade, por via do seu Conselho, de mútuo acordo, o objeto da presente convenção."

Ora, pergunta D. Aquino, e perguntamos nós:

"Onde o reversal exigido por Luís Pinto?

Onde a Carta Régia, onde o ato do Conselho Ultramarino, onde o decreto ou cousa que o valha, homologando o referido acordo? Não existem."

Jaz, pois, no limbo dos atos irrealizados o ajuste a que deu expectativa a "docilidade" — ainda na expressão do grande Arcebispo — "sôfrega e dadivosa" de Luís Pinto, uma vez que foi rejeitado, tácita mas eloquentemente, tanto pela Metrópole quanto pelo Império e pela República, apesar das insistentes solicitações do governo de Goiás.

Em dois outros documentos igualmente falaciosos têm-se fundamentado as reivindicações territoriais do Estado irmão. Um deles é o projeto da Comissão de Estatística, lido na Câmara dos Deputados em 20 de junho de 1864, o qual foi arquivado. Não há, pois, como reconhecer qualquer pretensão a ver nele um título dominial.

O outro é a chamada linha Sarzedas — linha de limites traçada pelo Capitão-General de São Paulo D. Antônio Luís de Távora, Conde de Sarzedas, ainda em 1738, quando criou as ouvidorias de Goiás e Mato Grosso, então integrantes daquela capitania. Separava-as pelos Rios Araguaia, Taquari, Coxim e Pardo. A este, entretanto, já não costumam invocar os goianos, porque, embora pudesse atribuir-lhes a região entre o Taquari e o Pardo, reconheceria o direito mato-grossense ao Araguaia, como já o notara D. Rolim de Moura,

em 1761. Ademais, a linha Sarzedas perdeu toda e qualquer validade após o ato de criação das duas capitânias, que não a levou em conta, preferindo o Conselho Ultramarino reservar-se a competência para fixar as divisas entre uma e outra.

De tudo isto se conclui, limpidamente, que a divisa Mato Grosso—Goiás "nunca foi definida por ato algum do poder competente", sendo de sublinhar-se, como o faz o antigo presidente de nosso Estado, que "uma simples proposta, um acordo sem a necessária referenda, e um mero projeto evidentemente não constituem, nem podem constituir documentos bastantes para uma extremação legal de limites".

A questão, pois, entre os dois Estados não é uma questão de lei, mas de fato, e o fato é que "Mato Grosso tem mantido posse mansa, pacífica e ininterrupta em toda a região pretendida por Goiás". Os documentos que vimos citando, assinados por D. Aquino Corrêa e por Azeredo, Rondon e Barbosa de Faria, mencionam e transcrevem grande cópia de atos jurisdicionais de Mato Grosso sobre a região, jamais contestados; legislação goiana reconhecendo, implícita ou explicitamente, a nossa jurisdição; e, neste sentido, também leis e atos outros do Império e da República. Tal reconhecimento se contém, por exemplo, na divisão administrativa do País (telegráfica, militar, judiciária, etc.) e no fato de, quando da apuração das eleições federais, se contarem sempre para Mato Grosso os votos "das comarcas sitas no território contestado".

D. Aquino Corrêa, após detido e minudente exame dos fatos e documentos históricos que acabamos de sumariar, advertindo não se tratar da posse como título hábil para adquirir terras de outro Estado, já que as terras em litígio não pertenciam nem a Mato Grosso, nem a Goiás (cuja divisa "nunca foi definida por ato algum do poder competente"), nem a qualquer outro Estado, sendo, sob este aspecto, verdadeira *res nullius*, invoca-a como título para fixar a área territorial daquelas duas unidades da Federação. Para *fixar*, note-se bem, legal e definitivamente, e não, a rigor, para *alterar*. Citando Eptácio Pessoa, Clóvis Beviláqua e Laffayette, bem como o Acórdão nº 6, de 2 de outubro de 1915, do Supremo Tribunal Federal, assim resume a questão:

*"O uti possidetis só é aplicável, quando não há limites traçados" — (Acórdão supracitado).*

Ora, no caso de Mato Grosso e Goiás, os limites, como provamos, nunca foram traçados.

Logo, o *uti possidetis* é, em toda essa questão, o único título legal, garantindo a Mato Grosso, que o possui, legítimo direito sobre a inteira região ocupada."

Da argumentação e das provas produzidas, ficou claro que, dentre os quatro documentos em que buscavam apoio as pretensões goianas, nenhum tinha validade legal; e que o único título juridicamente invocável, quanto ao litígio, era o do *uti possidetis*, e este beneficiava o Estado de Mato Grosso.

Um quinto documento, não mencionado por Goiás, em suas reivindicações, por lhe ser adverso, é o laudo arbitral de dezembro de 1920. Compunha-se o colégio de um árbitro indicado por Goiás, o Conde de Afonso Celso; um indicado por Mato Grosso, o Dr. Prudente de Moraes Filho; e um árbitro desempatador, o Ministro Procurador-Geral da República Pires e Albuquerque. Votou o primeiro favoravelmente às pretensões de Goiás, e o segundo pela

manutenção das linhas demarcatórias que figuram até hoje nos nossos mapas; o voto de desempate foi pela confirmação deste. A decisão revestiu-se de solenidade, concluindo-se no edifício do Supremo Tribunal Federal.

Em 1921, essa solução foi aprovada pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso e sancionada pelo então Presidente do Estado, D. Aquino Corrêa. O governo de Goiás, quer na esfera legislativa, quer na executiva, não se pronunciou a respeito.

Há, é verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um sexto documento, e é o que volta à baila, após o recebimento da mensagem presidencial que encaminha ao Congresso o projeto de lei complementar que cria o Estado de Mato Grosso do Sul.

As bancadas do Estado de Goiás na Câmara e no Senado apresentaram àquele projeto de lei complementar uma emenda, que tomou o número 5, determinando que:

"A linha demarcatória entre o Estado de Mato Grosso do Sul e o Estado de Goiás é a seguinte: principia na confluência do Paranaíba com o rio Aporé e segue pelo leito deste até confrontar com a cabeceira do Indaiá-Mirim; por este abaixo até sua barra no rio Indaiá; por este abaixo até sua foz no Sucuriú; por este acima até sua mais alta cabeceira; daí à cabeceira do Caiapó, mais próxima do meridiano de 10º (dez graus) Oeste do Rio de Janeiro; e por ele abaixo ao Araguaia."

Na justificação, alegam os signatários que "a Constituição Federal de 1934, em seu art. 13, estabeleceu o prazo de 5 (cinco) anos para a solução de pendência de limites interestaduais. Em decorrência disso, e sendo de sua responsabilidade, o Senhor Ministro da Justiça de então, José Carlos de Macedo Soares, promoveu a solução da pendência entre o Estado de Goiás e o Estado de Mato Grosso, fixando, definitivamente, por consentimento mútuo, as lindes fronteiras dos dois Estados". Afirmam que a emenda "obedece ao que ficou decidido no acordo assinado entre Goiás e Mato Grosso, em 27 de agosto de 1937".

Trata-se, ainda uma vez, de documento destituído de validade jurídica. Foi, realmente, assinado um ajuste por representantes dos dois Estados, inclusive o governador de Goiás e o interventor em Mato Grosso. Ficou, todavia, dependendo de homologação que não chegou a ocorrer. Logo depois, foi editada a Constituição de 10 de novembro de 1937, que anulou o acordo em curso e resolveu definitivamente a questão, nos termos do art. 184 e seus parágrafos, que vamos ler:

"Art. 184. Os Estados continuarão na posse dos territórios em que atualmente exercem a sua jurisdição, vedadas entre eles quaisquer reivindicações territoriais.

§ 1º Ficam extintas, ainda que em andamento ou pendentes de sentença no Supremo Tribunal Federal ou em juízo arbitral, as questões de limites entre Estados.

§ 2º O Serviço Geográfico do Exército procederá às diligências de reconhecimento e descrição dos limites até aqui sujeitos a dúvidas ou litígios, e fará as necessárias demarcações."

Por último, queremos ressaltar que, independentemente da pretendida vinculação a um acordo não concluído, definitivamente sepultado (e cujos termos, aliás, apenas parcialmente transcreve), não tem a emenda dos nobres representantes goianos o alcance que estes imaginam. Seus efeitos seria, mesmo, contrários à intenção dos autores. Não há em Mato Grosso um rio Caiapó; situa-se este, com suas cabeceiras, no Estado de Goiás. Deste modo, a emenda, se aprovada, significaria integração a Mato Grosso de oito cidades goianas, recebendo Goiás, em troca, não mais que um fragmento do Município de Cassilândia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao apontarmos a inconsistência das raízes históricas, o nenhum apoio em títulos válidos, o equívoco acerca de sua fundamentação e de seu alcance, a inconveniência da emenda apresentada pelos nobres representantes de Goiás, fazemo-lo com o mesmo propósito que imbuía os autores da memória sobre os limites entre os dois grandes Estados, a qual temos citado. Diziam eles que, segundo antiga lenda, "certo dia, um cavaleiro coberto de feridas e de sangue, extenuado de fadiga, caiu ao pé de uma fonte. Antes de exalar o último suspiro, ele viu ali perto uma florinha que pendia da haste tristemente ressequida e fanada de sede. Então, movido de piedade infinita, o cavaleiro estendeu para a fonte o seu casco de aço, encheu-o do líquido precioso e derramou-o sobre a flor, restituindo-lhe a vida, o viço e o perfume". Bastou esse ato de amor, contava ainda a lenda, para justificar a vida daquele cavaleiro. Como os signatários daquele documento, entre os quais se incluía o ilustre Rondon, também nós nos empenhamos, "com todas as forças dos nossos corações de homens nascidos nesta belíssima terra do Brasil, por alcançarmos um milagre mais alto e mais esplêndido do que aquele por que se redimiou o moribundo cavaleiro da flor. Empenhamo-nos com um coração sincero e com uma fé verdadeira, sadia e radiante, em cultivar e fazer levantar-se vivaz para o azul puríssimo do céu de nossa Pátria, a flor, dentre todas gentil e mimosa, do espírito de fraternidade em que todos nós nos devemos abraçar, nós os filhos do Brasil, quer nos tenham visto nascer terras de Goiás ou de Mato Grosso, de Amazonas ou do Rio Grande".

Reavivar antigas questões de limites entre Estados parece-nos pouco oportuno, especialmente quando se cogita da redivisão territorial do País, em benefício do desenvolvimento coletivo, através de melhores possibilidades para o desenvolvimento das partes.

Abramos mão de todo regionalismo que não se coadune com o mais alto interesse nacional. Demos ao nascituro Estado de Mato Grosso do Sul as condições de que necessita para desenvolver-se, o mais rapidamente possível, até a plenitude desejada. Assim, com melhor atendermos aos reclamos atuais da comunidade maior, estaremos, desde já, desbravando caminhos e polindo arestas para o advento de novos Estados, que imperiosamente requer a vastidão de nossos territórios ainda insuficientemente integrados no processo civilizatório nacional.

Desejo concluir, Sr. Presidente, inserindo neste pronunciamento uma referência toda especial ao historiador e poeta Rubens Mendonça, a quem devo toda a gama de subsídio que ilustraram este nosso modesto trabalho. (Muito bem!)



DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. VICENTE VUOLO EM SEU DISCURSO:

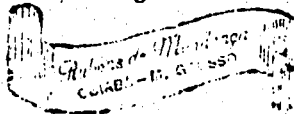
## DOM AQUINO CORRÊA

## A fronteira "Matto-Grosso—Goiaz"

Officio dirigido ao Senador Antonio F. de Azevedo, Presidente da Delegação Matto-grossense ao Sexto Congresso de Geographia, em Bello Horizonte.

Palacio da Presidencia, em Cuiabá, 6 de Agosto de 1919.

Exmo. Sr. Senador,



Aquiescendo de bom grado ao appello que a Comissão Organizadora do Sexto Congresso Brasileiro de Geographia, a se reunir em Bello Horizonte, no proximo dia 7 de Setembro, dirigiu a este Governo, pedindo-lhe enviar seus representantes ao mesmo Congresso, tenho muita satisfação em convidar a V. Exia. para presidir a Delegação Matto-grossense a esse fim constituida e composta do General Candido Mariano da Silva Rondon e Dr. João Barbosa de Faria.

E visto como, merced de opportuna e patriótica iniciativa da Liga da Defesa Nacional, trata-se de resolver amigavelmente no referido Congresso, as pendencias de limites ainda existentes entre varios Estados, afim que, ao alvorecer do primeiro centenario da Independencia Nacional, possa a Carta Geral do Brazil apparecer extrema de quaesquer duvidos as linhas da fronteira, está claro que Matto-Grosso, a quem o antigo Estado de Goiaz persiste em contestar direito as extensas terras que occupa entre o rio das Mortes e o Pardo, Matto-Grosso, repeto, não parti uilar e vivamente se interessa pelas discussões do mesmo Congresso.

Eis porque o Presidente do Estado, na certeza de que V. Exia. não recusará prestar mais este relevante serviço a Matto-Grosso, pela querida causa da sua integridade territorial, houve por bem expôr a V. Exia. o seu modo de encarar a vertente questão de limites, esperando que dessa troca de ideias, como soe acontecer, jorre luz sempre mais farta e persuasiva sobre o nosso incontestavel direito.

Penso, pois, sem mais preâmbulos, que a alludida questão se possa claramente resumir nos tres seguintes capitulos.

### OS LIMITES ENTRE MATTO-GROSSO E GOIAZ NUNCA FORAM LEGALMENTE FIXADOS

#### A proposta D. Marcos de Noronha

Creada em 1748 a capitania independente de Matto Grosso, ordenou D. João V ao primeiro Governador de Goiaz, D. Marcos de Noronha, e ao primeiro Governador de Matto-Grosso, D. Antonio Rolim de Moura, que, "vista a pouca noticia que ainda havia destes sertões, informassem com os seus pareceres, por onde poderia determinar-se, mais commoda e naturalmente, a divisão entre as novas capitancias" (doc. n. 1).

D. Marcos informou, de facto, propondo a celebre linha pelo rio das Mortes, Taquary, Coxim, Camapuã, d'ahi pelo varadouro homonymo até as cabeceiras do rio Pardo e por este abaixo até a sua foz no Paraná (Doc. n. 2).

Não consta, nem Goiaz ousa affirmar que esta proposta tenha sido approvada. Ora, é evidente que uma simples informação não tem força de lei. Entretanto, o estado limitropho apoia-se nella, apesar do testemunho official de um dos Governos goianos, que dirigindo-se, em 1857, ao Secretario do Estado dos Negocios do Imperio, declara que só depois do auto de accessão de Luiz Pinto, de que entraremos a falar, é que ficou servindo de limites o rio das Mortes. (Doc. n. 12).

O que consta, é que as discussões e tentativas de accordo continuaram na correspondencia epistolar dos Capitães Generaes de ambas as capitancias, optando os de Goiaz pelo rio das Mortes e os de Matto-Grosso pelo Araguaia (Docs. ns. 3, 4, 5, 6 e 7).

### O Termo de Accessão Luiz Pinto

Vinte e um annos de improficuas negociações eram passadas, quando, afinal, se conseguiu o desejado entendimento com o famoso termo de accessão de Luiz Pinto.

Com effeito, o terceiro Governador de Matto-Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho, considerando embora "muito mais natural a linha de separação tirada pelo Araguaia" (Doc. n. 7), teve a "docilidade" de acceder ás pretensões de Goiaz, e remetteu ao Governador D. Antonio Carlos Furtado de Mendonça "o testemunho formal da sua accessão" aos limites arbitrados por D. Marcos de Noronha (Doc. n. 8).

Este termo de accessão é o argumento maximo de Goiaz. Entretanto, é o proprio Luiz Pinto quem no mesmo auto de accessão e na carta que o acompanha, declara com toda razão, que no Conselho Ultramarino é que se deverá "tomar a ultima resolução nesta materia", e conclue a referida carta do seguinte modo: "Nesta conformidade incluo a V. Exia. o testemunho formal da minha accessão ao referido arbitrio, esperando que V. Exia. se dignará de dirigir-me o reversal assignado pela sua mão e sellado com o seu sinete, afim de pormos na presença de S. Magestade, por via do seu Conselho, de mutuo accordo, o objecto da presente concessão".

Nem de outra forma termina o auto de accessão: E para que S. Magestade seja servido dispor-se de determinar esta materia, na forma das suas reais ordens, mandei passar este auto de accessão ao referido arbitrio, que vai por mim assignado e sellado com o sinete das minhas armas."

Perguntamos agora: Onde o reversal exigido por Luiz Pinto?

Onde a Carta Regia, onde o acto do Conselho Ultramarino, onde o decreto ou cousa que o valha, homologando o referido accordo? Não existem.

Accordo tão bem aviado a favor de Goiaz, mallogrou-se de todo, com a morte repentina do Capitão General João Manoel de Mello, e com a inhabilidade ou incuria dos seus successores.

De maneira que o proprio argumento heroico, o Achilles dos arraias goianos, si algo vale, é contra Goiaz mesmo: porquanto só pode significar, quando muito, que, apesar da "docilidade" soffrega e dádiosa do Governador de Matto-Grosso, o governo de Goiaz não soube aproveitála, ou antes, os poderes competentes não approvaram semelhante accordo, rejeitando, por isso mesmo, facita, mas eloquentemente as pretensões goianas.

E não só a Metropole, mas nem o Imperio e nem a Republica nunca ratificaram aquelle ajuste, não obstante as insistentes solicitações e reclamações do governo de Goiaz.

### O projecto de 1864

Encaminhou este, de facto, durante o Imperio, uma nova solução favoravel ao seu intento, porém, com resultado não menos infeliz e contraproducente.

Referimo-nos ao conhecido parecer e projecto da Comissão do Estatistica, lido em 20 de Junho de 1864, na Camara dos Deputados. (Doc. n. 14).

E' o terceiro documento invocado por Goiaz. Mas um simples projecto, sobre tudo, como o de que se trata, "injusto e archaico", pois se baseia ainda nas erroneas informações topographicas de D. Marcos do Noronha, um projecto que "ainda pende de votação" ou consoante se exprime o proprio Presidente de Goiaz, Rodrigues Jardim (Doc. n. 33) achia-se até hoje nos archivos da Camara, tal projecto nunca foi nem pôde ser um titulo de dominio.

Pelo contrario, á semelhança do que já notámos em relação ao termo de accessão, não tendo a Assembléa Geral do Imperio convertido em lei o mencionado parecer, foram ipso facto desapprovadas, mais uma vez, e solennemente, as pretensões da vizinha Provincia.





mente Matto-Grosso, numa especie de reconquista onerosa daquelles sertões, tem promovido e subvencionado eficazmente tanto a pacificação, como a catechese dos indios, que nomados por aquellas paragens, ameaçaram, por vezes, reagir contra a civilização alli dominante.

### A posse no Paranhíba e Paraná

Não é menos evidente a posse exercida por Matto-Grosso em todo o tracto de terras, que demoram entre o Taquari e o Pardo.

Deixemos de parte a conquista dos primeiros povoadores de Matto-Grosso, a quem se deve o descobrimento de toda a região de Camapuã, onde, mais tarde, o Governo do Matto-Grosso fundou a celebre fazenda homonyma, cujo inventario, sem protesto de Goiaz, correu em 1847, pelo fôro de Guaiabá; não falemos no esforço dos Governadores de Matto-Grosso, os quaes, desde Luiz de Albuquerque, a quem, como no Araguaia, cabe tambem a primazia na fecunda previsão da posse no Paranhíba, exploraram tenaz e eficazmente a abertura de uma estrada que ligasse o Piquiri ao Verde ou Sucuriú, conforme, em bella synthese, o attesta a lei n. 7 de 19 de Agosto de 1835 (Doc. n. 20), votada pela Assembléa Provincial de Matto-Grosso; ponhamos á margem todos esses preliminares, e vamos directamente ao acto formal e definitivo da posse.

Foi, mais ou menos, pelo anno de 1830, que quatro irmãos da familia Garcia Leal, vindos de Minas, estabeleceram-se á margem direita do Paranhíba, numa extensa região, ao depois, conhecida pelo nome de *Sertão dos Garcias*.

Reservado alli, mais tarde, um patrimonio, nelle construíram a primeira rustica igreja, e solicitaram, a conselho do Padre Francisco Salles de Souza Fleury, a protecção e auxilio do Governo de Goiaz para administrar a incipiente povoação.

Não tendo Goiaz attendido a esse appello, puzeram-se os sertanistas em relação com as autoridades mattogrossenses, já então destacadas naquellas immedições, até que por lei provincial n. 4 de 19 de Abril de 1838, foi creta em freguezia e capella de Sant'Anna do Paranhíba (Doc. n. 24), onde até hoje, ininterrompidamente, Matto-Grosso tem exercido innumerados actos de jurisdicção e dominio.

Foi, com effeito, o Governo de Matto-Grosso, que elevou successivamente a freguezia de Sant'Anna do Paranhíba á categoria de villa e cidade, séde de municipio e comarca, desmembrando-a, mais tarde, nos municipios e comarcas de Coxim e Tres Lagôas.

O municipio de Sant'Anna possui hoje 4 districtos de paz (Sant'Anna, Babusinhos, Pom Jesus dos Passos e Correntes), 5 districtos policiaes (os quatro supramencionados e o Baixo) 2 escolas, uma collectoria e 2 postos fiscaes. O de Coxim possui um districto de paz (Coxim), 4 policiaes (Coxim, Aldeia, Ponte Vermelha e Pedro Gomes) 6 escolas e uma collectoria. O de Tres Lagôas possui 1 districto de paz, 1 policia, 3 escolas e 2 collectorias. Toda esta organização administrativa foi estabelecida pelo Governo de Matto-Grosso (docs. ns. 26, 27, 35, 36, 40, 41, 42, 45, 47, 48, 50 e 49), que, ao mesmo passo, tem sempre exercido, sem perturbação, actos de pleno dominio sobre as terras situadas nos sobreditos municipios, vendendo-as, reservando-as ou concedendo-as. (Doc. n. 55.)

### Protestos de Goiaz

Verdade é que Goiaz, ao ter conhecimento da posse de Matto-Grosso em Sant'Anna do Paranhíba, mandou, num simulacro de protesto, occupar militarmente o arraial. Mas, além de que este destacamento nem lá entrou, permanecendo no porto Alencastro, fallecia a Goiaz o direito de protestar, porquanto as terras, como vimos, não eram suas.

Comtudo, o facto, "verdadeiro attentado", no dizer do Presidente, Conego José da Silva Guimarães (doc. n. 21), provocou da parte dos moradores de Sant'Anna, uma representação dirigida em 15 de Abril de 1838, ao mesmo Presidente

de Matto-Grosso, assignada por 110 cidadãos, espontaneo e eloquente pleito a favor desta Provincia (Doc. n. 22).

Não menos a tentatoria foi a lei goiana que, dez annos mais tarde, em 5 de Agosto de 1848, creou a freguezia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde, e, embora reconhecendo a esse direito ao Araguaia, dá por limite á nova freguezia o Rio Pardo, numa flagrante invasão de terras já mattogrossenses.

Em 1907, tentou Goiaz um novo esbulho do territorio mattogrossense, com a lei n. 290 de 21 de Junho daquelle anno, a qual traçando os limites do municipio goiano de Mineiros, incorporava-lhe terras occupadas e administradas por Matto-Grosso.

Contra a pretendida usurpação protestou, de prompto, o Presidente de Matto-Grosso, Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponça, em energico officio dirigido ao Governo de Goiaz (Doc. n. 18).

Não menos firme fôra a brilhante resposta enviada pelo douto Presidente, Dr. Antonio Corrêa da Costa, ao descabido protesto de Goiaz contra a creação da Agencia fiscal mattogrossense em Sant'Anna do Araguaia (Doc. 41).

Ficaram, todavia, como era natural e justo, sem offeito algum, nessa parte, as citadas leis, como tambem os domais protestos, não occupando Goiaz a minima porção de terras á margem do Araguaia, nem do Paranhíba, nem do Correntes, nem do Pardo, nem do Taquari, nem do Piquiri, nem do Verde ou Sucuriú, nem do Paranhíba, nem do Paraná.

Facil o protestar contra o que, em verdade, não commoço poder reivindicar, nem a quem, descomposta a bico de pena, extensas e boas terras por outros povoados e benficiaes, palmo a palmo, com esmero tenaz, perseverante, secular. Mas o protesto não gera direitos, garantidos apenas, si preexistentes.

Guiado, pois, pela serena clarividencia e energia dos seus estadistas, Matto-Grosso tem respondido a esses estereos protestos com a tranquilla manutenção da sua posse, tão fecunda de direitos, tão onerada de obrigações e sacrificios.

O commodo, como bem pondera o Presidente Guimarães, torna-se propriedade de quem teve o incommodo (Doc. n. 21).

### Reconhecimento da posse de Matto-Grosso

Tão clara e legitima é esta posse, que o proprio Estado de Goiaz a tem reconhecido, quer na sua imprensa, até official, transcrevendo, sem contestação, argumentos a nosso favor, (Doc. n. 19), quer em sua mesma legislação, como aconteceu com a citada lei n. 6 de 5 de Agosto de 1838 e outra de 30 de Outubro de 1868 (Doc. ns. 41 e 32), quer, enfim, na sua organização fiscal, estabelecendo agencias á margem direita do Araguaia (Registro e Santa Rita), onde, por muito tempo, tem cobrado impostos de exportação para este Estado.

Ha pouquissimos annos, é que, tardiamente, Goiaz supprimiu aquelles postos fiscaes, no intuito transparente de não prejudicar as suas pretensões de limites.

Mais solennemente ainda tem sido reconhecida a posse de Matto-Grosso pelo Governo Imperial e Federal:

1—No texto das suas leis, como no Decreto Legislativo n. 1294 de 22 de Junho de 1866 "posterior ao decantado e ainda invocado parecer de 1864" decreto esse que creou um collegio eleitoral na villa de Sant'Anna do Paranhíba, da Provincia de Matto-Grosso.

2—Na sua divisão administrativa, seja ella postal, telegraphica, militar, judiciaria, etc., como é publico e notorio.

Neste momento mesmo, corre pela secção federal de Matto-Grosso, a divisão judicial de varias terras do Sul, em zona pretendida por Goiaz.

Com referencia ao districto telegraphico, deu-se, ha pouco, facto interessante. A estação de Registro do Araguaia, installada á margem esquerda desso rio, foi, durante a ultima agitação politica, transferida para a margem opposta, voltando, mais tarde, para a séde primitiva. Pois bem: mudando-se a margem, a taxa telegraphica tambem variou de cem para duzentos réis e vice versa, frisando assim, incisivamente, a linha de fronteira entre os dois Estados.

3—Na apuração das eleições federais, contando sempre para Matto-Grosso o voto das comarcas sitas no território contestado, como não, será difícil documentar revendo os arquivos do Congresso Nacional.

Podemos, pois, concluir que, de facto, Matto-Grosso mantém, ha longuissimos annos, sobre a inteira zona contendida a por Goiaz, uma posse mansa, pacifica, ininterrupta, reconhecida integralmente pelo Governo Federal, e, ás vezes, pelo proprio Estado contendor, posse, enfim, solicitada ou aceita com satisfação pelos moradores, como, sem grande custo, si provaria mediante um plebiscito, de que, aliás, já cogita este Governo.

Ora, esta posse, embora não se considere como elemento de prescrição acquisitiva ou usucapião, que se não pode admitir entre os Estados; muito embora não se leve em conta de immemorial, como, de facto, seria, porquanto "nenhuma pessoa viva se lembra de ter visto um estado de cousas diferente, nem de ter ouvido fallar delle por alguém que o tenha visto"; esta posse, em todo caso, como passamos a demonstrar, constitue, a favor do Matto-Grosso, um verdadeiro *uti possidetis*, claro, legitimo e valioso.

### III

A SOBREDITA POSSE MANTIDA PELO ESTADO DE MATTO-GROSSO, CONSTITUE UM LEGÍTIMO *UTI POSSIDETIS*, QUE FIRMA O SEU DIREITO EM TODA A REGIÃO OCUPADA

#### O *uti possidetis* e as terras em questão

Note-se bem, desde logo, que se não trata aqui da posse, como titulo habil para adquirir terras de outro Estado.

As terras em litigio não pertenciam, por isto mesmo, nem a Matto-Grosso, nem a Goiaz, nem a Estado algum; eram, sob este aspecto, verdadeira *res nullius*.

A posse, portanto, é aqui invocada como titulo para fixar e não para alterar a área territorial dos dois Estados.

#### Parecer do dr. Epitacio Pessoa

Nestas condições, bastar-nos-á para demonstrar o valor juridico do *uti possidetis* de Matto-Grosso, citar o seguinte parecer do eminente juriscônsulto, que hoje felizmente preside aos destinos da Republica.

"Não temos duvida de applicar ao nosso caso (questão de limites) o principio de que a posse pode valer, em favor daquelle que a tem, como munição de um direito preexistente.

Para que, porém, tal a origem, tracado e de limites territoriaes, é indispensavel que elle se tenha adquirido, determinado em tempo algum.

E, após ter citado Olvies Devilaque e Lafayette, conclui o mesmo illustrado auctor com o accordam n. 6 de 2 de Outubro de 1915, em que o Supremo Tribunal, assim definiu:

"O *uti possidetis* só é applicavel, quando não ha limites traçados"—Epitacio Pessoa: *A fronteira oriental do Amazonas*, pag 300.

Tal é, como acabámos de ver, o nosso caso. E esta pagina, escripta exactamente para negar o valor juridico da posse exercida pelo Pará sobre terras do Amazonas, é o minimo que se pode dizer a favor d'essa titulo, e projecta, por isto mesmo, uma grande luz sobre toda a nossa argumentação, que, afinal, se pode resumir nos seguintes termos.

#### Resumo

"O *uti possidetis* só é applicavel, quando não ha limites traçados"—(Accordam supracitado).

Ora, no caso de Matto-Grosso e Goiaz, os limites, como provámos, nunca foram traçados.

Logo o *uti possidetis* é, em toda essa questão, o unico titulo legal, garantindo a Matto-Grosso que o possui, legitimo direito sobre a inteira região occupada.

Recapitulemos, outrossim, o facto historico. Ao passo que Goiaz, illudindo-se com titulos fálhos, perdê o tempo em protestos ou em supplicas á Metropole, ao Imperio e á Republica para que façam valer seus pretensos direitos, Matto-Grosso, orientando-se pelo desafortino genial de Luiz de Albuquerque, abandona as interminaveis negociações de gabinete, e arroja-se, através de ingentes sacrificios, á conquista do seu titulo legal de dominio—a posse, que hoje lhe firma heroico e irrecusavel jus sobre toda a zona requestada.

#### Conclusão

Taes são, Exmo. Sr. Senador, em summa rapida, a que vão appensos 56 respectivos documentos, as ideas que julguei meu dever de officio expôr a V. Exia., ao confiar-lhe prazerosamente a missão de representar o Estado em sua mais importante pendencia de limites, na qual, aliás, é nosso unico interesse, que se mantenha o *statu quo* mais que secular, como um simples reconhecimento da verdade historica e juridica, apoiada em evidentes conveniencias de ordem geographica e social, para as quaes bem justamente appellaram Rolim de Moura, o proprio Luiz Pinto, Luiz de Albuquerque, Pimenta Bueno, Rio Branco, Corrêa da Costa e outros.

V. Exia. e os demais membros da Delegação, á luz dos seus singulares conhecimentos das coisas mattogrossenses, e sob a fecunda inspiração do seu ardoroso patriotismo, estou certo que saberão corrigir, desenvolver e completar estas singelas razões, de sorte que a pura verdade, sobranceando quaisquer paixões ou interesses de campanario, injustificaveis entre filhos de uma mesma Patria, resplandeça, quanto possível, em toda a perfeição da sua convincente simplicidade e clareza.

Deus guarde a V. Exia.

Exmo. Sr. Senador Antonio Francisco de Azeredo,  
Presidente da Delegação Mattogrossense ao Sexto Congresso do Geographia, em Bello-Horizonte.

+ Francisco de Aquino Corrêa,  
BISPO DE PAULISTA.

## DOCUMENTOS

### 1.ª SERIE

TENTATIVAS DE FIXAÇÃO DE LIMITES

#### Documento n. 1

Provisão do Conselho Ultramarino

Dom João, por graça de Deus, Rey de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além mar, em Africa, Sonhor de Guiné, &c. Faço saber a vós, D. Antonio Rolim de Moura, Governador e Capitão General da Capitania de Matto-Grosso, que para ficardes entendendo os districtos que comprehendem a vossa jurisdicção: Sou Servido mandar vos declarar por Resolução de 7 de Maio d'esto presente anno, em consulta do meu Conselho Ultramarino, que os confins desse novo governo do Matto Grosso o Cuyubá, hão de ser, para a parte de S. Paulo, pelo Rio Grande; e pelo que respeita á sua confrontação com os Governos dos Goyaz e do Estado do Maranhão, vista a pouca noticia que aliinda ha daquelles sertões, se vos ordena informeis com o vosso parecer, por onde

podrá determinar-se mais commodamente a divisão, declarando-vos que os confins do novo governo dos Goyaz, determinois sejam da parte do Sul, pelo rio Grande, da parte do Leste, por onde hoje partem os governos de S. Paulo e das Minas Geraes e da parte do Norte, por onde hoje e parte o mesmo governo de S. Paulo com os de Pernambuco e Maranhão.—El Rei N. S. o mandou por Manoel Cactano Lopes de Lavre e pelo Dr. Antonio Freire de Andrade Henriques, Conselheiro do seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias, Theodoro de Abreu Bernardes a fez em Lisboa a dous do Agosto de mil setecentos e quarenta e oito.—O Secretario Joaquim Mignel Lopes de Lavre a fez escrever.—Manoel Cactano Lopes de Lavre, Antonio Freire de Andrade Henriques.—Diogo José Pereira.

## Documento n. 2

Carta de D. Marcos de Noronha a D. João V

—Senhor.—Ho vossa Magestade serviu ordenar-me pela Provisão inclusa que informe com o meu parecer por onde poderá mais commodamente e naturalmente fazer-se a divisão deste governo com o de Matto-Grosso e Cuyabá.—Entre Villa Boa de Sant' Anna, Capital desta nova Capitania de Goyaz e Villa do Bom Jesus que até agora era Capital da Comarca de Cuyabá, haverá com pouca differença cinco graus de distancia, medidas pelo rumo de Noroeste e Sueste, ficando a dita Villa Boa a Sueste e a Villado Bom Jesus ao Noroeste, e no meio deste caminho pouco mais ou menos, se passa um rio chamado Rio das Mortes, que corre do Sul para Norte, advertindo que não é o Rio das Mortes, que ha nas Minas Geraes, mas outro do mesmo nome, totalmente diverso daquelle.—Tem este rio as cabeceiras em uma serra, a que, ainda, se não deu nome, que dizem ser um chapadão, que está situado Leste-Oeste, e as aguas vertentes para o Norte vão todas em varios rios, que depois se ajuntam uns com os outros a desaguar no Gran-Pará, e as que correm para o Sul se vão sepultar no mar pelo rio Paraguay, que com o nome de Rio da Prata, vae desaguar e confundir-se com o Oceano, em 34º de latitude ao Sul do Equinoecial.—Principiando, pois, nas cabeceiras do Rio das Mortes a linha da divisão, fica pela parte de Oeste dividida esta Capitania da de Matto-Grosso pelo dito Rio das Mortes, seguindo a sua corrente, e a daquelles em que se mette, e por maiores, o fazem perder o nome, como é principamente um rio chamado Rio Grande, que a oito dias de viagem indo, de Goyaz para Cuyabá, se passa, o qual corre de Sul para o Norte, (e é totalmente diverso do Rio Grande Geral que corre de Norte para Sul), o qual depois toma o nome de Maranhão, até que finalmente vae com o nome de Tocantins desaguar no Gran Pará; e continuando a linha de divisão correndo para o Sul se atravessará aquelle chapadão por uma linha tirada, das cabeceiras do dito Rio das Mortes até a do Rio Taquari, que é um dos que correm para o Sul e se descerá por elle abaixo até onde faz barra o Rio Cachoeira, e saindo por este acima até onde faz barra com o rio chamado Camapoa, subindo-se tambem por este até ao sitio que tambem se chama Camapoa e ali se atravessará o varadouro de terra que tem uma legua e tres quartos, se dará nas cabeceiras do Rio Pardo, que tem com leguas de corrente, pouco mais ou menos, e vae fazer barra no Rio Grande Geral que divide esta Capitania da de S. Paulo, do Norte a Sul; deitada assim a linha da divisão, fica clara e distinctamente dividida esta Capitania da de Matto-Grosso, pela parte de Oeste.—He o que posso informar a V. Magestade, que mandará o que fór servido.—Villa Boa, 12 de Janeiro de 1750.—D. Marcos de Noronha.

## Documento n. 3

1.ª Carta de D. Antonio Rolim de Moura, Governador de Matto-Grosso, a D. João Manoel de Mello, Governador de Goias.

Ilmo. e Exmo. Sr. Senhores.—Aqui se dá occasião de ir aos pés de v. exc., euendo muito em aproveitá-la pela

grande e justa consideração que tenho em v. exc. por este meio me fazer v. exc. digno de suas noticias, que sempre desejo boas. Pela copia inclusa, v. exc. verá, que Sua Magestade lhe serviu de ordenar-me para a divisão destas duas capitancias, pela razão que da mesma copia se deixa perceber e pelos fundamentos computas, que occorrem em semelhantes casos.—Para esta divisão ser feita com acerto, é necessario que ou consulte a v. exc. e lhe communique o meu parecer, ao qual me parece, que se deve attender a seguir.—O primeiro ponto a ajustar, e que me parece de se ajustar, não é a linha da divisão, mas a linha da Real, por se tratar do dito Senhores.—O primeiro ponto que se costumam e devem estabelecer os limites de que se trata, são as vilas, parecendo ser certo, que o Rio das Mortes, que se acha no meio do caminho, e que os Ministros, não se letam já mais ligar para serem os pontos, contendo-se cada um no que lhe está determinado, se evitam consideravos desordens.—E como, nos sertões despoventados e incognitos, se não pode fazer facilmente com segurança e com clareza para o presente e para o futuro, a separação dos districtos, se não pelos annos das soffras ou pelos alveos dos rios; e se devem eleger aquellas, ou aquelles que mais se entendem e proporem pela sua direcção, por entre as duas provincias continuantes; procurando eu, com attenção, sobre o mappa que pude haver do sertão que nos separa, e que tenho por verosimil, qual devia ser o termo destas duas capitancias, acho com propriedade e proporção o Rio-Grande, ou por outro nome, Rio-Cayapó; pois correndo, como corre, quasi em direitura, do sul a norte, desde as terras em que habita o gentio Cayapó, até a cidade do Gran Pará, he a divisa que se requer para as duas capitancias, que estão directamente de Leste a Oeste.—Deste mesmo parecer foi tambem (segundo me conta) o exmo Conde de Sarzedas, sendo general das Capitancias de S. Paulo, que comprehendia estas duas, e tendo ordem Real para dividir as duas Ouvidorias de Goyaz e Cuyabá, assignando-lhes limite certo: em cuja conformidade, executaram desde então, e exercem taminda presentemente, os Ministros de Justiça e Fazenda a jurisdição que lhes compete, até a margem occidental do mesmo rio; e se cobram tambem por esta Capitania os Dizimos de tudo o que produzem, e criam outras terras da dita margem.—Contra esta minha opinião poderá haver quem diga que desta Villa ao dito Rio-Grande, ou Cayapó, é muito mais longe que dessa; e que devendo-se attender no estabelecimento dos limites, a que as distancias fiquem eguaes, para que os recursos das partes não sejam desproporcionavelmente difficultosos, podia a divisão fazer-se pelo Rio das Mortes ou por outro algum lugar que se ache em meio dessas duas vilas.—Mas a isto se pode responder com o mesmo que já fica dito; e he que as divisões se devem fazer olhando não só para o presente, mas tambem para o futuro; e se assim como agora a capital desta Capitania está estabelecida nos seus confins occidentaes; e essa tambem tão chegada a elles, que lhe ficam ao Oriente, o ao Norte mais de duzentas leguas de distancia; se as circumstancias do tempo ou interesses da Monarchia fizerem que essa Capital se mude para Natividade, para as Arraías ou para o estreito do Cayapó; esta se estabelecerá no Cayapó, ou no Arraial de S. Antonio, que dista do Rio-Grande 20 ou 25 leguas, como se hão de ajustar depois as distancias da egual lida, para a facilidade ou difficultade dos recursos.—Por estes fundamentos e pelo de que, feita a divisão pelo dito Rio-Grande ou Cayapó, ficarão menos distancias os districtos das duas capitancias (pois sempre essa é uma razão, me parece que assim se deve declarar a S. Magestade: para o dito Senhor haver por bem determiná-lo firmemente, com a sua real approvação).—Mas não obstante a dita minha intelligencia, sempre tenho por preferivel a de v. exc., e me tal o solicito, como já protestei no principio desta carta.—Fico para servir a v. exc. que Deus guarde muito.—Villa-Bella, 16 de Junho de 1761.—Muito fiel capitão de v. exc.—D. Antonio Rolim de Moura.—Ilmo. e exmo. sr. João Manoel de Mello.—P. S. Como v. exc. me avisou em huma carta sua, que mandando procurar a minha primeira, que estava no exmo. Conde de S. Miguel, General dessa capitania, sobre o ouro que lhe mandei pedir e não appareceu, nem a carta della, remetto a v. exc. hũa copia de rog. que cá ficou tirada e assignada pelo Secretario deste Governo, que talvez poderá servir para clareza nessa Provincia.





proprio o Rio das Mortes: porque com tanta a direcção da estrada, tudo quanto deixa para a parte do Sul, fica sem divisão. Porém si entre o Rio das Mortes, e o Taquari mediar alguma couza que possa servir de baliza, por ella, e por um e outro rio pode correr a demarcação, até de uma e outra parte pegar no Rio Grande. Porém não havendo isso, eu não vejo outra divisão natural, se não pelo mesmo Rio Grande, que a direcção mais propria e adequada para distinguir uma Capitania de outra. O que a mappa assigna, e as suas cabeceiras e do Bacuriú, é por informações e conjecturas; sendo assim que a origem de um não fiquê distante da de outro, não me parece poder haver demarcação mais commodá do que pelos dous rios Grande e Bacuriú; porque o outro Rio Grande que vem das Góes, e por onde se navega para Cuyabá, é já demarcação determinada por Sua Magestade, entre esta Capitania e a de São Paulo, como V. Ex. verá da copia summa apontada: pelo que nessa parte não se pôde inovar nada, como pretende o paraver do Guarda-Mór Bueno, com o pretexto de serem os Cuyabás completa dessa Capitania. Desta mesma determinação se convençe não, ser impossivel partirem estas duas Capitancias pelo Rio Grande, ficando algum tanto mais perto de Goyaz, que de Cuyabá: pois com maior desigualdade parte pelo outro Rio Grande esta Capitania com a de São Paulo, e com a de Pará se limita também pela Cachoeira da Aroeira, ou Aroeira, por uma Provisão do Conselho, sendo que d'aqui até aquelle termo se gastão perto de dous mezes e calli a Borba, primeira povoação do Pará, são quatro ou cinco dias de viagem. Da mesma sorte não deve fazer reparo a grande dificuldade de extensão de uma e outra Capitania: sem embargo de comprehender estas terras tão dilatadas, a pouquissima gente, que tem, a redar presentemente a um só Governo. Porém se como tempo se for povoando, a essa mesma medida se ha de ir dividindo, e subdividindo outras couzas se tem praticado desde que a America se descobriu até agora. Isto é o que acho contra o projecto de demarcação do Guarda-Mór Bartuzar de Godoy e do Capitão-Mór da Conquista João de Godoy. Mas na materia não resolvo nada sem me constar, à vista destas razões, a vontade de V. Ex. e de Sua Magestade, que tenho o apêro mais seguro, fico para servir a V. Ex. Villa-Bella, a 21 de Agosto de 1762. Ilmo. e Exmo. Sr. João Manoel de Mello. Muito Amigo e Captivo de V. Ex. D. Antonio Rolim de Moura.

#### Documento n. 7

Carta de Luis Pinto de Sousa Coutinho, Governador de Matto-Grosso, a D. João Manoel de Mello:

Ilmo. e Exmo. Sr.—As leis da bôa vizinhança, unidas ao particular interesse que tenho de repetir a V. Exa, as proptações do meu attencioso respeito, fazem que eu aproveite toda a conjunctura que se me offerece com a mais particular satisfação; e agora posso conciliar ao mesmo tempo, quanto pede o meu particular obsequio, com o que devo ao serviço de S. M. e que actualmente ponho na presença de V. Ex.

Examinando os papeis existentes na Secretaria desta Governo, encontro que o Conde de Azambuja, meu Predecessor, abriu no seu tempo uma negociação com os antecessores de V. Ex. a respeito dos limites que se devião presser ver as duas Capitancias pela parte donde confinão; e que ainda se não achão estabelecidos pelas provisões e ordens de S. Magestade. Não descubro, porém, nenhum documento em que esta matéria, (que deu motivo a algumas contestações) chegou por ultimo ao termo da sua decisão, mas como pode acontecer que sobre ella haja alguma couza positiva que eu ignore, ou que aqui se tenha desencaminhado, supplico a V. Exa. se digno communicar-me, para eu ficar inteirado neste particular. No caso porém que nada se tenha concluido rogo igualmente a V. Exa. me proponha sobre a mesma materia o seu arbitrio, para que ficando ambos de accordo, eu possa participal-o a Corte, e acabar por uma vez este ponto que a mesma tem recommendado a este Governo por tão reiterado aviso.—Deve V. Ex. porém persuadir-se que o meu genio não é de produzir contestações, a título de pugnar por uma ju-

rislicação mal entendida: concludo que mais é mais irrevolo que mostrar obstinação sobre um ponto de que não pode resultar vantagem ao serviço de S. M., a quem pertencem ambas as Capitancias. De todo este preludio pede V. Exa. tirar por consequencia a docilidade com que deverei abraçar qualquer arbitrio que V. Ex. se dignar propôr-me, para que de uma vez eu possa fixar os verdadeiros limites desta Capitania, no mappa que da mesma pretendo offerecer a S. M. o que espero alcançar de V. Exa. em obsequio do meu rendimento.—Não é pois para perverter o incontestavel systema que me tenho proposto mas unicamente para satisfazer de algum modo a minha obrigação e que ponho na presença de V. Exa. o projecto incluso que conforme as divisas naturais dos rios e cordilheiras, que a vista dos mappas se offerecem entre as duas Capitancias, me pareceo mais racional, para se ajustar esta materia, a qual V. Exa. se dignará ponderar com aquellas superiores luzes, e reflexão de que é dotado, atim de se decidir-a.—Porém como os mappas são tão incompletos, como tenho tenho experimentado, eu não me constituo garante dos erros do meu projecto, que V. Ex. terá a bondade de querer ratificar como lhe cumprir, na intelligencia que desta sorte se hade executar. Resta-me unicamente para satisfação da minha curiosidade que V. Ex. queira informar-me dos rios mais consideraves que das terras da sua Capitania dirigem o seu curso para o Norte e vão desaguar no Amazonas; com a particularidade dos seus nomes, origem das suas fontes, e confluencias; e especialmente do rio Paraupeva que acho apontado em algumas memorias, fica entre o rio Grande, que vai do caminho de Goyaz ao rio dos Arinos; o qual, porém, não acho descrito em nenhum mappa com esse nome. Da mesma sorte desejaria saber quaes são os que constituem o Tocantins, o Goanapú, que com o Pacayas desagüam ambos unidos no Amazonas com o nome Bogues, e ultimamente o Ningú, por serem estes os mais conhecidos de todos os que desagüam pela parte meridional, nos dominios do Gram-Pará, principalmente os dous ultimos que pela sua grandeza é impossivel deixem de ter as cabeceiras em igual altura das do primeiro e V. Ex. me obrigará sem duvida infinitamente com estas noticias. Por não abusar mais tempo da benevolencia de v. exa., se me faz preciso concluir esta carta, rogando-lhe a mercê de acreditar sempre o meu profundo respeito. Deus guarde a V. Ex. muitos annos. Villa Bella, 4 de Maio de 1769. De V. Ex. Ilmo. e Exm. Sr. João Manoel de Mello,—o mais obsequioso e reverente creado. Luiz Pinto de Souza.

Esta missiva era acompanhada do seguinte projecto de demarcação:

#### PROJECTO PARA A DEMARCAÇÃO DOS CONFINES DA CAPITANIA DE MATTO-GROSSO COM A CAPITANIA DE GOYAZ

Nem pelas instrucções dadas ao Conde de Azambuja, meu predecessor, no paragrapho 21 em que se trata da demarcação dessa Capitania, nem pela Provisão de 2 de Agosto de 1748 expedida pelo Conselho Ultramarino, em que se tratou tão bem o mesmo ponto se estabelecerão os limites desta Capitania pela parte do Norte, nem do Nascente, por falta de conhecimentos geographicos dos paizes e sertões que mediavam entre as suas fronteiras e as da Capitania do Pará e Goyaz, recommendando S. Magestade de indagar exactamente esta materia, para que a vista dos mappas e planos expostos pelos Governadores respectivos, se houvesse de determinar positivamente com um pleno conhecimento de cauza.—Até agora se tem adeantado muito pouco a execução das ordens de Sua Magestade, ficando este assumpto na mesma perplexidade em que tem persistido ha tantos annos.—Segundo, porém, os ultimos descobrimentos e mappas mais exactos que até agora têm havido destes Paizes, parece que o projecto mais natural para se terminar este negocio a respeito da Capitania de Goyaz, seria, conforme os mesmos mappas, da maneira seguinte.—A Capitania de Matto Grosso, confina com a de Goyaz pela banda de leste desde a altura de 9° 31' de latitude austral até chegar a confluencia do Rio Pardo com o Paraná, que fica com pouca differença na altura de 22° 30' da mesma latitude e quasi em 333 graus de longitude, vindo assim a perfazer uma bndã de terra entre os limites das duas Capitancias, que perfaz a



somma de 13 graus de latitude meridional.—A divisão natural dos dous Estados parece, pois, que deverá tirar-se entre os dous pontos do Norte a Sul, com uma linha, que os toque, a qual deve ter principio do ponto do Norte, como a parte de onde se deve proseguir gradualmente.—Isto supposto, vem a principiar o primeiro termo da divisão 30 minutos mais acima do lugar em que o Rio Paraná entra no Araguaya na altura de dez graus de latitude, antes de se tornar a ilha Grande chamada do gentio Corumbaré ou Corumaré.—Daqui proseguindo naturalmente a remontar o dito rio Araguaya pelo braço occidental que forma a mesma ilha, se deve chegar a foz do rio Vermelho, continuando até as fronteiras do referido Araguaya, ou Rio Grande. Vindo, pois, a demarcação a este termo o caminho mais natural, que parece deve proseguir-se, é o de vir procurar com uma pequena curva as cabeceiras do Rio Camapuã até chegar a foz do Rio Pardo, descendo por elle abaixo até ao ponto em que faz com o rio Atembé ou Paranaíba, pois, a linha que se quer mais curta e mais distinctamente formada pela natureza para servir de uma baliza permanente. Ao contrario, vindo a sobredita demarcação procurar a contra corrente do Rio das Mortes, não conserva a dita linha, e a linha que se quer, sendo no caso que se proseguisse d'alli a encontrar o Rio Paqueri ou rio Paranauma, visto ficar as cabeceiras do dicto Rio das Mortes em quasi 16 graus de latitude, e a do Camapuã o Rio Pardo, (que são os limites reconhecidos desta Capitania), na altura de 20 graus, o que se adivinha faz uma linha de separação e uma separação por terra, e a linha mais natural e arbitrária, mas até sumamente distante.—Ao contrario, ficando as cabeceiras do sobredito Rio Grande ou Araguaya em mais de 13 graus de latitude, claramente fica demonstrada a sua porção em pouca distancia e consequentemente muito mais natural a linha de separação tirada por este termo.—A razão por que colloquei o ponto capital da divisão no termo de 9 graus e 30 e não no de dez em que entra o Paraná no Araguaya, (e parece terminarem os limites dessa Capitania com os da do Pará, o que parecia mais natural), foi porque sendo o termo da divisão desta Capitania com a do Pará pela parte do Norte, subindo o rio de Madeira, a primeira caxoeira que nelle se encontrar, aquella fica na sobredita altura, com a differença de um ou dous minutos, era mais natural que a linha tirada da cabeça do angulo que forma o termo da divisão dos dous Estados, principia-se tambem na mesma altura, para que se tocassem os extremos proporcionalmente entre os mais circulos e parallelos.—E como isto não prejudicava em nada os dominios da Capitania de Goyaz, por isso não fiz escrupulo em me conformar com este partido.—Villa Bella, 4 de Maio de 1769.—Luiz Pinto de Souza Coutinho.

### Documento n. 8

#### *Carta de Luis de Pinto a Furtado de Mendonça acompanhada do Termo de accessão*

Ilmo. e Exmo. Sr. Pela carta de 4 de Maio de 1769, que dirigi ao seu Antecessor, o Exmo. Sr. João Manoel de Mello, está V. Ex. instruido do objecto, que então deu motivo áquelle officio, a respeito das divisões dos limites desta Capitania e da de V. Ex., os quaes ainda se achão indefinidos; não obstante as ordens de Sua Magestade, que ha muito tempo prescreverão este regulamento de commun accordo, entre os dous Governos, a fim de se poder tomar no Conselho a ultima resolução nesta materia. Parece como depois de haver, escripto a referida carta, que a acompanhava o projecto por mim imaginado, para a sobredita divisão, encontrei nesta Secretaria os documentos, adjuntos, que inclino a V. Ex. por copia, venho a alegar, que entre o Senhor João Manoel de Mello, e o meu predecessor o Conde de Azambuja, se tenha já entablado esta negociação, se bem que não produzisse algum effeito, pela nimia firmeza, com que o referido Conde pretendeu sustentar a extensão dos limites desta Capitania, sendo ella aliás, tão vasta, e tão inculta. Eu, porem, que não diviso neste objecto vantagem alguma relevante para os seus interesses, nem utilidade mais proxima para o serviço de Sua Magestade: meditando imparcialmente sobre a carta do Senhor João Manoel de Mello de 15 de Se-

tembro de 1761, e ao mesmo tempo, sobre as claras razões, que na de 7 do referido mez e anno, expoz ao mesmo Senhor o Capitão Mór da Conquista João de Godoy Pinto da Silveira: tenho a decilidade de acceder a ellas, reformando inteiramente o meu projecto não obstante as differentes considerações em que elle se apoiava, participando a V. Ex. em como me acho conforme com a referida proposição para a divisão dos limites inteiramente de accordo com as pretensões desse Governo, fundado não só na posse em que se acha, mas nas solidas razões de congruência, e proporção em que se estribar não sendo de alguma utilidade ao bem do serviço de Sua Magestade, nem dos Povos, que as Capitánias tenham uma extensão tão excessiva, que se não possa occorrer promptamente á sua defeza, e a administração da Justiça distributiva: sendo certo, que estas forças em todo o tempo as considerações, porque a illuminada politica da nossa Corte, procurou sempre repartir os Governos naquellas subdivisões, que julgou mais adequadas. Nesta conformidade inclino a V. Ex. o testemunho formal da minha accessão ao referido arbitrio, esperando, que V. Ex. se dignará de dirigir-me o reversal, assignado pela sua mão, e sellado com o seu sinete, a fim de por-me na presença de Sua Magestade, por via do seu Conselho, de nullo accordo, o objecto da presente convenção. Deus guarde a V. Ex. Villa Bella, 25 de Março de 1771. Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Carlos Furtado de Mendonça. *Luiz Pinto de Souza.*

#### TERMO DE ACCESSÃO DE 1º DE ABRIL 1771:—

• Não obstante a duvida que até o presente havia subsistido entre os meus predecessores, e os Governadores da Capitania de Goyaz, a respeito dos limites de um e outro governo pela banda de leste, e oeste para onde oppositamente confinam: comtudo, havendo considerado a vastissima extensão da Capitania de Mato Grosso, por todas as mais partes dos seus limites; e sendo inordinadamente impossível poder-se nella sustentar a prompta agitação, e a diligencia, nem a sua necessaria defesa, em uma fronteira tão dilatada; se caso se houvesse de estender a linha pela banda de leste até o Rio grande, ou Araguaya, em cujo limite consistia toda a força da questão por se julgar o dicto rio uma baliza mais notavel e decisiva: comtudo, cedendo á força das sobreditas considerações, a unica que se deve contemplar em utilidade do serviço do Estado de S. Magestade, como tambem a posse incontestavel em que se acha a Capitania de Goyaz de todo aquelle territorio até o

Rio das Mortes: confino-me com a ordem de S. Magestade de 2 de Agosto de 1769 expedida pelo seu Conselho Ultramarino a ambos os Governos, em que a mutua divisão das duas Capitánias se faça pelo referido Rio das Mortes, desde o ponto de sua confluencia no Rio Grande, até a foz do rio Paraná, na forma que mais naturalmente se acha deduzida em o arbitrio proposto pelo Capitão-Mór da conquista, João de Godoy Pinto da Silveira ao Governador e Capitão General da Capitania de Goyaz, João Manoel Mello, em data de 7 de Setembro de 1761, e demonstrado no mappa com elle adjunto. E conformando-me igualmente com a congruência das razões que o referido Governador expoz em carta de 15 de Setembro do sobredito anno, ao meu predecessor o Conde de Azambuja: me cumpre declarar em como se me não offerece duvida alguma por parte dos interesses desta Capitania, nem do serviço de S. Magestade em convir nos limites propostos para fixar as raízes de demarcação; antes positivamente accedo ao dicto projecto na maneira que nelle se acham circumstanciadas os ditos limites. E para que S. Magestade seja servido dignar-se de determinar esta materia, na forma das suas reais ordens, mandei passar este acto de accessão ao referido arbitrio que vac por mim assignado, e sellado com o sinete das minhas armas.—Dado nesta Capital de Villa Bella, a 1 de Abril de 1771.—*Luiz Pinto de Souza.*

### Documento n. 9

#### *Carta de Luiz de Albuquerque ao Governador de Goias, José de Almeida Vasconcellos de Soveral e Carvalho, em 1773.*

Ilmo. e Exmo. Sr.—Supposto a pratica que tivemos nessa Villa, relativamente á convenção definitiva sobre os limites das duas capitánias que nós achamos governando, o os

principios de proposição reciproca, que já houve a esse respeito, entre os nossos Predecessores, fiz uma reflectida e desinteressada combinação, não só de todas as noticias oculares que adquiri na minha viagem, mas de todas as que me forneceram as melhores informações e as cartas do paiz mais approximadas do verdadeiro, que com bastante cuidado solicitei haver a mim da mayor parte dos governos do Brazil, e em consequencia de tudo, devo informar a V. Exc. com a sinceridade e a franqueza devidas, que o meu conceito sobre a materia se reduz a conformar-me ao plano de divisão provisoria e interino que por parte dos dous governos se acha actualmente reconhecido; porquanto servindo este de preceito (que jamais poderia confundir-se nem equivocar-se) a corrente do Rio Grande que a Natureza providamente estabeleceu para separa-los, fazendo o seguir quasi perfeitamente o rumo do Sul a Norte; o que, com effeito, forma uma linha de direcção a mais natural que pôde se desear. Parece que só estes limites devem adoptar-se, principalmente não se offerecem ao Oeste do referido Rio, algum outro em que se verifiquem humas semelhantes condições; porque o rio chamado das Mortes, cuja embocadura no mesmo Rio Grande se reputa a pouca differença em 12 graus de latitude, ainda que corre hum pouco mais no interior deste Governo, como a sua corrente principal não demore a separação que se deseja, antes ao contrario representa uma curva summamente improrportionada para o nosso caso; o meu voto é o que acabo de produzir na presença de V. Exc. a quem tenho a honra de remetter o incluso pequeno mappa que representa o sobredito estado actual da divisão e o que unicamente parece, pelas razões ponderadas que deve subsistir, para que V. Exc. dignando-se empregar as suas judiciosas reflexões neste particular, desde tão antigo tempo contravértido, me haja de communicar os seus positivos sentimentos.

No caso que o exposto meu parecer, fundado no de meus predecessores e no estado e situação presente possa merecer a illuminada approvação de V. Exa. espero que me fará os avisos competentes na certeza de que eu estarei prompto a mandar formar duas cartas perfeitamente semelhantes, para que cada humo della seja remettida, por nós acompanhada das respectivas representações á decisão da Corte.

Passadas as aguas que proximoamente devem principiar, tendo determinado mandar erigir o novo estabelecimento de terra, registro nas alturas pouco mais ou menos do rio Barroto e como esta pequena fundação, que se faz indispensavel, deve ser executada tanto nas vizinhanças do Rio Grande e poderia fizesse precisos alguns sacornes, ou assistencias de fazenda do Zedus situada na margem oriental delle, existindo que a Valle de Orizaba, a muito distantes suplico a V. Mage. de mandar que se mandasse a esta a enlil fundeado

Amia Bella, 15 de Outubro de 1773.—*Leitor de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.*—Almo e Exmo. Sr. José da Almeida de Carvalho.

Documento n. 10

*Officio do Dr. José Antonio Pimenta Bueno ao Ministro do Imperio, em 28 de Julho de 1837*

Illustrissimo e Exellentissimo Senhor.—Em officio de vinte e sete de Agosto ultimo, numero quarenta e nove, tive a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia, que passava a colher os dados necessarios para que pudesse com exactidão, dar cumprimento ao Aviso do Vossa Excellencia de oito de Junho de mil oitocentos e trinta e seis, pelo qual ordenava-me, que informasse circumstanciadamente se convinha fazer algumas alterações nos limites actualmente existentes entre esta e as outras Provincias do Imperio, com quem confina. Exigi, com effeito, do Commandante de Armas, do Brigadeiro Jeronimo Joaquim Nunes, e do Governador do Bispado a emissão de suas opiniões a respeito; e por quanto não obtive os esclarecimentos satisfactorios, forço a que limite me a levar á presença de Vossa Excellencia o que pude colher dos monumentos existentes na Secretaria

deste Governo. Confina esta Provincia com a Republica da Bolivia, e Governo do Paraguay, ludo por onde não se faz de mister informações. Confina tambem com a Provincia de S. Paulo, Goiaz, Minas Geraes e Pará.

Pelo que respeita à confrontação com Goiás, não encontro disposição alguma definitiva a respeito: vejo, sim, que a Corte tinha autorisado a alguns Generaes da America a deliberar entre si sobre as divisas de suas capitancias; e que fundado nisso o General de Goiás, João Manoel de Mello, por convite do Conde de Azambuja, General desta Provincia, propuzera-lhe em quinze de Setembro de mil setecentos e sessenta e um, que as duas Provincias se dividissem pelo rio Araguaya (que vai desaguar no Tocantim), aguas acima até a embocadura do Rio das Mortes, que subisse a divisa pelo alveo deste até uma de suas cabeceiras, donde se tirasse rumo ás vertentes do rio Pardo, pela qual desceria até o Paraná. O Conde de Azambuja, com razão, nunca quiz acceder a esta divisa, e pretendem sempre, que o Araguaya, que se denomina tambem Rio Grande, servisse de confrontação em todo o seu curso, como balisa mais natural e conhecida: seu successor, porem, o General Luiz Pinto da Souza accedeu formalmente a ella, em data de primeiro de Abril de mil setecentos e setenta e um. A resolução deste General, que era consequente com o seu plano acima exposto de divisa com S. Paulo, não se mostra approvada pela Corte, antes é facto innegavel que até o presente, continuou o Governo desta

Provincia a exercer actos de posse e jurisdicção sobre todo o territorio a quem do Araguaia, que em virtude della ficaria pertencendo a Goiaz. Com effeito seria mui prejudicial aos interesses de Matto Grosso, e sem utilidade alguma para Goiaz, que uma tal resolução pudesse prevalecer, por quanto: primeiro, o Araguaia é rio caudaloso, barreira natural, conhecida e tal que jamais deixará suscitar contestações; e pelo contrario, alem de ser custoso designar qual das cabeceiras do rio das Mortes serviria de limites, tornaria não pequeno espaço de campos abertos entre ellas e o rio Pardo, sem raias certas, motivo de futuros conflictos de jurisdicção; segundo, não ha um só Goiano a quem do Araguaia, e tarde e mui tarde, a população de Goiaz poderia chegar ao territorio comprehendido entre o rio Parana, rio Pardo, rio das Mortes, e Araguaia; e pelo contrario a Provincia de Matto Grosso já tem muitos povoadores nas campanhas que ficam a oeste ou a quem do Araguaia e ao Sul ou alem do rio das Mortes, tem um destacamento militar nas cabeceiras do rio Pequiri, um não pequeno aldeamento de Indios, e a Freguezia que breve avultará de D. Pedro segundo, onde serve de Delegado do seu Governo, o Capitão José Garcia Leal; terceiro, não tem Goiaz interesse algum de promover em todo esse territorio; tem Matto Grosso o primeiro dos seus interesses. A estrada que se está abrindo para S. Paulo, o atravessa em toda sua extensão; a Goiaz converia que ellas se não abrisse, por que alli, ficam annualmente não poucos Capitães de Guisabá, e ficaria em quanto a commercio por alli transitar; mas as forças industrias de Matto Grosso tem de desenvolverse e crescer rapidamente, conhecida, que seja essa importante obra; para o que é de mister, que continue o seu Governo a ter sob sua jurisdicção esse territorio até a margem direita do Paranahyba e Parana, sobre cujas passagens só elle proverá com maior interesse quanto a sobre dita resolução do General Luiz Pinto de Souza privava a sobre dita outra parte de seu plano em relação á divisa com S. Paulo; não approvado em sua totalidade seria um contra senso, em crear uma porção do Goiaz entre a do Matto Grosso, S. Paulo e Minas, de quem a metade parte o Municipio de Uberava, dentro de Goiaz, que então confrontava com a Provincia de S. Paulo, por uma grande porção da costa do Parana, onde actualmente não tem um sepulchro de terra.

Em summa a divisa entre esta Provincia e a de Goiaz deve ser a mesma que de facto tem sempre subsistido. Serve de limite o rio Araguaya aguas acima até as suas cabeceiras na serra de S. Martha: e atravessada esta segue a divisa pelas proximas e oppostas vertentes por onde desce ao rio Correntes, que incorporado no rio Paranaíba, e por outro nome Turvo, entra no Paranaíba, o qual vai desaguar no Parana.



vernadores e os estúdios feitos nos tempos colonias, para a fixação da linha divisória entre as Capitães de Goyaz e Matto Grosso, verificamos que a esphera do Rio das Mortes fundava-se principalmente no facto de se suppor, pelo pouco conhecimento que então havia dos sertões, que o seu curso era de N. S. e a sua situação, no sertão, a media das capitães das duas capitães, o qual inteiramente falso e mais falso tornou-se ainda pela mudança da capital de Matto Grosso, da cidade de Villa Bella para esta de Cuyabá: 3.º que contra a inconveniente fixação do Rio das Mortes como linha divisória, protestou em 1775 Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, successor de Luiz Pinto de Souza Coutinho; 4.º que o projecto de lei e o seu vossa opinião, luminoso e bem deduzido parecer da commissão de estatistica da Camara dos Deputados, de 1864, apresentando o Rio das Mortes como linha divisória entre as provincias de Goyaz e Matto Grosso, sob o fundamento de que esse rio tem a sua cabeceira equidistante das capitães das duas provincias, revelando a mais completa ignorancia sobre os assumptos da mesma commissão, é documento de nenhum valor, pois que a dita cabeceira acha-se a 18 leguas a L. desta capital e a mais de 132, a J. da d. Goyaz; 5.º que o rio Barreiros, considerado erradamente em alguns mappaes como affluente do das Mortes, é distincto deste e afflue directamente para o Araguaia, não podendo por isto servir de limite natural e continuo desde a foz do mesmo rio das Mortes, por se interpor entre ambos o espaço que separa as respectivas aguas; 6.º que em todo o territorio intermediario entre os dois Estados, hoje bem conhecido e estudado, não se depura limite mais commoda, natural e conveniente, pela sua importancia geographica e pelo seu curso—de S. a N.—do que o grande rio Araguaia o qual definindo perfeitamente a linha divisória, uma vez adoptado para esse fim, evitarão não só despezas de demarcação, como litigios ou dvidas naturas; 7.º que antes de sua separação da Capitania de S. Paulo, o limite das duas ovidorias de Goyaz e Cuyabá—foi o rio Araguaia. Limite esse recebido em 1738 pelo Conde de Sarzedas, Capitão General e Governador de S. Paulo, que serviu em 1733, para divisão dos d. Prelazias crendas pela Real C.ª de 16 de dezembro de 1746; 8.º finalmente, que se não reconheceu o Araguaia como limite de Matto Grosso pelo primeiro Governo de Goyaz, pois a lei goyana n.º 6 de 5 de agosto de 1818, que creou a parochia das Flores do Rio Verde, declara no art. 3.º que servirá de limites á nova freguezia do Rio Verde além do Turvo, desde as suas primeiras vertentes até a sua foz no Rio dos Bois e por este abaixo até contribuir no Paranahyba e por este a baixo até a sua confluencia no rio Pardo, e por este acima até as suas primeiras vertentes no sertão de n.º, e dahi por um

Documento n. 13

«**Pandem ainda de decisão definitiva as questões de limites entre este Estado e os de Goyaz, Pará e Amazonas.**  
Com relação a Goyaz, tenho a informar-vos que, havendo a lei daquelle Estado n. 290 de 21 de Junho do anno pasado, traçando os limites do município de Mineros, comprehendido nelle uma grande parte do territorio matto-grossoense, apressei-me, logo que tive conhecimento dessa lei, em protestar contra ella, o que fiz publicamente, que abaxio transcrevo, dirigido ao Presidente do dito Estado, em 7 de Novembro do referido anno.

Assim procedendo, estou certo que defendi um legitimo direito nosso contra a descabida pretensão que se encerra na

referida lei, não tendo até hoje tido resposta ao citado officio, que é este:

Palacio da Presidencia do Estado de Matto-Grosso, em Cuyabá, 7 de Novembro de 1907.—Snr. Presidente do Estado de Goyaz.

Tendo somente agora conhecimento da Lei n. 260 de 21 de Junho do corrente anno, pela qual o congresso desse Estado traçou os limites do municipio de Mineiros, comprehendendo neste toda a parte do territorio matto-grossense situada desde as cabeceiras do rio Taquary, por este abaixo até a sua confluencia no rio Coxim, por este acima até as suas cabeceiras, pelo rio Pardo até a sua confluencia no Rio Paraná, por este acima até o ponto em que conflua o rio Correntes, por este acima até as suas cabeceiras, destas por uma linha recta até a serra de Santa Martha e por esta até as nascentes do rio Grande ou Araguaya; venho, para a todo tempo salvaguardar os direitos de Matto-Grosso e em nome do mesmo Estado, protestar contra o que a tal respeito dispõe a referida Lei.

O Estado que tenho a honra de administrar, tem, desde os tempos colonias, o dominio, posse e jurisdicção, não só na extensão territorial que a recente Lei goyana incluiu no municipio cujos limites traçou, como tambem em todas as demasterras que o Estado de Goyaz pretende, sem justo fundamento, reivindicar delle; estando já, a esse respeito, os direitos do Matto-Grosso bem definidos na parte historica do Atlas do Imperio do Brazil, organizado em 1868 pelo Dr. Candido Mendes de Almeida, no opusculo que sob o titulo — Limites de Goyaz com Matto-Grosso — publicou o General Francisco Raphael de Mello Rego, e no officio n. 41 de 17 de Julho de 1896, dirigido pelo então Presidente deste Estado, Dr. Antonio Corrêa da Costa ao de Goyaz, conselheiro Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, e publicado, em appendice ao citado opusculo do General Mello Rego.

Fazendo minhas, e como parte integrante deste, todas as considerações expendidas nos citados trabalhos e das quaes resulta, a evidencia, o nenhum direito que assiste a Goyaz para tal reivindicacão; cumpre-me declarar-vos, Snr. Presidente, que, como até aqui, continuará Matto-Grosso a exercer todos os actos de dominio, posse e jurisdicção na parte do seu territorio, arbitrariamente incorporada ao municipio Goyano de Mineiros; tendo eu providenciado já para que, de modo nenhum, seja alli tolerado acto algum de autoridade, por vós ou por vossos successores nomeada.

Outro não poderá ser o meu procedimento, estou certo, que convieris, enquanto as divergencias dos dois Estados sobre semelhante assumpto, não estiverem resolvidas pelo Congresso Nacional, no qual constitucionalmente compete decidir essa secular contenda. Saúde e fraternidade. Goyaz, 11 de Setembro de 1907. P. L. DE SOUZA PONCE.

## 2.ª SERIE

POSSE, DOMINIO E JURISDICÇÃO DE MATTO-GROSSO  
EM TODA A ZONA CONTESTADA

## Documento n. 19

Trecho da "Pala" do Exmo. Snr. Presidente da Provincia de Matto-Grosso, Antonio Corrêa da Costa, perante o Conselho Geral em 1831.

— "Tambem parece-me conveniente trazer ao conhecimento d'este Conselho que em 1787, á custa da Camara o porto d'esta Cidade, se abriu a estrada actual d'esta Provincia para a de Goyaz; e 86 annos depois, para evitar os contrabandos e fugas dos escravos, se estabeleceu hum Registro, que teve seu nascimento na Insua, e ha muitos annos esta no Rio Grande, extremidade desta Provincia com a de Goyaz, onde ha uma passagem administrada pela Junta do Parana de aquella, cujos que por omisso e taciturnidade se passou pois que sendo a estrada feita, como foi á custa d'esta Provincia tendo ella alli um Registro, com o qual faz

um pequeno despezo, e não tendo Goyaz estabelecimento algum da parte d'além, e existindo somente o nosso da parte d'aqui, parece deve pertencer a esta Provincia aquella passagem, e só assim obteremos o fim para que foi creado o Registro, pois o passador como é pertencente a Goyaz, só encara o interesse proprio, dando passagem a torto e a direito, sem se importar se o andante é escravo, ou não, do que resulta não pequeno prejuizo a esta Provincia."

NOTA.—Este documento foi transcrito em Goyaz, nos nos. 279 e 281 da "A Matutina Matoponiense", organ official do Governo, respectivamente nos dias 10, 12 e 14 de Janeiro de 1832.

A abertura da estrada, a que se refere o Presidente, consta dos annos do Senado da Camara de Cuyabá, nos seguintes termos:

Anno de 1786.—Neste mesmo anno rubio desta villa Antonio de Pinho de Agrevedo com bastante gente a abrir o caminho para Goyaz, fomentado do Ouvidor Geral Doutor João Gonçalves Pereira, com promessas de muitos aumentamentos.

Anno de 1787.—No mes de Setembro deste anno chegaram os que tinham sido abrir o caminho de Goyaz com cavalarias, e gallos, que forto os primeiros que nestas Minas entraram; vindo logo muita gente daquellas para estas de modo com a fama de Matto-Grosso que já corria.

## Documento n. 20

Lei n. 7 de 12 de Agosto de 1835

Art. 1.—Desde já se estabelecerá entre as nascentes dos rios Sucuriú, Taquary e Piquiry humia Colonia, que deverá ser habitada pela horda de Indios da Nação Cayapó que proximoamente emigrar da Provincia de Goyaz para esta, e se acha nas immediações do Piquiry.

Art. 2.—Esta Colonia será collocada no lugar, que dentro dos limites marcados no artigo antecedente, mais commodidades offerecer aos novos habitantes, e em contacto com a estrada que se está abrindo em direcção a S. Paulo, a fim de que os viajantes e Colonos se prestem mutuos soccorros.

Art. 3.—Designado o ponto, em que deve ser fundada a Colonia, será o terreno nivelado e dividido symmetricamente, de maneira que os edificios pela sua construcção e regularidade, concorram para a elegancia e salubridade da Povoação.

Art. 4.—O Destacamento Militar, ora existente nas margens do Piquiry, será transferido para o lugar de estabelecimento, e nelle empregado na manutencão da ordem e policia local.

Art. 5.—Logo que a estrada se torne transitavel, será este destacamento augmentado de dois terços da sua força actual, para fornecer outro subalterno, que será posto na margem do rio Imitrophe das duas Provincias, por onde deva passar a estrada.

Art. 6.—A Administração, finanças, economia, e policia da Colonia será confiada a um Director, que terá para coadjuvar aquelles empregados subalternos, que o Governo Provincial julgar indispensaveis.

Art. 7.—O Governo nomeará o Director, e mais empregados, assignar-lhes ha ordenados, que serão submittidos á approvação da Assembléa Legislativa Provincial, e dará as instrucções regulamentares para o regimen da Colonia.

Art. 8.—A Jurisdicção policial, conferida no Art. sexto ao Director, cessará logo que a Colonia e suas immediações contiverem numero de fogos (não comprehendidos os dos Colonos indigenas) para ter um Juiz de Paz.

Art. 9.—Fica desde já creada humia Parochia na referida Colonia, e o Parocho para ella nomeado vencerá a congrua de trezentos mil reis, e terá uma casa de residencia com seu quintal á custa da Fazenda Publica Provincial, que passará aos seus successores, e ao primeiro se dará em propriedade e á sua escolha hum terreno que todavia não excederá de humia sesmaria.

Art. 10.—Ficão isentos de dizimos e outros quaesquer impostos, por vinte annos, não só os colonos, como todos os outros individuos, que se foram estabelecer desde as margens do Piquiry até as do Paraná, na direcção da nova estrada. (Seguem-se os arts. de 11 a 15.)

Documento n. 21

*Officio do Presidente José da Silva Guimarães ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, em 1838.*

Ilmo. e Exmo. Sr.—Cabe-me nesta occasião a tarefa de endereçar a V. Ex. a representação inclusa, em n. 1, que me foi dirigida por cento dez cidadãos moradores entre o vau do Sucuriú, Paraná e Paranahyba, serião que até ha pouco fôra inculco, pelo qual transita a estrada nova entre esta Provincia e a de S. Paulo, em que submissos e por testemunho de gratidão dos desvellos e esmero empregados pela administração desta Provincia de Matto-Grosso para abertura da referida estrada, e ostensiva a protecção do commercio e agriculturas, n'aquelle ponto, á expensas das Rendas Provincias, represento o quanto lhes tem sido sensível a occupação d'aquelle territorio, pretendida pelo Governo da Provincia de Goyaz pedindo finalmente que sejam sempre considerados como pertencentes á Provincia da qual tem recebido tantos auxilios, afim de que V. Exc. se digne fazê-la chegar ao conhecimento da Assembléa Geral Legislativa.—Cumpre-me informar a V. Exc. sobre o objecto desta representação, na qual tomo não pequena parte, attendendo ao merito della, e a incontestavel justica que assiste á Provincia, que me vio nascer e a quem desejo a gloria de poder um dia rivalisar com as mais ricas e populosas do imperio, que desde o anno de 1816, o Governo della se tem empenhado em abrir uma nova via de communicação entre esta dita Provincia e a de S. Paulo, no que se não tem poupado a trabalhos incalculaveis e avultadas despezas que em parte forão suppridas com donativos dos habitantes da mesma, fazendo explorar sertões nunca pisados, atrahir moradores nos que forão descobertos afim de que com o fructo de seu trabalho pudessem prestar soccorros aos viandantes, e construir embarcações de porte proporcionado á facilitar as peragens dos cambiosos rios, que banhão aquelle solo, fazendo a ella os maiores sacrificios, para que empresa de tanta magnitudo e interesse vital ao commercio, se não mallograsse á vista do estrangeiro porvir, que devia coroar tantas fadigas e esforços.

**Chegou por ultimo esta epoca** a desolada, em que nesse fertil territorio se despendem as colheitas e o humil laborioso, de um lado grandes riquezas, das que sempre promettem ao agricultor abundantes colheitas, d'outra espagosa campinas de ricas pastagens para a criação do gado vacuno e cavallar, embelezando de tal sorte a novos colonos, que os tem atrahido a povoal-os, crescendo assim de dia a dia a população, a agricultura e o commercio, o qual já tem abastecido o mercado desta capital de generos de mar fóra, o que prometendo um immediato engrandecimento a esta Provincia, chamou a si as vistas ambiciosas do Governo de Goyaz, que até então, apathico e silencioso espectador dos esforços empregados pelos habitantes de Matto-Grosso para a aquisição daquelle terreno, onde por um Acto Legislativo da Assembléa Provincial respectiva de 19 de Abril do anno que corre, se creou uma Freguezia com a denominação de Sant'Anna do Paranahyba, a qual já se acha provida de Parocho pelo ordinario de Cuyabá, se animou, esquecido do direito de prioridade, que assiste aos descobridores, e sem que a Assembléa Geral, como autoridade a quem compete o conhecimento de semelhante questão, o decidisse, a esbulhar esta Provincia da posse do mesmo terreno que invadiu com mão armada, pondo um destacamento de permanentes no porto denominado de Alencastro nas margens do Paranahyba, sob o especioso pretexto de se achar dentro dos limites daquelle Provincia. o que se prova com o officio juncto em n. 2, contra cujo proceder tão inaudito como inesperado, protestei, como era do meu dever, ao Presidente respectivo, o que consta da copia em n. 3. — Tenho a reflexionar a V. Ex. que, se por desgraça aquella fertil porção do territorio Brasileiro for abandonada á cubia do Governo de Goyaz, que se ufana de tirar proveito d'alheias fadigas, o progresso de sua industria, população e commercio certamente delinhará 1.º porque os novos povoadores multiplicarão so com a denominação Goyana, o que se inferir da sua representação, a como por isto poderão retirar-se, segundo decrescimento da população; 2.º porque, não podendo a Provincia de Goyaz supprir com a sua receita o mais necessario de suas despezas, menos poderá ter meios para

e construção de obras, para a qual a Província tem feito, para prestabil-as, empréstimos em valores de especulações comerciais por aquelles caminhos, e distribuição de uma porção de gado vacca, a que se temia fazer entre os agricultores que mais se interessam na cultura.

A' vista do que tenho a V. Exa. expellido, não se pode encetar o proceder menos reflectido do Presidente de Goyaz, senão como um verdadeiro attentado, que constitue uma invasão feita com força armada no territorio do Paranhábya, territorio que, a não ser de direito (coisa que se nega), ao menos de facto é parte integrante desta Província: pois pueres impossivel que elle não tenha nequa d'aguet e violação do direito de propriedade, que torna o commodo propriedade de quem foy e foy commodo.

Resta-me agora rogar a V. Ex.<sup>a</sup> a sua alta proteção a favor dos interesses desta Província no negocio que se trata, bem como que se digno levar ao conhecimento do Regency Interino, em Nome de S. M. o Imperador, esta minha exp<sup>ta</sup> supplica, afim de que o Governo Imperial determine ao Presidente de Goyaz a prompta retirada da força estacionada no P. de Anh<sup>a</sup>, até a definitiva decisão da Assembl<sup>a</sup> Geral.—Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>.—Guia<sup>da</sup> 16 de Agosto de 1835.—Hmo. e Lmo. Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio.—Jose da Silva Guimarães.»

**Documento n. 22**

*Representação a que se refere o officio anterior*

**Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Presidente.**—**Os** abaixo assignados, habitantes dentro do vauco da Serrania Paraná e Paraushiba, conduzidos pelo Cidadão José Garcia Leal, Delegado pelo Governo desta Província, não podendo conter nest' hora o nadante júbilo de pertencer á esta amavel provincia que com todo o decoro e sollemnidade foi votado pelo bom estar e futura prosperidade dos povos os lhe são confiados: nao podem mais com indifference e apathia, as noticias que se tem recebido de que a Província Goyana pretende arrogar a elle exclusivly direito sobre o terreno e pátios estabelecidos aqui, não debaixo dos auspícios, expensas e garantias prestadas nos mórtes e votando-se, todos unanimemente para estes fins a Província com a mais decidida adhesão e alacridade, e quanto ao possas desviar-se em sua firme união a todos os cidadãos e patriotas mo que unanimente congemina a honra tanto da nossa amavel Provincia, á cujas Leis e nobres Instituições, protestão para sempre toda a obediencia, vassallagem, subordinação e respeito: e altamente convencidos de encontrarem da parte do Governo Provincial o mais firme apoio em prol de sua justiça, se entregão tranquilllos á benéfica mão que até agora os tem favorecido, abrindo-lhes os inexauriveis thesouros de suas munificencias e liberdades patrias; e nesta convicção esperão receber justiça.—Deus Guarde Vossa Excellencia. Freguezia da Constituição em Santa Anna, quinze de Abril de mil oitocentos e trinta e oito.—José Garcia Leal —Casemiro Joaquim Fernandes de Paiva.—João Pedro Gar-

cia Leal—Benedicto da Silva Bitancourt—Francisco Gonçalves de Oliveira—Vicente Ferreira Barboza—Joaquim Roiz da Costa—Padre Francisco de Sales Souza Fleury—Miguel Antonio Tosta—Doziderio Roiz da Costa—Joaquim Mariano Denizes—Januario José do Souza—Antonio José do Souza—Joaquim da Costa Lima—José Ignacio Ferreira—Miguel Silveira de Oliveira—Antonio Coimbra—Manoel Roiz Coimbra—João Ferreira de Mello—Manoel Pereira—Jacinto Pinto Amancio—Francisco Aleixo—José Pereira—Antonio Gonçalves Barboza—Joaquim de Souza Lopes—Manoel Joaquim da Silva—José Thiago de Souza—Luiz Corrêa Neves—Francisco Alves de Assis—Patrício Lopes de Souza—Antonio Romualdo de Oliveira—Mariano José de Siqueira—Antonio Joaquim—José Ribeiro de Oliveira—Joaquim Bernardes—João Quira Roiz—João Ferreira de Moraes—Joaquim Ferreira de Mello—Antonio Ferreira de Mello—Manoel Roiz Vermelho—Francisco Roiz da Costa—Gabriel Francisco Lopes—José Francisco Lopes—Miguel da Costa Lima—Flavio Garcia Leal—Carlos Antonio de Oliveira—Justino José de Souza

—Sabino Garcia Leal—Januario Garcia Leal—José Antonio Tosta—Joaquim Garcia Leal—José Paes de Abreu—Antonio Gomes Roiz—Antonio Marques Roiz—João Garcia Leal—Francisco Garcia Leal—José da Costa Lima—Laurentino da Silva Pereira—José João de Campos—João Pereira da Silva—José Pereira da Silva—Domingos Alves Barboza—Domingos de Souza Lopes—Luciano Ferreira—Oliveira—Antonio Alves Corrêa—José Ribeiro Noves—José Corrêa da Silva—Francisco Gonçalves Barboza—Francisco Alves Figueiredo—Afonso Antonio de Jesus—J. da Silva Pimentel—Gregorio Míz de Chaves—Jose Maria Torres—Nicolau dos Santos—Pedro dos Santos Lopez—Francisco de Souza Lopes—Bento José Laguaca—Antonio Couto Moreira—Francisco Xavier Duarte—João da Silva—Antonio da Silva—Francisco da Silva—Manoel da Silva—Gustavo Antonio Hyllar—Roberto—Este—Antonio da Silva—Harrold Rodrigues de Andrade—Macedo dos Santos—Rodolpho da Costa—Vicente Ferreira—Martins—Alvina Rodrigues—Mariano Martins Roiz—Antonio da Costa—Antonio Roiz da Costa—Joaquim da Silva—Manoel Roiz Campos—José Ribeiro—Vaira—Francisco Pereira—Francisco Borges—Antonio Joaquim Ferreira—José Cecilio de Souza—Joaquim de Oliveira Simões—Domingos Coelho Paim—Silvério Antonio Tosta—Joaquim Policarpo dos Santos—Pedro Maria—Vicente da Silva Bitancourt—Antonio Figueiredo—João Nunes da Silva—Manoel da Silva—Francisco da Silva—Paula Medeiros.

## Documento n. 20

*Comunicações do Delegado do Governo do Mato-Grosso em Sant'Anna do Paranahyba*

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor—Participo a Vossa Excelencia que se acha concluida a Estrada do Piquiri até este logar de Santa Anna, só faltando as pontas as quaes pertencem a esse Governo. Santa Anna dista do Outubro de mil oitocentos e trinta e sete.—Deus Guarde a Vossa Excellencia, como nos é mister.—José Garcia Leal.

—Numero dois. Sempre obediente ás ordens do Governo Provincial de Vossa Excellencia, já fiz collocar no Porto do Paranahyba duas canoas possantes, que servem de Barca: pesam cinco, ou seis annuaes dentro de cada uma dellas, ambas em preço de dazentos mil reis e recebem o nome de autoridade, que Vossa Excellencia francamente delega, estabelecendo a tabella que serve de regular a taxa ou porte de passageiros, cuja copia transmitti ao Governo da Provincia como Vossa Excellencia me ordenou, e logo remittido para o Administrador do saido Porto de Santa Anna. Manoel da Silva, pessoa conhecida e de bom credito de Santa Anna, habitação, e de bom credito de Santa Anna. Vossa Excellencia me recomende a pessoa, permitindo sempre ser exacto na parte que me for remittida, e o destino e resultado das duas Bandejas, e a guarda da planta allem do Paraná, já por outra via fiz ver a Vossa Excellencia.—Deus Guarde a Vossa Excellencia. Francisco da Costa, minha e um de Outubro de mil oitocentos e trinta e sete.—Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Provincial da Provincia de Mato-Grosso.—José Garcia Leal, Delegado do Governo da Provincia.

## Documento n. 22

*Lei n. 4 de 19 de Abril de 1835*

Art. 1.—Ficão erectas em Freguezias a Capella de Santa Anna, estabelecida perto do rio Paranahyba, e a Povoação do Piquiri: a 1.ª com a mesma denominação, e a 2.ª com a de Santa Cruz do Piquiri.

Art. 2.—Entre estas duas Freguezias, e no lugar que sobre a nova estrada que desta Provincia segue para a do S. Paulo e Minas offerecerem-se melhores proporções, estabelecer-se ha outra Freguezia com a denominação de D. Pedro Segundo.

Art. 3.—O Governo designará os limites destas Freguezias, o no Regulamento que expedir para a boa execução

desta Lei, prescreverá as convenientes providencias, para que nos arruamentos e edificios haja regularidade e elegancia.

Art. 4.—O Governo procurará estabelecer effectiva e permanentemente em cada hum das Freguezias, o maior numero possível dos Indios Caiapós, que actualmente se achão aldeados no Piquiri e Santa Anna, e chamar a ellas os que ainda conservão-se errantes pelas mattas.

Art. 5.—Para que tenha effecto a disposição do artigo antecedente, poderá o Governo nomear Directores dos referidos Indios nas ditas Freguezias, e fazer abonar a cada hum dellos hum gratificação, que não exceda de cem mil reis por anno: o mesmo Governo lhes dará Regimento para sua direcção, e poderá despendor com os Indios de cada Freguezia a quantia de quatrocentos mil reis annuaes, alem do que fará applicar em beneficio dos mesmos o producto dos trabalhos sem desconto algum.

Art. 6.—Os primeiros Vigarios das mencionadas Freguezias, alem dos vencimentos que lhes competem pela Lei n. 1 de 22 de Março de 1833, perceberão, por hum vez só, a quantia de cem mil reis para ajuda de custo do levantamento da casa de sua residencia: e obterão do Governo o protocoço compativel com as Leis sobre a posse ou concessão de terras para hum estabelecimento agricola, caso queles fundado.

Art. 7.—Os habitantes que forem comprehendidos nos Districtos das tres Freguezias, ficão isentos de pagar dízimos, impostos de aguas ardentes, decimas de predios urbanos, impostos sobre a carne de todo e qualquer gado, por espaço de cinco annos, comendo da data da Lei n. 1 de 12 de Agosto de 1835, e igualmente isentos de todo o recrutamento para o serviço das forças Provincias.

Art. 8.—Se nas ditas Freguezias houver tabas de carnes, farras, e outros operários semelhantes, o Governo, para poder os obter do outro sorto, poderá contratar com temporarios por um prazo razoavel, para que vão trabalhar e cuidar nellas esses officios, mediante as gratificações estipuladas e mais conveniências que forem convenientes.

Art. 9.—O Governo fará estabelecer, por conta do Estado Provincial, no lugar junto a hum das tres Freguezias, que melhores circumstancias offereça, hum fazenda de criação do gado vaccum e cavallar, que irá augmentando a proporção do grau de prosperidade que for prometendo: o serviço della será feito pelos Indios Caiapós, admitindo-se alem delles somente os demais trabalhadores, cujos serviços indispensaveis não possam ser suppridos por aquelles; e a vista do que a experiencia demonstrar, informará a Assembléa Legislativa da Provincia sobre a conveniencia de reproduzir tal estabelecimento. Desta fazenda vender-se hão aos que vierem estabelecer-se nos Districtos das ditas Freguezias, e que assim requererem, as porções de gado que as forças della permitirem, segundo as occurrencias, tendo se quanto ao preço em vista a possível equidade, mormente em relação as familias numerosas.

Art. 10.—No caso de fome, apparição de febras, ou outras occurrencias semelhantes, em quanto os habitantes das ditas Freguezias se acharem privados de recursos, o Governo occorrerá com todos os supprimentos e providencias possíveis em beneficio dos mesmos.

Art. 11.—O Governo, alem de providenciar sobre a passagem dos rios que atravessão a nova estrada, fará comprar tres canoas possantes para o giro do commercio entre o Piquiri e esta Cidade, e ministral-as gratuitamente aos negociantes, que com volumn mercantes dirigirem-se de hum para outro porto.

Art. 12.—Ficão revogadas a Lei n. 7 de 12 de Agosto de 1835, e mais disposições em contrario.

## Documento n. 25

*Relatório da viagem e trabalhos feitos pela Comissão encarregada da abertura da nova estrada de comunicação entre as Províncias de S. Paulo e Mato-Grosso apresentado ao Presidente desta Provincia Ricardo José Gomes Jardim, em 1847.*

Em o dia 20 de Agosto de 1846 partimos da Freguezia de Sant'Anna do Paranahyba pela estrada actualmente se-



Tem por limites o principal e mais meridional galho do rio Araguaya desde a sua junção com o rio Caiapó do Sul.

até suas cabeceiras: humma linha tirada d'estas cabeceiras até as do rio Pardo; os rios Camapó, Cochim e Taquary até o limite da inundaçáo: humma linha tirada d'este ponto do Taquary até a barra do rio Cutabá; o rio S. Lourenço para cima até o Itaquira; o Itaquira ás suas fontes; humma linha tirada das fontes do Itaquira á confluencia dos rios Araguaya e Caiapó do Sul.

## Documento n. 24

Lei n. 5 de 1857

O Tenente-Coronel Albano de Souza Ozorio etc. Art. 1.º Fica elevada á categoria de Villa com a denominaçáo de —Villa de Sant'Anna do Paranahyba— a freguezia d'este nome e invocaçáo. Art. 2.º Os limites da nova Villa abrangem a sua propria freguezia e a do Piquiry.

## Documento n. 25

Regulamento da lei n. 2 de 16 de Janeiro de 1857

Art. 1.º—Fica creadas duas Collectorias, a saber: humma em Sant'Anna do Paranahyba e outra na passagem do rio Araguaya na estrada nova que segue d'esta provincia para as de Minas e Goyaz, para fiscalizaçáo e arrecadaçáo do imposto creado pela lei n. 2 de 16 de Janeiro do corrente anno; sobre o gado vaccum que se exportar da Provincia.

## Documento n. 29

Lei n. 18 de 1858

Art. 1.º—Fica creada uma terceira Comarca na Provincia, que terá por cabeça a villa Miranda, abrangendo todo o territorio actualmente comprehendido nos limites da mesma villa de Miranda e nos da de Sant'Anna do Paranahyba, bem como nos da freguezia de Albuquerque e da povoaçáo do Piquiry.

## Documento n. 30

Relatorio de 1862, do Presidente Herculano Ferreira Penna

**ESTRADAS E PONTES.**—Sendo esta Provincia tão liberalmente aquinhoadá pela natureza com vias fluvias para o Sul e para o Norte, outro tanto não dá para as suas relações com as provincias limitrophes a Leste e com a Capital do Imperio.—A navegaçáo desta Cidade para S. Paulo e Paraná, é como se vê de outro artigo deste Relatorio, extremamente difficil e morosa, pela extensáo do seo desenvolvimento, pelas muitas cachoeiras que obstruem alguns rios, e pelo pouco cabedal de agoa de outros, que não admittem senáo canoas susceptiveis pela sua pequenez de terem outros motores senáo braços humanos, e consequentemente de marcha muito vagarosa.—São pois de indeclinavel necessidade vias terrestres ou mixtas de communicaçáo com as referidas Provincias.—Foi desde logo sentida esta necessidade, pelos primeiros povoadores das minas de Cuiabá.—já em mil setecentos e trinta e seis o povo e a camara regida pelo Ouvidor João Gonçalves Pereira, expidiram uma bandeira a fim de abrir um caminho para as contemporaneas minas de Goyaz, e no anno seguinte entrou por essa via porção de gado vaccum e cavallar, cuja conduccáo pelos rios fôra de excessivo custo.—Ignoro qual foi a primeira recepçáo da estrada.—Sei tão somente por informações, que abeirava, de mais perto do que agora, o rio das Mortes, e que atravessava o Afaguaya, ou Rio Grande de Goyaz, abaixo da actual passagem.—O traço hoje seguido é o resultado de muitas mudanças successivas e parciais, e talvez seja ainda susceptivel de ser alterado para melhor.—Esta estrada, que, como as outras em geral não é mais do que uma simples vereda, incapaz de admittir outros vehiculos se não animaes de carga, tem cem legoas de extensáo desde Cuiabá até o

Rio-Grande.—Corre por terreno não muito accidentado, e sem notaveis declividades senáo nos lugares onde desce do plateau central para as bacias do mesmo Rio-grande, do S. Lourenço e do Cuiabá.—Não atravessa grandes paúes.—Poucos e pouco largos são os espaços de mato virgem que nella se encontram.—Quasi todo o campo, limpo em poucos lugares, é geralmente vestido de arvores mesquinhas e encarquilhadas, grupadas em bosques mais ou menos denso, e que chamáo cerrados. E' sulcado o mesmo terreno por uma multidáo de riachos e ribeiros de excellente agoa; porém nenhum rio caudaloso impede a marcha, supposto com tudo que nos invernos os ditos riachos engrossados por copiosas chuvas, difficultam e demoram a jornada.—Foi por esta via que durante mais de um seculo e até franquear-se a navegaçáo do Paraguay, o mercado de Cuiabá, emporio do commercio da Provincia, proveo-se da quasi totalidade das fazendas secas importadas do Rio de Janeiro e da Bahia.—Ainda não ha muitos annos encontraváo-se dispersos ao longo da estrada sitios de moradores, pobres na verdade, mas que todavia suppráo os viajantes com alguns viveres, e muito principalmente com o milho precioso para o sustento das tropas de animaes de carga.—Existião taes sitios, desde o ultimo Engenho do Districto desta Cidade até o Rio-grande, no Alecrim, nas Lavrinhas, nas Vertentes, na Agua branca, nos Sangradouros, no Cabeça de boi, no Jatubá, nas Antilhas, nos Carretos, no Passa vinte, no Tucuaral, na Inna e ainda em outros lugares, desertos hoje todos, com excepção apenas dos dois pequenos Destacamentos militares da Estiva e do Sangradouro grande e de uns moradores no lugar dos Macacos; de sorte que, na actualidade tem os tropeiros e mais viajantes de prover-se, antes de entrar na Provincia, de todo o necessario para o seo sustento e dos seus animaes, durante o transito pelo sertáo, o que torna a jornada muito mais dispendiosa e demorada.—Remediar a este mal é a primeira e mais urgente condiçáo de melhoramento da estrada; seguindo-se a construcçáo de pontes sobre os cursos de agoa onde se fazem precisas contruções que serão muito facilitadas pela existencia de moradores nas immediações.—O meio mais effizaz e praticavel de conseguir aquelle fim é o seguinte:—Eleva a trinta praças ao menos a força dos mencionados Destacamentos, e bem assim do Rio grande; fundar mais um, de igual força, no lugar que parecer mais asado entre o Jatubá e o Passa vinte, e ordenar que pequenas patrulhas que por esta occasião poderão fazer o serviço do correio, rondem incessantemente de um a outro Destacamento.—Deste modo prevenir-se-hão as hostilidades dos Indios Coroados, e dizem alguns, Cayapós, que vaguem por aquelle sertáo, e são a principal causa da sua despovoaçáo.—Aquem da ponte do rio Manso, distante de dezesseis a vinte legoas, a estrada ramifica-se em veredas, que descem a Serra em cinco ou seis lugares diversos, e depois convergem para esta Cidade.—Todas são indistinctamente frequentadas, e tem vantagens e inconvenientes relativos, que dependem principalmente da estação e das relações do tropeiro, ou viajante com os donos dos estabelecimentos rurais espalhados por aquellas paragens.—O meu illustre Antecessor entendeu com razão que uma dessas veredas devia ser adoptada como estrada geral, afim de lhe serem applicados os subsidios que o Governo Imperial consigna para taes obras; e deliberou que fosse a que passava pela Freguezia de Sant'Anna da Chapada.—A tranquia da navegaçáo do Paraguay, o melhoramento, que cumpre promover da nova estrada para S. Paulo, communmente chamada —Estrada do Piquiry, diminham sem duvida a importancia da de que acabo de tratar; porém é ella a mais seguida via de communicaçáo com Goyaz e Minas Geraes, e parece-me que são obvias as graves considerações politicas que exigem que se não isole esta daquellas provincias, embora sejam por ora de pouco vulto as suas mutuas relações sociais e de commercio.—Olhando para a Carta conhece-se quanto se alonga o caminho de Cuiabá á S. Paulo, fazendo-o passar por Goyaz; e por isso, de ha muito, pretendeo-se abrir uma communicaçáo directa entre as duas primeiras Cidades.—Na diligencia que se fizeram para indagar a varaçáo do Piquiry para o S. curiú, reconhece-se que aquellas paragens por onde devia necessariamente passar a projectada estrada, não offereçáo maiores difficuldades ao transito.—Em mil oitocentos e trinta,

e ênico, ficou aberta a picada do Piquiry ao Paraná, seja extensa e de pouco mais, de cem legoas.—Antes de abegarem ao Paraná os exploradores haviam encontrado, com alguns moradores, índios de Minas, e recentemente estabelecidos nesse sertão, que até então não tinha tido outros habitantes senão algumas hordas de índios Caiapós.—Por esta ocasião puzeram-se os ditos moradores em relação com o Governo de Matto-Grosso, e manifestarão o desejo de pertencerem à sua jurisdição, à qual desde então tem effectivamente estado sujeitos.—Não chegou a ter execução uma Lei-Provincial de mil oitocentos e trinta e cinco, criando uma colonia e Freguesia entre as nascentes dos rios *Sucuriá, Taquari e Piquiry*. Fundou-se, porém, pouco depois (mil oitocentos e trinta e oito) a Freguesia, hoje Villa de Sant'Anna, cuja sede está situada a tres legoas do Parahyba, e dez ou doze legoas do ponto onde confluindo o dito rio com o Rio-grande, formão ambos o Paraná.—Aos habitantes da nova Freguesia concederão-se isenções que contribuirão para que a sua população fosse tomando notavel incremento.—A estrada vai ter ao porto do Taboado, um pouco abaixo da referida confluencia, e por tanto desvia-se alguma coisa da Villa de Sant'Anna.—Liga-se a uma picada, que em mil oitocentos e quarenta, se abriu entre os rios Tieté e Mogi-guassú, desde a Cidade da Constituição, até o lugar da margem esquerda do Paraná fronteiro ao mencionado porto.—Porém, como esta picada deixasse por algum tempo de ser frequentada, entrou-se a seguir outro ramo da estrada do Piquiry, que passa por Sant'Anna, e atravessando o pequeno espaço da Provincia de Minas comprehendido entre o Parahyba e o Rio-grande, entra na de S. Paulo com direcção a Villa de S. Bento de Araraquára.—Por um outro desses caminhos tem transitado tropas e boiadas, e desde mil oitocentos e quarenta e tres, as malas do Correio.—A fundação do Estabelecimento naval de Itapura sobre o Tieté, fará sem duvida com que se procure facilitar o transitio pela supramencionada picada da Cidade da Constituição, a qual corre parallelamente àquelle rio, e assim ficará também aberta a communicação entre Itapura e o porto do Taboado.—Entre Sant'Anna e o Destacamento do Piquiry, tem por vezes transitado carros carregados, e a estrada é susceptivel de ser melhorada sem grande dispendio pois que não apresenta obstaculos topographicos maiores do que a de Goyaz, e tem a grande vantagem de não ser infestada por indios selvagens.—Entre tanto, o serviço do Correio exige que os Destacamentos do Piquiry, de Sant'Anna e outros intermedios, que se deverão estabelecer, tenham sufficiente numero de praças, para que, sem maiores fadigas, haja a precisa regularidade e prestesa na condução das malas.—No intervallo de cinquenta e tantas legoas, que se contém do Destacamento do Piquiry aos primeiros Estabelecimentos rurais do Districto desta Capital, é que a estrada apresenta maiores difficuldades.—A vereda mais directa passa por pantanos e campos baixos, que se tornão intransitaveis nas estações muito chuvosas, e onde, em tempo de seca as tropas tem de fazer grandes marchas sem encontrarem agua para beber.—Tem-se aberto trilhos pela fralda, e mesmo por cima da terra; porém por motivos que ignoro tem sido pouco seguido.—São também essas paragens frequentadas pelo gentio Coroadó, que nos hostiliza, e ainda, ha pouco tempo, matou duas mulheres na beira do S. Lourenço, em pequena distancia do Destacamento que alli existe.—Em summa, esta estrada não obstante ser mais breve, ha sido até agora pouco praticada pelas tropas, que lhe preferem o caminho de Goyaz.—Os melhoramentos, de que mais urgentemente carece, são: providenciar para a passagem dos rios S. Lourenço, Itiquira e Correntes, e pelos motivos acima apontados, dar mais força ao Destacamento do S. Lourenço e fundar outro em lugar asado, entre este e o do Piquiry.

## Documento n. 31

## Fundação de Itacati

O Presidente da Provincia, considerando a grande necessidade que ha de pontos povoados no sertão que medeia entre esta e a Provincia de Goyaz, onde os viandantes possuem encontrar soccorros de mantimento que os sustentem, e de

gente que os garanta contra as invasões dos indios caiapós e outras tribus selvagens que por ali transitam, e tendo outrossim em attenção a necessidade, que se pôde tornar urgente, de tirar das Provincias de Goyaz generos alimenticios para abastecimento desta, se a guerra que sustentamos actualmente contra a Republica do Paraguai exigir o chamamento as armas de maior parte da população, resolve:

Art. 1.º—Fica creada à margem do Rio Grande uma colonia militar com a denominação de Itá-acaiú, a qual será situada junto a estrada que segue desta para a Provincia de Goyaz, na margem occidental do Rio Grande, logo abaixo da Oaxoeira grande, cinco leguas mais ou menos ao norte de actual destacamento.

Art. 2.º—Esta colonia será regida pela legislação dos Presidios e Colonias Militares da Provincia de Goyaz.

Art. 3.º—As praças que alli residirem serão divididas em duas categorias, a saber: 1.ª composta de praças desactivas e amoviveis; 2.ª composta de praças invalidas, que terá a denominação de—classe dos invalidos,—e estas ao longo da vida, a requisição seu, ou com edamantia de Militar da Guerra.

Art. 4.º—A classe dos invalidos será obrigada a auxiliar os diversos serviços da colonia, menos nos mezes proprios para plantação e colheita de generos alimenticios, que será obrigada a fazer para si.

Palacio do Governo de Matto Grosso, em União, 18 de Fevereiro de 1867. (assignado) Dr. J. V. Couto Magalhães.

Tendo a experiencia e estudos demonstrado ser mais conveniente que a Colonia Militar de—Itá-acaiú, creada pela portaria desta Presidencia de 18 de Fevereiro deste anno, à margem do Rio Grande, seja situada no lugar em que a estrada que desta capital vai ter a Goyaz, atravessa o mesmo rio, e onde já existe um nucleo de povoação; o Presidente da Provincia resolve transferir a sede da dita Colonia para o mencionado lugar.

Palacio do Governo de Matto-Grosso, em União, 3 de Outubro de 1867. Dr. J. V. Couto Magalhães.

## Documento n. 32

## Lei goyana de 1868

O "Noticiador Goiano" como organ official do governo goiano, publica o seguinte projecto, que foi apresentado à Assembléa d'aquella Provincia, em data de 30 de Outubro de 1868, e por ella approvado por unanimidade:

A. Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz,

## DECRETA:

Art. 1.º—O presidente da Provincia fica autorizado a subvencionar com a quantia de 12.000\$000 a companhia, associação ou empreza que se propuser manter uma linha de navegação no rio Araguaia, com tanto, que o empresario cumpra estas condições.

§ 1.º—Dar pelo menos seis viagens por anno, entre Santa Maria e Itacati na provincia de Matto Grosso, tocando nos portos de S. José e S. Leopoldina, nos quaes se demorará de 24 a 48 horas, conforme o que estiver estipulado no respectivo contracto. (Seguem mais: um paragrafo deste artigo e 12 outros.) Faço da Assembléa Legislativa provincial de Goyaz, 30 de Outubro de 1868. (Assignado) Conego Joaquim Vicente de Azevedo—José Rodrigues de Moraes—José Teixeira de Carvalho e Silva—João Fleury de Campos Curado—João Fleury Alves de Amorim—Joaquim Fernandes de Carvalho—José Joaquim da Veiga Valle—Joaquim Teixeira Brandão—Conego José Manoel Pinto de Cerqueira—Luiz Gonzaga Confucio de Sá—Antonio Pereira de Abreu—Luiz da Cunha Bastos.

## Documento n. 33

## Relatorio do Barão de Melgaço em 20 de Setembro de 1869

Administração da Justiça.—Até ha pouco tempo, o unico magistrado formado que funcionava na Provincia, era o

Juiz de Direito da 1.ª comarca que serve interinamente no cargo de Chefe de Polícia. Por este motivo, não ha sessão de Jury no termo d'esta capital, desde 1866, nos outros Termos, desde 1864, com excepção do Termo de Santa Anna do Paranahyba, onde celebrou-se em Abril ultimo, uma sessão presidida por um Supplente de Juiz Municipal, contra a disposição do Aviso n. 141 de 9 de Maio de 1867.

**Vias de comunicação.**—O ultimo Relatório informou-vos de que o Exmo. Presidente, Dr. Couto de Magalhães, mandára contractar com o cidadão Antonio Gomes Pinheiro a abertura de uma via de rodagem, desde o rio Araguaia até o Sangrador Grande, no caminho d'esta cidade para a de Goiás. Concorrestes para esta empresa decretando a consignação de quinze contos de réis. Tendo o mencionado Gomes participado que se achava prompta a dita via, o Exmo. Vice-Presidente, Dr. Murtinho, mandou que fosse examinada por um official d'engenheiros que, de volta apresentou-me a este respeito um relatório circunstanciado, cuja copia servos-ha apresentada.

Ligando-se a dita estrada, com a que anteriormente se abrio entre o Sangradorsinho e o Cercadinho, mencionada no supracitado relatório, faltará ainda o seu necessario complemento, qual é o tornar praticavel para carros o trajecto d'aqui até o Cercadinho, ou pelo menos até o rio Manso.

### Documento n. 34

*Discurso pronunciado em 1869 pelo nobre representante da Camara dos Deputados, dr. José Maria da Silva Paranhos Junior, depois Barão do Rio Branco.*

O SR. PARANHOS JUNIOR.—Sr. Presidente, quando em uma das ultimas sessões requeri que o projecto que fixa os limites entre Goyaz e Matto-Grosso fosse a commissão de estatística, não pretendia, como suppoz o nobre deputado por Minas, que apresentou uma emenda ao meu requerimento, não pretendia adiar indefinidamente esta questão.

Desejo pelo contrario, que ella fique quanto antes liquidada, pondo-se termo ás questões e conflictos suscitados ultimamente entre as duas provincias confinantes; e não receio de fôrma alguma a decisão desta camara porque é forte o direito da provincia que tenho a honra de representar, e incontestavel a justiça da sua causa.

Eu entendi e entendo que todos os projectos que nos foram legados pelas legislaturas passadas devem ser novamente examinados pelas commissões que elegemos, em cujas luzes e em cuja rectidão devemos todos confiar (Apoiados).

Eu desejava apenas que a importante materia deste projecto fosse estudada com toda a attenção e madureza; desejo que concordes em no debater os esclarecimentos que nos devem ministrar os dignos membros dessa commissão; e o discurso pronunciado pelo nobre deputado por Minas, longe de abalar-me, veio convencer-me ainda mais da necessidade de um exame mais aprofundado da questão.

S. Exc. disse-nos que a provincia de Goyaz tem direito aos territorios que o projecto quer annexar-lhe, territorio de que está de posse a provincia de Matto-Grosso; mas não quis dizer-nos em que se fundava esse direito, ou de que na dependia esse direito.

Não citou em apoio de sua opinião, que respeito, como suspeito ao nobre deputado, um unico documento, uma razão accionavel sequer: limitou-se a declarar-nos que quando presidente da provincia de Goiás, tinha em um relatório demonstrando a necessidade da linha divisoria que hoje se pretende fazer.

Os membros da commissão de estatística de 1864 não fazem menção em seu parecer, do relatório do digno presidente de Goiás, e creio tambem que a camara, como eu, não conhece as razões e fundamentos da opinião que S. Exc. então emitia. E', portanto, muito natural que procuremos estabelecer esses fundamentos, e desde que o nobre deputado nos suscitou para o seu relatório de 1864, é indispensavel que a commissão de estatística tome em devida consideração esse

valioso auxiliar, e os documentos, seguramente importantes, que o acompanhava.

Sr. Presidente, nas seguintes observações com que fundamentei o meu requerimento, eu disse que o projecto de limites apresentado nesta casa é offensivo dos direitos da provincia de Matto Grosso, é inconveniente porque despreza as raizes assignalhadas de duas provincias pela propria natureza. Disse mais que a provincia de Goiás não reclama grande parte do territorio com que o projecto quer enriquecê-la.

Todas essas proposições acabei de ser contestadas pelo meu illustre amigo, deputado por Goiás.

S. Exc. tambem, como o nobre deputado por Minas, sustenta que a provincia de Goiás tem direito a linha de limites hoje proposta, e citou em apoio de sua opinião a provisão de 9 de Maio de 1748, pela qual foram creadas as duas capitânias de Goiás e de Matto Grosso.

Se essa provisão, porém, pôde justificar, como pretende S. Exc. as pretensões de Goiás á posse do territorio banhado pelo Paraná, não pode justificá-las quanto a linha do Rio Pardo, e menos ainda quanto as do Coxim, do Taquary e do Rio das Mortes.

Elle determinou que ambas as capitânias chegassem até o Rio Grande, geral nome que então tinha o Paraná; mas peço licença ao nobre deputado, para oppôr-lhe uma outra provisão posterior; de 2 de Agosto do mesmo anno....

O SR. MELLO MATTOS.—Mas esta não alterou nada do que estava feito.

O SR. PARANHOS JUNIOR.—Eu vou lê-la e o nobre deputado verá se alterou ou não. Dize provisão:

"D. João, etc. Faço saber a vós governador capitão general de Goyaz, que por outra ordem minha, que nesta occasião haveis de receber, se vos declarão os confines desse governo, e como tenho determinado que os do novo governo de Matto-Grosso e Quiabá, hão de ser para a parte de S. Paulo pelo Rio Grande, ficando suspensa a sua confrontação com esse governo de Goiás, e do Estado do Maranhão pela pouca noticia que ainda ha desses sertões, se vos ordena, etc."

O SR. MELLO MATTOS.—Já vê que esta mesma reconhece o rio Paraná.

O SR. PARANHOS JUNIOR.—Perdoe-me V. Exc. Reconhece o Paraná como limite meridional de Matto Grosso, mas não de Goiás. Diz que sendo o Paraná a divisa entre Matto Grosso e S. Paulo, fica suspensa a confrontação da capitania de Goiás com a de Matto-Grosso....

O SR. MELLO MATTOS.—dá um aparte.

O SR. PARANHOS JUNIOR.—Posso ler novamente as ultimas palavras da provisão (lê).

Não diz, portanto, que o Paraná é o limite meridional da provincia de Goiás, como o nobre deputado suppunha; modifica inteiramente a provisão de 9 de Maio.

O SR. MELLO MATTOS.—Ah! Bem, mas a provincia de Matto-Grosso acaba ali e a provincia de S. Paulo não chega a esse ponto.

O SR. PARANHOS JUNIOR.—A provincia de S. Paulo chega tambem ao rio Paraná.

O SR. MELLO MATTOS.—Mas não é nessa altura.

O SR. PARANHOS JUNIOR.—Peço licença ao nobre deputado. E' precisamente nessa altura.

O nobre deputado por Goiás, Sr. Presidente, citou tambem um accordo celebrado em 1771 entre o primeiro governador de Goiás, conde d'Arcos e o governador de Matto Grosso, procurando demonstrar com esse ajuste os direitos de sua provincia.

E' verdade que no mez de Abril de 1771 o visconde de Balsemão, governador de Matto-Grosso, assignou um auto concordando com a opinião manifestada alguns annos antes, em 1750, pelo conde d'Arcos, a respeito dos limites das duas capitânias; mas não erão esses funcionarios competentes como o nobre deputado sabe, para estabelecer a demarcação dos respectivos governos. Essa attribuição pertencia exclusivamente á metropole.

O SR. MELLO MATTOS.—Erão marcados provisoriamente.

O SR. PARANHOS JUNIOR.—Não foram marcados os limites. Pelas provisões de 9 de Maio e de 2 de Agosto de 1748 determinou-se aos governadores das duas capitânias "que in-

formassem com o seu parecer por onde se poderia fixar com-moda e naturalmente a divisão". Cumprindo essa ordem da-ram elles sua opinião, que fica dependendo de decisão do go-verno de Lisboa.

O auto de 1771 termina assim: "E para que Sua Mage-dade seja servido de determinar esta matetia na forma de suas reais ordens, mandei passar este auto de accessão ao referido arbitrio...." Não pôde, portanto, haver duvida a este respeito.

Mas, Sr. Presidente, o accordo de 1771 nunca foi obser- vado pelos sucessores do visconde de Balsemão, e não tendo sido homologado pela metropole, ficou irritado e sem valor.

O Sr. MELLO MATOS:—Eu nego.

O Sr. PARANHOS JUNIOR:—Tendo continuado indivisões as duas capitâneas, a provincia de Goiaz só poderia firmar a sua pretensão, ou na prioridade do descobrimento desses territo- rios, ou na sua occupação.

Nem uma, nem outra coisa pôde allegar. Sem fallar nas discussões primitivas dos bandeirantes paulistas, a que se re- ferio o nobre deputado por Minas, excusados que nenhum estado deparou, he parece, he devemos tomar por ponto de partida, a época em que as duas provincias foram definiti- vamente occupadas e povoadas.

Em 1779 fundou-se em Matto Grosso a primeira povoa- ção dessa provincia, povoação que annos depois foi transferi- da para o sitio em que hoje se acha a cidade de Cuiabá.

A exploração de todo o territorio que se estende além do Pardo, do Paranhayba, da serra de Santa Martha e do Ara- guaya, territorio onde nunca se estabeleceram ou chegaram os Goianos, foi feita por esses fundadores e primeiros habitan- çes do Matto Grosso.

Só mais tarde, e depois dos descobrimentos das minas de Cuyabá e Matto-Grosso, é que começaram a povoar-se, em 1726, os sertões de Goiaz.

O territorio disputado pertenceu, pois, desde essa época a Matto Grosso, que tem a seu favor um *uti possidetis* de seculo e meio. Por esse territorio, que exploraram e occuparam, abri- rão os Cuyabanos, a custa de seus unicos recursos, a estrada que vai a Goiaz pelo Araguaya, e a do Piquiry ao Paranhay- ba, fundando junto a este rio a povoação de Sant'Anna, que mais tarde foi elevada á cathedra de villa.

Não pôde, pois, a provincia de Goyaz reclamar o legiti- mamente, fallando hoje em direitos que nunca teve.

Eu disse, Sr. presidente, que o projecto quer entregar a Goiaz até mesmo territorios que essa provincia não reclama...

O Sr. MELLO MATOS:—Reclama.

O Sr. PARANHOS JUNIOR:—... fui contestado pelo illustre

orador que me precedeu; e desejo, por isso, mostrar á ca- mara que não aventurei uma proposição incorrecta.

Peço licença para ler uma lei provincial de Goiaz, que o nobre deputado citou, a lei de 5 de Agosto de 1848, que es- tabeleceu o primeiro conflicto de que ha noticia a respeito de limites entre as duas provincias.

Fixando os limites da parochia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde, determinou o seguinte. (Lê.) Essa lei reconhece, portanto, como limites com a provincia de Matto- Grosso o rio Pardo, a serra das Divisões e o rio Araguaya. O projecto, porém, vai muito adiante, porque quer incorpo- rar a Goiaz todo o territorio que se estende entre essa linha e o Coxim, Taquary e rio das Mortes.

O nobre deputado por Minas-Geraes disse-nos tambem que os limites hoje propostos estão precisamente os do bispo de Goiaz. S. Exc. equivoçou-se. O projecto despresia a linha do Araguaya para adoptar a do rio das Mortes, estendendo assim a provincia de Goiaz até este ultimo rio. Entretanto, o Araguaya é o limite entre as duas dioceses creadas em 1622 pela bulla "solicita catholica gregis cura" como era tambem a divisa estabelecida em 1798, pelo capitão general de S. Pau- lo, entre as duas ouvidorias de Matto Grosso e de Goiaz.

Quanto ao lado do rio Pardo a divisão ecclesiastica pode- ria trazer duvidas se a administrativa lhe tivesse subordina- da. Creio que os nobres deputados não pretendem sustentar semelhante idéa; mesmo porque uma parte consideravel da provincia de Minas pertence á diocese de Goyaz, sem que por isso tenha esta provincia o direito de reclamar a

O Sr. MELLO MATOS:—dá um aparte.

O Sr. PARANHOS JUNIOR:—Mas Sr. presidente, eu prescin- do de todas estas questões a que fui arrastado pelos discursos dos nobres deputados por Minas e por Goyaz. Não é por es- te lado que deve ser encarado o projecto.

Não devemos indagar, somente qual das duas provincias tem ou pôde ter direito ao territorio disputado. Devemos exa- minar se o projecto preenche as condições de uma boa e regu- lar divisão administrativa, se ha alguma razão de ordem su- perior que aconselhe o abandono da linha do *uti possidetis*, que me parece tambem a mais natural.

Quanto a mim, acho-o inconveniente porque elle estabele- ce entre as duas provincias uma divisão defeituosa e absurda. Leva, como já tive occasião de dizer ha dias, a provincia de Goiaz pelo interior da de Matto-Grosso, estreitando esta de encontro ao rio Paraguay, e dividindo-a em duas partes desi- guaes e distinctas, que ficariam ligadas apenas pela curta nesga de terra que vai da foz do Coxim á confluencia do S. Louren- ço. A comarca fronteira de Miranda ficaria, com semelhantes divisaes, abandonada ao norte da republica do Paraguay e quasi inteiramente segregada da provincia a que pertence.

Si se tratasse, Sr. presidente, de um territorio despovo- ado e sem importancia, eu nada diria. Sei que a provincia de Matto Grosso occupa uma região immensa, e pôde sem pre- juizo poder as provincias vizinhas vastas zonas de terreno. Se por acaso ellas carecessem de qualquer augmento territorial,

Mas trata-se de privar a de um territorio importante, se- de do municipio florecente de Sant'Anna do Paranhayba, territorio que se povoa, que tem vivido e prosperado á custa dos típicos esforços e recursos dessa provincia pobre e abandon- nada. Lembro á camara que a população de Matto Grosso antes desta guerra e das calamidades que a acompanharam mal chegava a 60.000 almas, ao passo que a provincia de Goi- az, com sua população seis vezes superior á de Matto-Gros- so, tem superficie tão extensa, um territorio tão vasto, que a sua administração é quasi impossível em muitos pontos.

O Sr. CARNEIRO DE MENEZES:—dá um aparte.

O Sr. PARANHOS JUNIOR:—Na época actual sobretudo de- pois dos experimentos e das perdas dolorosas por que acaba de passar a provincia de Matto-Grosso, é uma iniquidade querer se enfraquecer a ainda mais e reduzir ainda o numero já tão escasso de seus habitantes, arrancando-lhe um dos poucos nucleos de população que lhe restão.

O Sr. CARNEIRO DE MENEZES:—Arrancando, não.

O Sr. PARANHOS JUNIOR:—A expressão é bem cabida. Pre- tende-se privar Matto-Grosso de um territorio de que sempre esteve de posse.

Mantenho o meu requerimento, aceitando, entretanto, a emenda do nobre deputado por Minas. Entendo que a ques- tão é muito importante e deve por isso ser examinada com toda a attenção e cuidado.

Os illustres membros da commissão de estatistica, que reconheço muito competentes na materia podem dar-nos, em seu parecer, informações utilissimas. Creio que a camara não as julgará desnecessarias, e, pois espero que se dignará ap- provar o requerimento que tive a honra de sujeitar á sua con- sideração.

Ninguém mais pedindo a palavra, e pondo-se a votos o requerimento, é aprovado, e em seguida é tambem ap- provado o additamento.

Continúa, portanto, a 1.ª discussão do projecto, e, nin- guém mais pedindo a palavra, é igualmente aprovado sem debate e remetido á commissão de estatistica.

## Documento n. 35

Lei n. 1 de 6 de Novembro de 1872

Francisco José Cardozo Junior etc.

Art. 1.º—Fica elevada á cathedra de Freguezia, com a denominação de Herculania, a sob a invocação de S. José o nucleo colonial do Taquary.

Art. 2.º—Os seus limites serão: partindo das cabeceiras do rio Taquary pelo alto do terreno, que divide as aguas d'este rio das que vão ter ao rio Araguaya, a prosseguir as vortentes do ribeirão Boa-Vista que entra no Jeandé. Pela

margem esquerda das cabeceiras do Bôa-Vista, se dirigirá à linha de confluência dos rios Camapuan e Coxim; d'este ponto pelo Coxim acima até suas fontes, donde se tirará uma linha que vá ter ao rio Negro, na paragem em que este desce da serra; d'aqui pelo dito rio abaixo até onde corta a estrada de Miranda; por esta até as cabeceiras do rio Capivari, d'aqui uma linha que cortando o rio Taquary vá ter as confluências dos rios Piquiri e Correntes; por este ultimo acima até as suas vertentes, das quaes se procurará as do Taquary para fechar o perimetro.

## Documento n. 36

Lei n. 1 de 21 de Maio de 1873

O Bacharel José de Miranda da Silva Reis etc.

Art. 1.º—As tres comarcas ora existentes na Provincia, ficam divididas em quatro, a saber:—§ 1.º A primeira comprehenderá os termos de Cuyabá, Poconé, Rosario e Diamantino, com sede em Cuyabá—§ 2.º A segunda os municipios da cidade de Matto-Grosso e Villa Maria, sob a denominação de—Comarca de S. Luiz da Villa Maria—§ 3.º A terceira os municipios da Villa de Corumbá e da Villa de Miranda, ficando este ultimo, desde já, desligado do termo de Cuiabá, a que tem estado provisoriamente ligado, sob a denominação de—Comarca de Santa Cruz de Corumbá—§ 4.º A quarta comprehenderá o municipio da Villa do Parahyba, sob a denominação de—Comarca de Sant'Anna do Parahyba.

## Documento n. 37

Lei n. 583 de 5 de Setembro de 1881

Art. 2.º—As Camaras municipales d'esta Capital, Corumbá, Poconé, S. Luiz de Cáceres, Matto-Grosso, Diamantino, Rosario, Miranda e Sant'Anna do Parahyba, ficarão autorizadas a dispendem em seus respectivos municipios, no anno financeiro desta lei, a quantia de Rs. 63:545\$252.

## Documento n. 38

Do relatório de 1879 do Presidente João José Pedreira:

Em carta de 15 de Outubro de 1773, o capitão general Luiz de Albuquerque demonstrou ao capitão general de Goiás os inconvenientes que apresentava a linha divisoria do rio das Mortes, a qual devia ser preferida a do Araguaia, e manifestou a intenção que tinha de estabelecer um registro no lago dos Barreiros, entre os ditos rios. E no fim do mesmo anno, fundos com effeito o dito registro, não nos Barreiros, mas na Insua, a poucas leguas da distancia do Araguaia, para cuja margem esquerda foi finalmente transferido o mesmo registro em 1812.

Amin pois, de facto, e sem que houvesse, que nos consta, reclamação do Governo de Goiás, ficou sendo limitrophe entre as duas provincias o rio Araguaia....

## Documento n. 39

De um manifesto do Brigadeiro Dr. José Vieira Couto de Magalhães aos electores e habitantes da Provincia de Matto-Grosso apresentando-se candidato a uma vaga de Senador pela dita Provincia, em 23 de Dezembro de 1880

"Fui eu quem abriu em 1868 as duas importantes secções da estrada do sertão, a que passa pela Chapada e a que do Sangrador vai ao Rio Grande, abrangendo, as duas secções cerca de 50 leguas; fundei nellas as duas colonias militares da Cachoeirinha e do Barreiro. Não me limitei a dar ordens; fiz explorações nesses sertões, examinei pessoalmente os traçados e fiscalizei por mim proprio a execução.— Em 1870 consegui do parlamento que adoptasse a lei da navegação do Araguaia, dando terras gratuitas a todos que fossem fundar fazendas de gado nas immensas regiões, então despo-

voadas, das margens d'esse rio, e que formam a parte leste da provincia.—Foi a solicitação minhas, que igualmente ali creou-se em 1871, a colonia militar de Itacatu. Essas regiões que eram deshabitadas e infestadas de indios, quando ali cheguei, dão hoje franco e seguro transito ao commercio, prosperando já algumas fazendas de gado, que, com o tempo, hão de absorver e utilizar os riquissimos campos dessa região; pois, nestas cousas, o principiar é que é a difficil".

## Documento n. 40

Resolução n. 79 de 13 de Julho de 1894

O Dr. Manoel José Murinho etc.

Art. 1.º—Fica elevada à categoria de cidade a villa de Sant'Anna do Parahyba, conservando a mesma denominação e os limites.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrario.

## Documento n. 41

Officio do Presidente de Goiás, Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim ao de Matto-Grosso, Dr. Antonio Capeta de Castro em 28 de Abril de 1894.

"Gabinete da Presidencia do Estado de Goiás, 28 de Abril de 1894—N. 139—Sr. Presidente do Estado de Matto Grosso.

Quando, no seculo passado, tratou-se da demarcação dos limites entre as então capitancias de Goiás e Matto-Grosso, foi essa questão longamente discutida, chegando-se a um accordo pela accessão do governador de Matto Grosso, Luis Pinto de Souza, ao arbitrio proposto pelo capitão-mór da conquista, João de Godoy Pinto da Silveira, subscripto por João Manoel de Mello, governador de Goiás. O acto formal dessa accessão tem a data de 1 de abril de 1771, e como bem diz um distincto historiador, parecia que depois de sua assignatura, não era licito apparecerem novas duvidas sobre esses limites definitivamente resolvidos por espontanea vontade do governador de Matto Grosso. Isso não succedeo, porém: alguns annos mais tarde, já neste seculo, Matto Grosso começou a dilatar o seu territorio, invadindo o d'este Estado, não obstante os energicos protestos do nosso Governo, que reclamou sempre contra o esbulho, pedindo aos poderes competentes providencias que, infelizmente, nunca foram tomadas. Em 1864 foi a questão de limites entre Goiás e Matto Grosso submettida à decisão do Poder Legislativo do Imperio, e a commissão da Camara dos Deputados, incumbida de estudal-a, reconheceu, em luminoso e bem deduzido parecer, o pleno direito de Goiás ao territorio que Matto Grosso se pretendia usurpar-lhe. Esse parecer concluiu por um projecto de lei que se achava até hoje nos archivos da Camara. Proclamada a Republica, a Junta Governativa d'este Estado provocada a rectificar os limites de Jatahy, determinou-se ao Sul, pelo espigão mestre à direita do Apore, até o rio Parahyba. Este acto motivou da parte de alguns habitantes da Comarca de Sant'Anna do Parahyba, que está em territorio goyano da Comarca do Rio Coxim, hoje termo do Rio Verde, uma representação dirigida ao Congresso Constituinte e apresentada, na sessão de 18 de janeiro de 1881, pelo Sr. deputado Antonio Francisco de Amredo. Na de 24, o deputado por este Estado, Dr. Joaquim Xavier Guimarães Natal, um dos membros da Junta Governativa, que expediu o decreto de rectificação dos limites de Jatahy, contestou da tribuna os fundamentos da representação reivindicando para Goiás os limites traçados pelo convenio de 1771. Posteriormente, pretendendo as autoridades matto-grossenses de Sant'Anna do Parahyba exercer jurisdicção no termo de Jatahy, e sem successo, informado do facto pelo intendente desse municipio, protestou contra elle um officio que dirigio ao Governo do Estado de Matto Grosso, em 10 de Setembro de 1884, pedindo providencias, sem de não mais se reproduzirem tais invensões por parte d'este Estado, como, além de outros factos, a creação, em 1870, da freguesia de Coxim, com limites pelo rio Pardo e, depois, a da comarca do mesmo nome, comprehendendo essa freguesia e a de Torres do Rio Bonito, elevada à villa de 1873.



A Câmara Legislativa deste Estado, justamente impressionada com a denúncia de constantes invasões de Matto-Grosso em nosso território, da tribuna, por um dos seus representantes, votou, na sessão do anno passado, a lei n. 88 de 24 de julho, autorizando o governo a abrir o crédito necessário para o estudo dos limites com os Estados limítrophes. Nomeada a comissão, procedia a estes estudos, e a imprensa local, que se apossara da questão, a discutia, quando recebi vossa mensagem, na qual, á pag. 27, se lê «que fora creada uma agencia fiscal, á margem direita do Alto Araguaia, proximo a Santa Rita.» Esse facto, divulgado pela imprensa, produziu grande agitação nos espiritos e motivou o meu telegramma de 20 do corrente, ao qual respondistes no mesmo dia, declarando que a agencia fiscal fora creada á margem esquerda e não direita do rio Araguaia. Como, porém, vosso telegramma continha a afirmativa de que a margem esquerda d'aquelle rio pertencia a Matto-Grosso, tive de contestar-vos, pois toda a margem esquerda do Alto Araguaia pertence a Goyas por posse primitiva e por força dos antigos convenios, bem como o territorio ao norte do Rio Pardo, que é linha divisoria em toda a extensão, como se vê das proprias propostas dos Governos de Matto-Grosso, para a regularização dos limites nos tempos coloniaes. Não escapará á vossa esclarecida intelligencia a conveniencia de se pôr termo á questão de limites entre este e o Estado, que dignamente administras. Com esse intuito, uma comissão estuda os documentos em que se fundam os direitos de Goiás aos terrenos que Matto-Grosso pretende.

Inspirado nos sentimentos de boa vizinhança e nos desejos de augmentar e de fortalecer as boas relações de amizade e de commercio entre os Estados que temos a honra de presidir, suggero-vos um alvitre de incombirmos os nossos representantes fort-raes, no Rio de Janeiro, de darem a esse litigio a solução que mais justa lhes parecer, firmando entre si um accôrdo, dependente do referendun dos Estados partcantes e da homologação do Congresso Nacional. Reiterando-vos meus protestos de elevada estima e subido apreço, aguardo vossa resposta.—Saude e fraternidade.—Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim.

#### Documentum n. 42

Resolução n. 202 de 11 de Abril de 1898

O Coronel Antonio Cesario de Figueiredo, Vice-Presidente do Estado de Matto-Grosso.

Faço saber etc.

Art. unico. Fica elevada á categoria de Villá a Freguezia de Coxim, da comarca de Corumbá; conservados os actuaes limites e revogadas as disposições em contrario.

#### Documento n. 43

Lei n. 211 de 10 de Maio de 1899

Art. 3.—Fica creada na povoação do Registro do Araguaia, uma parochia com a denominação de "Araguaia", tendo por limites o actual districto policial.

#### Documento n. 44

Resolução n. 216 de 15 de Maio de 1899

O Coronel Antonio Cesario de Figueiredo etc.

Faço saber etc.

Art. 1.—E autorizado o Governo do Estado a dispendar no actual exercicio, até a quantia de 20.000\$000, com a construção na cidade e municipio do Sant'Anna do Paranahyba, das seguintes obras a saber:

1. Um predio com as necessarias accommodações, para servir de cadeia publica e quartel do destacamento policial daquella cidade.

2. Uma ponte de madeira no rio Apore, nas immediações da lagoa de aguas thermaes do mesmo rio.

Art. 2.—Revogam-se etc.

#### Documento n. 45

Lei n. 387 de 12 de Abril de 1904

O Coronel Antonio Paes de Barros, Presidente do Estado de Matto-Grosso. Faço saber etc. Art. 1. Fica creada a freguezia do Registro do Araguaia, com sede na povoação do mesmo nome, no municipio e comarca d'esta capital, a qual terá por limites: a L. o Araguaia; ao S. a estrada que do Villelaque vae á Macedina; a O. o rio Sangradouro Grande e ao N. o rio das Mortes até a sua confluencia no Araguaia.

#### Documento n. 46

Acto n. 389 de 1. de Junho de 1907

O Coronel L. Vice-Presidente do Estado, attendendo ao que lhe propoz o Desembargador Chete de Policia, resolve crear mais um districto policial nos Bahiis o qual terá por limites os rios Sucuriá, Taquary, Correntes e o districto do Coxim.

#### Documento n. 47

Representação dos habitantes de Santa Rita do Araguaia em 1910 pedindo ao Governo de Matto-Grosso uma escola creada, de facto em 1911

Ilustrissimo e Excellentissimo Sr. coronel Presidente do Estado. Dizem os abaixo assignados, moradores do Districto de Santa Rita do Araguaia, que lutam com insuperaveis difficuldades por falta de uma escola no patrimonio deste Districto, onde encontram-se muitas crianças em condições de serem aproveitadas e que, no entanto, achão-se privadas de receberem instrução, ao menos para a vida pratica; os supplicantes confiado no amor que Vossa Excellencia tem demonstrado pelo desenvolvimento da instrução no nosso

Estado, vem respeitosamente pedir a Vossa Excellencia a criação de uma escola elemental neste patrimonio, praticando assim um acto de verdadeira benevolencia e justiça aos habitantes desta prospera zona. Pedem e esperam Justiça. Santa Rita do Araguaia, trinta e um de Dezembro de mil novecentos e dez. (Assignados) Saturnino Campos, Alonso Machado da Silveira, José Ignacio Fraga, Joaquim Delfino dos Santos, Amadeu Dias de Campos, Arturino Pinto Mendes, Ozorio Ignacio Fraga, Francisco José Cardozo, Altino de Souza Ramos, Ananias David de Campos, Regino Silva, Francisco França, Claudio Honorio d' Oliveira, Antonio Honorio d' Oliveira, Alvaro Ignacio Rodrigues, Victor Theodoro Ribeiro, Francisco Theodoro Freitas, Mariano Pereira Guedes, Theodoro José de Aniceto, José Baptista dos Santos, Felipe Antonio Maia, Roberto Antonio Maia, Joaquim Barboza de Faria, Primo Alves Ferreira, Olympio Severino Rodrigues, José Manoel Fernandes Salgueiro, Antonio Severino de Mello, Jeronymo Afonso de Mello, Severiano Afonso de Mello, José Nogueira Muranga, Manoel Borges de Oliveira, Joaquim Estevão de Mello, José Severino Rodrigues, Lindolpho Severino Rodrigues, Theodoro Carrijo Rodrigues, Francisco Ferreira Coelho, Antonio Modesto de Carvalho, João Ferreira de Jesus, Ibrahim Ferreira de Carvalho, Antonio Candido de Carvalho, Josias Mario Fenelon, Serafim José de Carvalho, José Antonio de Carvalho Netto, João Joaquim Nunes, Joaquim Villela de Carvalho.

DECRETO N. 270 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1911.—O Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Vice-Presidente em exercicio, do Estado de Matto-Grosso, tendo em vista a representação que lhe dirigiram os moradores da povoação de Santa Rita do Araguaia, sobre a necessidade de uma escola primaria, visto existirem alli muitos meninos em idade de receber a instrução elemental e que d'ella estão privados, e attendendo, outrossim, á informação a respeito prestada pela Directoria Geral da Instrução Publica, resolve crear, na referida povoação, uma escola primaria, mista, de communidade com os arts. 3. e 10. do novo regulamento, de 22 de Outubro do anno passado.



## Documento n. 48

Lei n. 630, de 3 de Julho de 1913

O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques etc. Faço saber etc.

Art. 1.º—Fica creada a comarca de Coxim.

§ Único. A comarca de Coxim será constituída pelo município do mesmo nome, com os limites actuaes; terá como sede a villa de Coxim.

## Documento n. 49

Lei n. 635 de 8 de Julho de 1913

O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques etc. Faço saber etc. Art. 1.º—Fica creado o município do Araguaia, com sede na povoação do Registro do Araguaia, a qual fica elevada à categoria de Villa com os seguintes limites: Ao Norte, os limites do Estado do Pará; a L. o rio Araguaia; ao S. o rio Araguaia até as suas mais altas cabeceiras, onde se encontra com os limites do município do Coxim e a serra dos Cayapós; a Q. o alveo do rio Xingú desde a sua entrada no Estado do Pará, subindo até 11.º do meridiano do Rio de Janeiro e deste ponto uma recta traçada pelo mesmo meridiano até a serra dos Cayapós.

## Documento n. 50

Lei n. 656, de 12 de Junho de 1915

O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado de Matto-Grosso. Faço saber etc. todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte lei: Art. 1.º—Fica creado o districto de Paz de Tres-Lagôas, com sede na povoação deste nome, no município de Sant'Anna do Paranahyba. § Único. O novo districto de Paz terá os seguintes limites: ao N. os rios "Tantanos", "Murangos" e "Sucuriú", até suas mais altas cabeceiras; a O. as aguas vertentes do Sucuriú e Verde; ao S. o rio Verde e a L. o rio Paraná.

## Documento n. 51

Acto n. 1193 de 26 de Janeiro de 1914

O Dr. Presidente do Estado resolve crear, sob proposta do Dr. Delegado encarregado do expediente da Chefatura de Policia, um districto policial com sede no arraial do rio Correntes, no município de Sant'Anna do Paranahyba, com os seguintes limites: ao N. o Estado de Goyaz separado pelo rio Correntes, ao S. o districto da sede do município, separado pelo rio do Peixe, a L. o Estado de Minas Geraes, separado pelo rio Paranahyba e a O. o districto do Bahúsinho separado pelo rio do Peixe.

## Documento n. 52

Lei n. 698 de 12 de Junho de 1915

O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado de Matto-Grosso. Faço saber etc. Art. 1.º Fica elevado à categoria de comarca o município do Registro do Araguaia, com sede na villa do mesmo nome e com os mesmos limites estabelecidos na lei da criação do referido município.

## Documento n. 53

Lei n. 706 de 15 de Junho de 1915

O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, etc. Faço saber etc.

Art. 1.º—Fica creado o município de "Tres-Lagôas" com sede na povoação do mesmo nome, que é elevada à categoria de Villa.

Art. 2.º—Os seus limites serão os mesmos consignados na lei n. 656 de 12 de Junho do anno passado.

## Documento n. 54

D. Francisco de Aquino Corrêa, etc. Faço saber etc.

Art. 1.º—Fica desde já, creada a comarca de Tres-Lagôas, com sede na villa do mesmo nome.

Art. 4.º A comarca bem como o município do mesmo nome, se limitará com a de Sant'Anna do Paranahyba pelos rios Pantano, Beltrão, Santa Rita, Sucuriú e pelo ribeirão Bahús; com o município de Coxim, pela serra das Araras; com a comarca de Campo-Grande, pelo ribeirão Vermelho e pelo rio Pardo; e a Leste pelo rio Paraná.

## Documento n. 55

Certidão da Repartição de Terras de Matto-Grosso

Antonio Ferreira da Silva, official archivista da Directoria de Terras, Minas e Colonização do Estado de Matto-Grosso.

Certifico, por me ser pedido verbalmente a bem dos interesses do Estado, que, no 1.º livro de registro de Estatística territorial, do município de Sant'Anna do Paranahyba, consta o registro das propriedades, sujeitas ao pagamento do imposto territorial, seguintes:

Denominação	Hectares	Observações
1 Irara	72,000	anterior a 1854
2 "	72,000	" " "
3 Barranco branco ou Tapera	72,000	" " "
4 Formosa	72,000	" " "
5 Bonito	72,000	" " "
6 Barreiro, conhecido por Irara	72,000	" " "
7 Arvore grande ou Cabeceira de Sant'Anna	?	" " "
8 Velhacaria	?	" " "
9 Bebedouro	?	" " "
10 Corrego fundo	?	" " "
11 Monte alegre (hoje Rio grande)	90,400	" " "
12 Taquarussu	6,762	" " "
13 Lageadinho	26,590	" " "
14 Fazendinha (1 parte)	165	" " "
15 Pantano	30,180	" " "
16 Ribeirão Bahús	4,458	" " "
17 S. Pedro, hoje Campo-Alegre	36,672	" " "
18 Patrimonio dos Souzaes	3,439	" " "
19 Serrote	3,907	" " "
20 Rio dos peixes	5,838	" " "
21 Barreiro	27,646	" " "
22 Ponte nova ou Areias	7,605	" " "
23 Santa Rita	28,577	" " "
24 São Pedro	57,044	" " "
25 Pantanal	35,844	" " "
26 Paraizo	20,917	" " "
27 Jatahy e Araras	55,687	" " "
28 Engano	21,233	" " "
29 Coqueiros	20,206	" " "
30 Divisa	33,114	" " "
31 Pedra branca	135,994	" " "
32 Monte Alegre	28,565	" " "
33 Barreiro	54,126	" " "
34 Cabeceira do engano	19,669	" " "
35 Bahús	86,610	" " "
36 Cachoeirinha	21,860	" " "
37 Bella Vista	1,629	" " "
38 Cachoeira	9,683	" " "
39 Bahúsinho	1,139	" " "
40 Monte Vermelho	57,062	" " "
41 Bebedouro	30,541	" " "
42 Patrimonio dos Souzaes	5,334	" " "
43 Invernada	38,850	" " "
44 Cascavel	16,904	" " "
45 S. Ant. dos correjos	13,368	" " "
46 S. Pedro, hoje Campo-Alegre	33,672	" " "
47 Campeiro	3,411	" " "

18 Sobradinho	33,152
49 Ariranha	7,150
50 Corrego fundo, Mocuyá, Arvore grande, Vertente do ribeirão, Santa Maria, Velhacaria, Boni- to e Bebedouro	199,600
51 S. José da Bocaina	2,288
52 Corrego do Campo	16,207
53 Pantano	67,410
54 Barreiro do Ariranha	5,453
55 Formigas	70,187
56 Morangas	120,277
57 Cabeceira limpa e Goiabal	9,485
58 Patrimonio dos Souza	3,691
59 Barra bonita	3,310
60 Santa-fé	1,644
61 Agua Limpa	118,693
62 Dois Corregos	42,646
63 Taquary, antigo S. José	
64 Campo-Alegre	22,198
65 Corrego fundo, Prata, For- mosa, Cachoeira e S. Do- mingos	285,340
66 São Luiz	29,867
67 Pontal do Prata	50,239
68 Imbitussu	16,607
69 Boa Vista	62,339
70 Serra	26,728
71 Bonito e Paraizo	7,768
72 Alagoas	4,343
73 Ponte Alta ou Fazendinha	4,166
74 Bebedouro	3,133
75 Capim	19,163
76 Figueira	18,272
77 Bority e Lago	12,471
78 Palmito	14,338
79 São João	3,887
80 Bella Vista	15,842
81 Corrego do Pinto	3,963
82 Sacury, hoje Fazenda Nova	6,452
83 Briso	137,857
84 Santo Antonio do Indayá Grande	51,612
87 Forquilha ou Capim-branco	36,184
88 Fazendinha	58,019
89 S. Antonio e St. Rosa	32,610
90 Bananal e Boa-Vista	424,279
91 Piaba	665
92 Campo-Triste	828,240
93 Ribeirão das Perdizes	8,139
94 Fazendinha	58,019
95 Forquilha e Capim-branco	36,184
96 Vista-Alegre	2,092
97 Lageado	6,045
98 Piriquitos	18,981
99 Alagoas	4,284

## Município do Araguaya (1.º Livro de registro de Estatística)

Denominação	Hectares	Observações
Retiro	2,095	
Fazenda Araguaya	159,823	Permutada entre Anto-
1 Ribeirão Claro	4,432	nio da Fonseca Alcan-
2 Lageado	5,439	tara e-o Estado, estan-
3 Lageadinho	421	do parte neste Estado e
4 Barreirinho	1,130	parte no Estado de
5 Lageadinho	418	Goiás, separado pelo
6 Fazenda Lageado	3,871	rio Araguaya.
7 Barreirinho, Fazendinha e Morro-alto	1,130	
8 Corrego Rico	4,332	
9 Corrego Paraíso	4,490	
10 Boiadeiro	3,631	
11 Agua-fina	600	
12 Estrella e Tapéra	1,594	

13 Balsamo	3,440
14 Balsamo e Ribeirão Claro	26,147
15 São Vicente	5,503
16 Ribeirão Boiadeiro	3,631
17 Retiro do Barreiro	217
18 Ribeirão Avoadeira	7,135

## Documento 56

## Certidão da Assembléa Legislativa do Estado

Certifico, a pedido, em bem dos interesses do Estado e em virtude do despacho do Sr. 1.º Secretario exarado na petição junta, que no archivo desta Assembléa se encontraram os officios de remessa, acompanhada de copias authenticas, das actas das eleições constantes da lista abaixo, procedidas nos municipios de Sant'Anna do Paranhayba, Coxim, Araguaya e Três-Lagoas:

Officio e acta da eleição procedida no anno de 1874 para 22 deputados á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso no Collegio eleitoral da villa de Sant'Anna do Paranhayba.

Idem, idem, idem em 1877

" " " " 1885.

" " " " 1886.

" " da eleição procedida em 1851, na 1.ª secção eleitoral do municipio de Sant'Anna do Paranhayba para deputados á Assembléa Constituinte e Legislativa do Estado de Matto-Grosso.

Officio e acta da eleição procedida na 3.ª secção da Paróchia de Coxim para Presidente e Vice-Presidentes de Matto-Grosso para o quadriennio de 1895 a 1899.

Officio e acta da eleição procedida na 1.ª secção eleitoral da cidade de Sant'Anna do Paranhayba, do Presidente e Vice-Presidentes de Matto-Grosso para o quadriennio de 1895 a 1899.

Idem da 2.ª secção do mesmo municipio.

" " 3.ª

" " 4.ª

Officio e acta da eleição procedida em 1895 na 1.ª secção eleitoral de Sant'Anna do Paranhayba para 18 deputados á Assembléa Legislativa de Matto-Grosso.

Idem da 2.ª secção da mesma cidade.

" " 3.ª

" " 4.ª

Officio e acta da eleição procedida em 1899 na 1.ª secção eleitoral de Sant'Anna do Paranhayba para Presidente e Vice-Presidentes do Estado de Matto-Grosso do quadriennio de 1899 a 1903.

Idem da 2.ª secção da mesma cidade.

" " 3.ª

" " 4.ª

Officio e acta da eleição procedida em 1899 para 24 deputados á Assembléa Legislativa de Matto-Grosso, na 1.ª secção eleitoral de Sant'Anna do Paranhayba.

Idem da 2.ª

" " 3.ª

" " 4.ª

Officio e acta da eleição realizada em 2 de Novembro para 24 deputados á Assembléa Legislativa de Matto-Grosso, na secção unica da Paróchia de Coxim.

Officio e acta da eleição realizada em 1899 na 1.ª secção de Sant'Anna do Paranhayba para um deputado á Assembléa de Matto-Grosso.

Idem da 2.ª secção da mesma cidade.

" " 3.ª

" " 4.ª

Officio e acta da eleição realizada em 1.º 2 em Três-Lagoas, na 1.ª secção eleitoral da paróchia para 24 deputados á Assembléa Legislativa de Matto-Grosso.

Idem, idem da 1.ª secção da Paróchia de Coxim.

Officio e acta da eleição realizada em 1902 para Presidente e Vice-Presidentes de Matto-Grosso no quadriennio de

1903 a 1907, na 1.ª seção eleitoral de Sant'Anna do Paranhayba.

Idem da 2.ª

3.ª

4.ª

Idem, idem da única seção da Paróquia de Coxim.

Idem, idem da única seção de Coxim para 24 deputados à Assembleia Legislativa de Mato Grosso em 1907.

Idem, idem, idem da 1.ª seção de Sant'Anna do Paranhayba.

Idem da 2.ª da mesma cidade.

Offício e acta da eleição realizada na 1.ª seção eleitoral de Sant'Anna do Paranhayba para 4 deputados à Assembleia Legislativa de Mato Grosso em 1907.

Idem da 2.ª

Offício e acta da eleição realizada em 1907 na 1.ª seção eleitoral de Coxim para Presidente e Vice-presidentes de Mato Grosso.

Idem na 2.ª seção.

Idem, idem na mesma data e na 1.ª seção da mesma Paróquia para 4 deputados à Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Idem na 2.ª

Offício e acta da eleição realizada em 1907 na 1.ª seção da Paróquia de Coxim para 1 Senador federal por Mato Grosso.

Idem da 2.ª seção da mesma Paróquia.

Offício e acta da eleição realizada em 1911 na 1.ª seção eleitoral da Paróquia de Coxim para 4 deputados à Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Idem da 2.ª seção eleitoral.

Idem idem da 1.ª seção eleitoral do município de Sant'Anna do Paranhayba.

Idem da 2.ª seção.

Idem da 3.ª

Offício e acta da eleição realizada em 1911 na 1.ª seção eleitoral do município de Sant'Anna do Paranhayba para 24 deputados à Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Idem na 2.ª seção.

Idem na 3.ª

Offício e acta da eleição realizada em 1913 na 1.ª seção eleitoral da Paróquia de Coxim para 1 deputado à Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Idem na 2.ª seção da mesma Paróquia.

Offício e acta da eleição realizada na 1.ª seção eleitoral de Sant'Anna do Paranhayba para 24 deputados à Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Idem na 2.ª seção do mesmo município.

Idem na 3.ª

Idem na 4.ª

Offício e acta da eleição realizada em 1917 na 1.ª seção eleitoral do município de Araguaia para Presidente e Vice-Presidentes de Mato Grosso e para 24 deputados à Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Idem da 2.ª seção do mesmo município.

Idem da única seção do município de Coxim.

Offício e acta da eleição realizada em 1917 na 1.ª seção eleitoral do município de Araguaia para Intendente, Vice-Intendentes, Vereadores e Juizes de Paz;

Offício e acta da eleição realizada na única seção eleitoral do município de Coxim em 1918 para 1 vaga de deputado à Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Certifico mais que no arquivo d'esta Assembleia existem os balancetes da receita e despesa dos annos de 1873, 1875, 1881, 1886, 1887, 1888 e 1892 e os officios da remessa dos de 1882, 1883, 1885 da Camara Municipal de Sant'Anna do Paranhayba.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso em Cuiabá, 11 de Agosto de 1919.

O Official maior,

Francisco Santiago.

Visto.—Borralho, 1.º Secretario.

Documento n. 57

3. Registro da fazenda "Camapuan" cujo inventario correu pelo foro de Cuiabá em 1847

Antonio Ferreira da Silva, Official Archivista da Directoria de Terras, Minas e Colonisação do Estado de Mato Grosso.

Certifico, por me haver sido pedido verbalmente, a bem dos interesses do Estado, que no livro do registro de cartas de Sesmaria, concedidas nos annos de mil setecentos oitenta e quatro a mil oitocentos e onze, a folhas duzentos sessenta e cinco, duzentos sessenta e oito, correu o registro do quatrocentos e sessenta e cinco a fazenda de "Camapuan" passadepossessor do Bispo de Maceio, Coronel Francisco Xavier dos Santos e Joaquim José dos Santos; D.ºs Gervásio de Matheus do Imperio e Maria Violante do Céu, no anno de mil oitocentos e dez, pelo Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto Oeynhausen Grovenburg, sita no sertão do caminho de Cuiabá, nas alturas que fazem o fecho da Serra do Maracajú entre as cabeceiras do rio Camapuan, cujas aguas correm para o Parana e as cabeceiras do rio Sangue Suga que com o nome de São Pardo tem a sua foz no Parana ou rio Grande. E por ser verdade, passo esta sob a fé de meu cargo.

Arquivo da Directoria de Terras em Cuiabá, 18 de Agosto de 1919.

O official Archivista  
Antonio Pereira da Silva

Confere.

O Secretario,  
Theodorico Corrêa

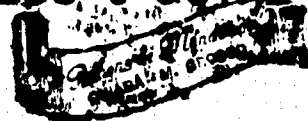
## CONFERENCIA DE LIMITES INTERESTADUAES

(6.º Congresso Brasileiro de Geographia)

## LIMITES ENTRE OS ESTADOS

— DE —

## MATTO GROSSO e GOYAZ



Memo apresentado ao  
Srs. Delegados do Estado de Goyaz pela  
Delegação do Estado de Mato Grosso

Tp. AURORA, 8.º Pedro 212  
Theodorico Guimarães & C.  
RIO DE JANEIRO

1219

Antes de iniciarmos esta memória, seja-nos permitido, Senhores Delegados do Estado de Goyaz, congratularmos convosco pela feliz iniciativa do Instituto Histórico e Geographico de Minas Geraes, da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro e da Liga da Defesa Nacional, que nos approximaram neste momento, para firmarmos um accôrdo relativo á secular questão existente sobre as fronteiras daquelle Estado com o de Mattogrosso.

Esperamos que, em tão importantes trabalhos, o nosso espirito seja efficazmente amparado pela força do nobre e nobilmente desejo de pairarmos nas alturas onde se levanta a voz sacrosanta da Patria Brasileira clamando por seus filhos, d'aquem e d'além Araguaya, tanto quanto pelos das demais regiões deste vasto territorio, para que todos se amem com verdadeiro amor fraternal, afim de que, unidos, a possam servir como Ella merece e como elles o almejam. Impellido por tal sentimento, mattogrossenses e goyanos, procuramos em nossas explanações, cujos fundamentos se encontram em nossas respectivas memorias, achar uma terminação em que possamos observar um principio de Direito e Justiça, dando, quanto possivel, no desempenho de nossas Delegações, a cada um o que é seu.

Para maior clareza do nosso trabalho, passamos a enumerar os elementos historicos e geographicos, a legislação dos tempos coloniaes, a legislação do tempo do Imperio, actos do governo Imperial, das Assembléas e dos Presidentes de Mattogrosso e Goyaz, no passado e actual regimen, sobre os limites dos dois Estados.

### ELEMENTOS HISTORICOS

Sob a auctoridade do Conde de Sarzedas, que governava toda a vasta Capitania de São Paulo, foi traçado o limite, em 1738, para as duas Comarcas ou Ouvidorias de Mattogrosso e Goyaz, cujos territorios faziam parte da Capitania (1). Esse limite era constituído pela magestosa linha do rio Grande (Araguaya), a mais clara e saliente possivel; e tanto era assim que pela Bulla—Candor lucis eternæ—de 6 de Dezembro de 1745, foi creada a Prelazia de Cuyabá e se marcaram para seus limites os mesmos das extensas Ouvidorias de Goyaz e Mattogrosso. Por conseguinte, já havia, em 1738, uma linha divisoria extremando as jurisdições das duas comarcas ou Ouvidorias de Goyaz e Mattogrosso, quando territorios da Capitania de São Paulo, a qual servia de base para a divisão e limitação das respectivas Prelazias, creadas pela Bulla citada.

Por Provisão de 9 de Maio de 1748, do Conselho Ultramarino, resolveu a Metropole supprimir a Capitania Geral de São Paulo, creando duas; uma, em Goyaz e outra em Mattogrosso e Cuyabá. Eis a lègenda d'essa Pro-

visão, onde vão designados os limites das novas Capitanias:

"Dom João, por graça de Deus, Rey de Portugal, e das Algarves, d'Angola e d'Além-mar em Africa, Senhor de Ombé, etc.

"Faço saber a vós Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro, que por ter resoluto se criar de novo duas governos, um nas Minas de Goyaz, outro nas de Cuyabá, e considerar ser desnecessario que haja mais em São Paulo Governador com patente de General, razão porque Mando que D. Luiz Mascarenhas se recolha para o Reino na primeira frota.

Hci por bem por resolução do presente mez e anno, em consulta do meu Conselho Ultramarino, commetter-vos a administração interina dos ditos dous novos Governos, emquanto não sou servido nomear Governadores para elles, a qual administração vos ordeno exerciteis debaixo da mesma homenagem que me destes pelo governo que occupaes, e por ser conveniente que as duas Comarcas de S. Paulo e Paragaguá, que medeião, e são mais visinhas a essa Capitania do Rio de Janeiro dependão desta; sou servido que o Governador da praça de Santos administre todo o militar das ditas duas Comarcas, ficando subalterno dessa Capitania do Rio de Janeiro, como estava antes que se creasse o Governo de S. Paulo, e como estão os Governadores da Ilha de Santa Catharina, do Rio Grande de São Pedro, e da Colonia; e os confins do mesmo Governo subalterno de Santos serão para a parte do Norte, por onde hoje partem os Governos dessa mesma Capitania do Rio de Janeiro, e S. Paulo, e para a parte do Sul, por onde parte o mesmo Governo de S. Paulo, com a Ilha de S. Catharina, e no interior do sertão, pelo Rio Grande, e pelo Rio Sapucahy, e por onde vos parecer; e se vos avisa que os confins do Governo de Goyaz hão de ser da parte do Sul, pelo Rio Grande, da parte de Leste, por onde hoje partem os Governos de S. Paulo, e de Minas Geraes, e da parte do Norte, por onde hoje parte o mesmo Governo de S. Paulo com os de Pernambuco e Maranhão, e os confins do Governo de Mattogrosso e Cuyabá, hão de ser para a parte de S. Paulo, pelo dito Rio Grande, e pelo que respeita a sua confrontação com os Governos de Goyaz, e do Estado do Maranhão, vista a pouca noticia que ainda ha daquelles sertões, tenho determinado se ordene a cada hum dos novos Governadores; e tambem ao do Maranhão, informem por onde poderá deter-

(1)—Carta de D. Antonio Rolim, de 10 de Junho de 1761, dirigida ao Governador e Capitão General de Goyaz João Manoel de Mello. (doc. n. 1.)

minar-se mais commodamente e naturalmente a divisão.

El-Rey Nosso Senhor o Mandou pelo Dr. Raphael Pires Pardiniho, e Thomé Joaquim da Costa Corte Real, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Pedro José Corrêa, a fez em Lisboa, a 9 de Maio de 1748. O Secretario Manoel Caetano Lopes de Lavre, a fez escrever. *Raphael Pires Pardiniho. Thomé Joaquim da Costa Corte Real.*

Não obstante haver esta Provisão determinado os limites das novas Capitánias, foi outra Provisão expedida, no mesmo sentido e em data de 2 de Agosto do mesmo anno, cujos termos abaixo transcrevemos:

"Dom João, por Graça de Deus, Rey de Portugal, e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, etc.

Faço saber á vós D. Marcos de Noronha, Governador e Capitão General da Capitania de Goyaz, que para ficarem entendendo os districtos que comprehende a vossa jurisdição: Sou servido Mandar-vos declarar por Resolução de 9 de Maio do presente anno em Consulta do meu Conselho Ultramarino, que os confins desse Governo de Goyaz hão de ser da parte do Sul pelo Rio Grande, da parte de Leste, por onde hoje partem os Governos de S. Paulo e de Minas-Geraes, e da parte do Norte, por onde hoje parte o mesmo Governo de S. Paulo com os de Pernambuco e Maranhão.

El-Rey nosso senhor o mandou por Manoel Caetano Lopes de Lavre, e pelo Dr. Antonio Freire de Andrade Henriques, conselheiros do seu conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Theodoro de Azevedo Bernardes a fez em Lisboa a 2 de Agosto de 1748. O Secretario Joaquim Miguel Lopes de Lavre a fez escrever *Antonio Freire de Andrade Henriques. Manoel Caetano Lopes de Lavre.*

Dos antecedentes historicos e do texto dessas Provisões, evidencia-se claramente:

1º que, antes de serem elevados á categoria de Capitánias, as Comarcas de Goyaz e de Cuyabá, ainda territorios da Capitania de S. Paulo, tinham por linha divisória o Rio Grande (Araguaya), e que por esse motivo, a jurisdição do Ouvidor de Cuyabá se estendia, por este lado, até á margem esquerda do referido rio e a todos os seus afluentes da mesma margem.

2º que, constituidas as duas Comarcas em Capitánias independentes, pelas Provisões de 9 de Maio e 2 de Agosto de 1748, nenhuma divisa commun se lhes assignou, continuando a prevalecer, por isso, para o effecto das jurisdições judicial, administrativa e ecclesiastica, a mesma linha de limites que extensiva as antigas Comarcas de Cuyabá e Goyaz.

E a correspondencia dos Capitães Generaes de Matto-Grosso e Goyaz, trocada entre si e a dirigida ao governo da Metropole (que juntamos em annexo) prova tambem que essa mesma linha de limites das antigas Comarcas continuou a ser observada pelas duas Capitánias, até que, em 1.º de Abril de 1771, Luiz Pinto de Souza, Capitão General e Governador de Matto-Grosso, firmou o «termo de accessão» (doc. n. 5), convindo que a divisão dez annos antes proposta pelo Governador de Goyaz João Manoel de Mello (mas impugnada pelo de Matto-Grosso D. Antonio Rolim de Moura, doc. n. 3) fosse adoptada para a delimitação das duas Capitánias.

A finalidade do acto, entretanto, ficou dependendo da decisão da corte, e esta clausula está expressa no referido «termo de accessão»: «... para que S. Magestade seja servido dignar-se determinar esta materia na forma das suas Reaes Ordens...»

Não é destituido de interesse notar que nessa data, 1.º de Abril de 1771, já o co-auctor do «acto de accessão», João Manoel de Mello, havia, por morte, sido substituido no Governo de Goyaz por Antonio Car-

los Furtado de Mendonça, o qual se desinteressou tão completamente da questão que nem ao menos se dignou de dirigir a Luiz Pinto, como este o pediu em seu officio de remessa, a reversal assignada por sua mão e sellada com o seu sinete, afim de pormos na presença de Sua Magestade, por meio do seu Conselho, de mutuo accordo; o objecto da presente convenção. Ora, esse projectado accordo, que dependia tão explicitamente da homologação do Rei, não tendo sido levado ao seu conhecimento e nem, portanto, alcançado a sua approvação, nenhum valor juridico merece e é como se não existisse. Demais, o novo Capitão General de Matto-Grosso Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres repudiou em absoluto o limite proposto no «termo de accessão» e manteve a sua jurisdição até á margem esquerda do Araguaya, mandando erigir o novo estabelecimento de um Registro na Insua, 7 leguas proximo do Araguaya, o qual foi mais tarde, transferido para a riba occidental deste rio. E assim fizeram todos os seus successores, quer nos tempos coloniaes; quer sob os governos do Imperio e da Republica, como veremos.

São provas dessa affirmativa a carta do Capitão General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres datada de 20 de Dezembro de 1772; dirigida á Metropole; a de 15 de Outubro de 1773, dirigida ao Capitão General de Goyaz José de Almeida de Carvalho Sobral e Vasconcellos, confirmando a opinião do primeiro Governador e Capitão General da Capitania de Matto-Grosso D. Antonio Rolim de Moura propondo a nova divisão; a de 2 de Novembro de 1773, mandada ao Juiz Ordinario de arraial de Aráes e a de 4 de Janeiro de 1774, para o secretario de Estado, ambas referentes á missão commetida ao Sargento-mór Marcelino Camponez, incumbido por aquella auctoridade de normalisar a administração do citado arraial; etc. (Docs. ns. 6 a 10.)

Lafayette, o julgador do litigio entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, discorrendo sobre a cria-

ção das Capitânicas e seus limites, ao referir-se á auctoridade dos actos reaes, assim doutrina:

"O acto da criação de Capitânicas, por uma necessidade logica, declarava e fixava os limites, porque sem limites a Capitania não podia adquirir existencia. Nesta conformidade, os limites deduziam a sua existencia juridica do acto do poder soberano que os definia e fixava. E todo decreto do poder soberano sobre objecto de serviço publico era havido como lei. As Capitânicas tinham os seus limites determinados e fixados por decreto ou lei.

Ora, a Provisão de 9 de Maio de 1748, que creou as Capitânicas de Goyaz e Matto-Grosso, diz:

"... e se vos avisa que os confins do Governo de Goyaz hão de ser da parte do Sul, pelo Rio Grande, da parte de Leste, por onde hoje partem os Governos de S. Paulo e Minas Geraes, e da parte do Norte, por onde hoje parte o mesmo Governo de S. Paulo com os de Pernambuco e Maranhão, e os confins do Governo de Matto-Grosso e Cuyabá, hão de ser para da parte de S. Paulo, pelo dito Rio Grande, e pelo que respeita a sua confrontação com os Governos de Goyaz e do Estado do Maranhão, vista a pouca noticia que ainda ha daquelles sertões, tenho determinado se ordene a cada um dos novos Governadores, e tambem ao do Maranhão, informe por onde poderá determinar-se mais commodamente a divisão."

A Provisão de 2 de Agosto do mesmo anno de 1748 declara:

"Os confins desse Governo de Goyaz hão de ser da parte do Sul pelo Rio Grande, da parte de Leste, por onde hoje partem os Governos de S. Paulo e de Minas Geraes, e da parte do Norte, por onde hoje parte o mesmo Governo de S. Paulo com os de Pernambuco e Maranhão".

O thalweg do rio Grande, nestas condições, tanto na parte em que este rio é conhecido por tal nome, como na outra em que toma a denominação de Paraná, é linha divisoria, desde os tempos coloniaes, entre Goyaz, Minas Geraes, S. Paulo e Matto-Grosso, desde as suas mais altas cabeceiras até á foz do Iguatemy.

E a prova da verdade do que fica exposto é que D. Antonio Rollim de Moura, conde de Azambuja, nomeado por Carta Patente de 25 de Setembro de 1748, Capitão General da Capitania de Matto-Grosso, recebeu, em 1749, as seguintes instrucções para a fundação de sua Capitania:

"Por falta de conhecimento bastante dos sertões, não tenho determinado até agora

os limites do Governo de Matto-Grosso, mais que pela banda do Rio Grande (Paraná).

A respeito das outras partes por onde confina com os Governos do Pará e Goyaz, procurareis todas as informações que vos fór possível alcançar e m'as fareis presente enviando juntamente mappas do terreno "para que eu resolva" por onde devem ficar os confins assim do governo secular, como da Prelazia e das judicaturas".

As Capitânicas de Matto-Grosso e Goyaz tinham, portanto, os seus limites determinados, em parte, por decreto do Governo de Metrópole, com S. Paulo e Minas Geraes.

"No direito antigo, ao rei compêtia fazer a lei. O rei é lei animada sobre a terra, dizia a Ord. L. 3. T. 75. nº. 1; pôde fazer a lei e revogal-a, quando vir que pode fazer assim.

Era um direito que lhe pertencia soberanamente, e que elle, portanto, podia exercer por acto pessoal ou mediante delegação. A esta delegação não se oppunha de modo algum nem o systema de governo nem a legislação da época. (Epitacio Pessoa.—*A Fronteira Oriental do Amazonas*)."

Nas Provisões de 9 de Maio de 1748 e 2 de Agosto do mesmo anno, que determinaram, em parte, os limites das Capitânicas de Matto-Grosso e Goyaz, a linha divisoria fixada, e de modo positivo, foi a de todo o Rio Grande como limite de Goyaz com Minas Geraes, de Goyaz com S. Paulo; de S. Paulo com M. Grosso; e mandaram que os dois Governos de Goyaz e Matto-Grosso dessem informações sobre as outras partes, para que se podesse resolver. A segunda Provisão de 2 de Agosto do mesmo anno de 1748 é no mesmo sentido, mandando sobreestar a divisão ao Norte e Oeste de Goyaz e pedindo informação.

Taes são os seus termos:

"Dom João, por graça de Deus, Rei de Portugal, e das Algarves, d'aquele e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, etc.

Faço saber a vós Governador e Capitão General de Goyaz, que por outra ordem minha, que nesta occasião haveis de receber, se vos declaram os confins desse Governo, e como tenho determinado que os do novo Governo de Matto-Grosso e Cuyabá hão de ser para a parte de S. Paulo pelo Rio Grande, ficando suspensa a sua confrontação com esse Governo de Goyaz e do Estado do Maranhão, pela pouca noticia que ainda ha daquelles sertões, se vos ordena por Resolução de 9 de Maio do presente anno, em consulta do Conselho Ultramarino, informeis

com o vosso parecer por onde poderá determinar-se mais commoda e naturalmente a divisão.

El-Rey Nosso Senhor o mandou por Manoel Caetano Lopes de Lavre e pelo Dr. Antonio Freire de Andrade, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias.—*Theodoro de Abreu Bernardes* a fez em Lisboa a 2 de Agosto de 1748.

Nesta conformidade, não foi dada nenhuma auctoriscação ou delegação aos Governos de Goyaz e Matto-Grosso para resolverem sobre o assumpto e muito menos para lavrarem o termo de accessão de 1771, verdadeiro excesso de poder, nullo por sua natureza.

Quando o Rei delegava poderes para a solução de um caso dado, fazia-o expressamente, como, por exemplo, vamos citar. Pela Provisão de 3 de Março de 1755, o Rei conferio poderes a Furtado de Mendonça, Governador da Capitania do Orão Pará, irmão do famoso Marquez de Pombal, para estabelecer, pelos lados de Leste e do Sul, os limites que lhe parecessem mais convenientes para a nova Capitania de S. José do Rio Negro, os quaes foram fixados por esse Governador pela Provisão de 10 de Maio de 1758, limites estes que acabam de ser demarcados em execução da egregia sentença do Supremo Tribunal Federal, que os mandou respeitar como linha divisoria entre os Estados do Amazonas e Matto-Grosso.

Outro exemplo: O Rei, constituindo, por Provisão de 20 de Agosto de 1772, o Governo do Maranhão e desmembrando-o do Pará, ordena que « o Governador do Pará assignale a zona que deve discriminar uma Capitania da outra ». E o Governo do Pará designou o rio Turiaçu, que ainda hoje demarca os territorios do Pará e Maranhão. Os actos desses Governadores têm o mesmo valor juridico dos decretos que os auctorisou, São leis. E' assim que se praticava naquelles tempos. D'ahi se evidencia, de maneira clara e inequivoca, que os Governadores de Goyaz e Matto-Grosso não podiam, por forma alguma, usar da attribuição que só ao Rei competia, mesmo « ad referendum », como fizeram, tanto que « o acto de accessão » de 1 de Abril de 1771 não mereceu a Real approvação.

A zona litigiosa pôde dividir-se em duas: a do Sul, a do lado do Paraná-Paraguay; e a do Norte, a encravada no angulo formado pelo Paraguay e o rio das Mortes. Limita as duas regiões a serra do Cayapó.

A extensão dessas zonas está limitada, pelas Provisões de Agosto de 1748, pelo thalweg do Rio Grande, tanto na parte em que o rio é conhecido por esse nome, como na zona em que toma a denominação de Paraná, como já ficou demonstrado acima.

As provisões de 9 de Maio e 2 de Agosto de 1748 são terminantes quando fixam o limite da Capitania de Goyaz, pelo lado do Sul, indicando para isso o rio Grande ou Paraná, também considerado limite de S. Paulo com Matto-Grosso, isto a partir do ponto em que termi-

nava a divisa de Goyaz com S. Paulo, antes do Alvará de 4 de Abril de 1816.

Para que o mencionado rio pudesse ser limite pelo lado do Sul era necessario que tivesse elle a direcção geral de Leste e Oeste.

Não seria possivel consideral-o como tal si a sua direcção media fosse segundo um meridiano.

Ora, como o Rio Grande ou Paraná corre mais ou menos segundo um paralelo no seu primeiro percurso até a confluencia do Parahyba, e dahi em diante rumando para S. S. O., deve-se considerar como o limite Sul de que tratam aquellas Provisões a parte daquelle rio comprehendida entre a confluencia acima referida e sua cabeceira principal.

O segundo ramo assignala o limite Oeste de S. Paulo com Matto-Grosso, em virtude da sua direcção geral que vai de N. N. E. para S. S. O.

As supra mencionadas Provisões delimitavam em aberto a delimitação, pelos lados do Poente e Sul relativa a Matto-Grosso, em razão da pouca noticia que ainda havia daquelles sertões; recommendavam, porém, aos dous Capitães Generaes e Governadores de Matto-Grosso e Goyaz que procurassem todas as informações que lhes fosse possivel alcançar e remetterssem juntamente com mappas do terreno, para que o Rei resolvesse por onde deveriam ficar os confins assim do governo secular, como da Prelazia e das judicaturas.

Na segunda dessas zonas, si não ha decreto do Rei definindo os respectivos limites, ha, entretanto, a linha divisoria das antigas Ouvidorias ou Comarcas, as leis do Imperio e as da Republica estabelecendo-os, como passamos a demonstrar.

## LEGISLAÇÃO

A Constituição de 25 de Março de 1824 manteve a divisão administrativa colonial, nos seguintes termos:

« O seu territorio (do Imperio) é dividido em provincias na forma em que actualmente se acha... »

O territorio sob a jurisdicção efectiva do Governo de Matto-Grosso, nella epoca, ainda era limitado pelo Rio Grande ou Araguaya, que extremava as antigas jurisdicções das Comarcas ou Ouvidorias de Goyaz e Cuyabá; e pelo Rio Grande ou Paraná, segundo as Provisões de 9 de Maio e 2 de Agosto de 1748.

E que assim era, dizem-n'o o Decreto nº 1888, de 20 de Agosto de 1870, da Assembléa Geral, e o Aviso de 19 de Dezembro de 1854, do Ministerio do Imperio (docs. ns. 14 e 18).

O proprio governo de Goyaz, pelo orgão de seu Conselho Administrativo, de sua Assembléa Legislativa e de seu Presidente, também sempre reconheceu essa delimitação, e isso acha-se peremptoriamente expresso nos seguintes documentos:

« Memoria Estatística da Provincia de Goyaz dividida pelos julgados das suas duas Comarcas e na



forma do Elencho enviado pela Secretaria do Imperio escripta por determinação do Excel. Conselho Administrativo da Provincia, e conforme as informações que se receberam dos diferentes julgados. — (Cidade de Goyaz, 30 de Maio de 1832 — Luiz Antonio da Silva e Souza, pag. 3):

«O 1º Julgado da Repartição do Sul é o da Cidade de Goyaz, estende-se de Leste a Oeste 62 1/2 legoas, de Norte a Sul, 80. Confina com o Julgado de Meiaponte no Rio Sucuriú em 12 1/2 legoas da capital, a Sueste com o Julgado de Santa Cruz no Rio Meia Ponte, que dista 30 legoas, ao Oeste com o Rio Grande que divide a Provincia de Matto-Grosso em distancia de 50 legoas, ao Norte com o Julgado de Pilar na matta da Extrema em 19 legoas: ao Sul com o Sertão deserto de Camapuam».

«RESOLUÇÃO—1849 — n. 6. — Antonio de Padua Fleury, Vice-Presidente da Provincia de Goyaz: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial resolveu e eu sancionei a Resolução seguinte:

«Art. 1. — A Capella da Senhora das Dôres erecta no Districto do Rio Verde e filial á Matriz de São Francisco d'Assis dos Anicuns fica elevada a Freguezia de natureza collativa, conservando a mesma denominação.

«Art. 3. — Servirá de limites á nova Freguezia o Rio Verde além do Turvo desde as suas primeiras vertentes até a sua foz no rio dos Bois, e por este abaixo até confluir no Parahyba, e por este abaixo até a sua foz no Rio Grande, ou Paraná, e por este abaixo até a sua confluencia no Rio Pardo, e por este acima até as suas primeiras vertentes no Espigão Mestre, e d'ahi por uma linha recta até as primeiras vertentes do Rio Grande, cabeceira do Araguaia, que serve de divisão com a Provincia de Matto-Grosso.

Palacio do Governo da Provincia de Goyaz aos cinco dias do mez de Agosto de mil oitocentos e quarenta e oito, vigesimo setimo da Independencia, e do Imperio. — Antonio de Padua Fleury.

#### RESOLUÇÃO N. 415 de 9 de Novembro de 1868.

Concedendo a quantia de 12:000\$000 á companhia que se propuzer a manter uma linha de navegação no Araguaia.

«Ernesto Augusto Pereira, presidente da provincia de Goyaz: «Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

«Art. 1º.—O presidente da provincia fica autorizado a estabelecer com a quantia de 12:000\$000 á companhia, associação, ou empresa, que se propuzer a manter uma linha de navegação no rio Araguaia, com tanto que a companhia cumpria as seguintes condições:

«Dar pelo menos 6 viagens por anno entre Santa Maria e Itacaré na provincia de Matto Grosso», tocando nos portos de S. José e Santa Leopoldina, nos quaes de-

morará de 24 a 48 horas, conforme o que fôr estipulado nos respectivos contractos.

«Palacio do Governo da Provincia de Goyaz, aos nove de Novembro de mil oitocentos e sessenta e oito, quadregesimo setimo da Independencia e do Imperio.»

(L. S.) Ernesto Augusto Ferreira.

«Officio do Presidente da Provincia de Goyaz sobre a abertura de uma estrada, de Macedina ao Sangradouro Grande.

«1ª Secção—N. 12—Provincia de Goyaz—Palacio do Governo—5 de Abril de 1884—Illm. e Exm. Sr.—Os habitantes do Rio Bonito e Rio Verde, municipios desta provincia representam-me sobre a conveniencia de abrir-se uma estrada que da colonia Macedina se dirija ao Parredão ou Sangradouro na extensão de 20 leguas. A estrada actualmente existente, pelo porto do Rio Grande, volta cerca de 35 a 40 leguas e teria razão de ser antes de fundada aquella colonia que tornou aquelles terrenos transitaveis e livres das aggressões dos selvagens.

«Além do encurtamento das distancias, a estrada projectada traz para um ponto determinado todas as relações commerciaes entre esta provincia e a de Matto Grosso, o que ha de necessariamente diminuir ou acabar com frequentes correrias dos indios naquellas paragens.—O commercio do sal e dos generos importados feito até hoje no Coxim, passará para esta capital, onde dar-se-ha a permuta, o que alli não tem sido praticavel.

Por onde passa a nova estrada, o Rio Araguaia no tempo da estiagem dá passagem e facilmente poder-se-ha ali construir uma ponte.

«O cidadão Antonio Francisco Villela vae começar trabalhos da abertura da estrada no territorio desta provincia. Caso V. Exa. entenda de conveniencia que ella promova á margem esquerda do Rio Grande, até o Sangradouro, peço para o referido cidadão os auxilios e recursos necessarios.—Deus guarda a V. S.—Illm. e Exmo.

(1) Itacaré — é a denominação de uma colonia militar creada, estabelecida e mantida pelo governo da provincia de Matto Grosso, á margem esquerda do rio Araguaia, como é attestado o seguinte acto:

«O Presidente da Provincia, considerando a grande necessidade que ha, de pontos seguros no sertão que servissem para esta e a Provincia de Goyaz onde os viajantes pudessem encontrar refugio de perigo que os assaltassem, e de mais que os governos, através os interesses dos indios e de outras tribos selvagens que por ali habitam, e tendo em vista a situação da comunidade, que se pode tornar insegura, de tirar da Provincia de Goyaz generos alimenticios para abastecer a dita, e a guerra que entretanto se travava contra a Republica Paraguay exigiu o abastecimento de armas de maior porte da população, resolveu:

«Art. 1º.—Fica creada á margem do Rio Grande, uma colonia militar com a denominação de Itacaré, a qual está situada junto á estrada que segue desta para a Provincia de Goyaz, na margem ocidental do Rio Grande, logo abaixo da Cachoeira grande, cinco leguas mais ou menos do ponto de actual do estabelecimento.

Palacio do Governo de Matto Grosso em Cuyabá, 18 de Fevereiro de 1867. (Assinado) Dr. J. V. Costa Magalhães.

«Tendo a experiencia e estudos demonstrado ser mais conveniente que a colonia militar — de Itacaré —, creada pela portaria desta Presidencia de 18 de Fevereiro de 1867, e a margem do Rio Grande, seja, situada no lugar em que a estrada desta capital vai ter a Goyaz, através e mesmo rio, e onde já existe um nucleo de povoação, o Presidente da Provincia resolve transferir a dita colonia para o mencionado lugar.

Palacio do Governo de Matto Grosso em Cuyabá, 3 de Outubro de 1867. Dr. J. V. Costa Magalhães.

Sr. Presidente da Província de Matto Grosso.— *Cândido Augusto Faria de Brito.*

Os limites communs de Matto-Grosso e Goyaz, observados desde os tempos coloniaes, foram mantidos, pois, durante o primeiro e segundo imperios, ate a proclamação da Republica, em 1889.

Nenhum acto os modificou de qualquer maneira.

Ora, a Constituição Republicana, de 24 de Fevereiro de 1891, dispõe no artigo 1º — que a Nação Brasileira

«se constitue, por união perpetua e indissolúvel das suas antigas provincias e dos Estados Unidos do Brasil.»

E no artigo 2º

«cada uma das antigas provincias formará um Estado.»

Logo, os limites actuaes do Estado de Matto-Grosso são os mesmos da provincia deste nome, isto é, os mesmos da Capitania de Matto-Grosso, com as Capitania de Minas, S. Paulo e Goyaz na região Parana-Paranahyba e na zona do Araguay, os mesmos que extremavam as jurisdições dos Ouvidores ao tempo que Goyaz e Matto-Grosso eram territorios da Capitania de S. Paulo.

### CONCLUSÃO

Então, pois, dos antecedentes historicos, das leis dos tempos coloniaes, da Constituição do Império, da Assembléa Nacional Imperial, dos Actos do Governo do Império, das leis da própria Assembléa Legislativa de Goyaz, da Constituição da Republica e da Jurisdição continua, nunca interrompida, desde 1738 até hoje, sobre todo o territorio da margem esquerda do rio Araguay até as suas nascentes na Serra de Cayabó e sobre a margem esquerda do Rio Grande na parte que tem esse nome e na que é denominada Parana, os direitos de Matto-Grosso são incontestaveis aos territorios pretendidos por Goyaz.

Além dos todos estes documentos, Matto-Grosso ainda podia allegar em favor de seus direitos a posse desses territorios como uma prova de «seu direito preexistente», porque na especie é claro, manifesto e indiscutivel o direito do Estado do Matto-Grosso, como possuidor.

Não allegariamos a posse que temos sobre todo territorio contestado por Goyaz, como elemento gerador de direito porque se trata de assumpto de limites que está sob a jurisdição do poder publico, porém, a allegaremos «no caso de duvida, de incerteza quanto á localisação» das linhas, e como meio de prova, isto é, como facto que na duvida estabelece «a presumpção» de que a linha corre pelos pontos extremos da mesma posse. Em tal caso a posse é simplesmente um facto que indica o direito preexistente, como nos ensina Lafayette — Laudo arbitral na questão de Limites entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

Porém de todas as allegações que podemos adduzir em prol de Matto Grosso nesta pendência, uma ha tão

decisiva que por si só basta para mostrar que a justiça e a boa razão estão de seu lado e militam a seu favor. E essa allegação é que o «curso do Araguay» existe como que providencialmente estabelecido pela natureza para separar os dois Estados, fazendo-o seguir quasi perfeitamente o rumo de N. a S.

O pensamento encerrado nestas palavras, tomadas com pequenas modificações da carta de Luiz de Albuquerque a José de Almeida Carvalho Soveral e Vasconcellos, foi o que em todos os tempos fez os homens, responsaveis pelos destinos de Matto Grosso defenderem a linha traçada pelo Araguay como a raia natural e necessaria entre os dois governos. Antes de Luiz Pinto, D. Antonio Rolim entendia que outra não podia ser a divisa entre as duas Capitania; depois de Luiz Pinto, Luiz de Albuquerque, e com este a série ininterrupta de seus sucessores até nossos dias, sempre assim o entenderam e sempre nesse presupposto agiram, exercendo serena e pacamente a sua jurisdição e extendendo a acção civilisadora do governo de Cuyabá até a margem esquerda do Araguay. E ainda mais do que isso, esse mesmo pensamento foi que ditou a Luiz Pinto o acto pelo qual nelle deu o seu assentimento á proposta do General João Manoel de Mello, de adoptar o rio das Mortes como a linha divisoria das duas capitania, pois que ambos acreditavam achar-se esse rio a meio caminho das respectivas capitães, correndo de Sul para Norte. Ora, sabido, como hoje se sabe, que o rio em questão não equidista daquellas cidades, porém sim que, de Cuyabá á sua cabeceira ha o pequeno percurso de 15 leguas, ao passo que, a partir de Goyaz, não se alcança a referida cabeceira sinão depois de andadas 130 leguas, e que, em vez de seu curso approximar-se do de um meridiano, pelo contrario, a principio lança-se francamente do Poente para o Nascente, e, em seguida, inclle para Nordeste, sabido isso, diremos, ninguem que conheça os documentos historicos desta controversia, poderá em sua consciencia, afirmar e sustentar que de facto o Rio das Mortes preenche os requisitos que delle exigia o Capitão General que o escolheu e que o acceitou para o officio de dar o limite mais proprio, pela parte de Oeste, as duas Capitania. Ao contrario, porém, podem muito legitimamente reivindicar para o seu partido, aquelles que detendem a linha Araguay, tanto a Luiz Pinto como ao proprio João Manoel de Mello, porque, si ha rio que satisfaga á condição pedida de correr de S. para N., esse é o Araguay e não o das Mortes.

Si ha caso em que, sem esforço nem artificio, se possa garantir que tal ou tal personagem historico reformará um seu acto neste ou naquelle sentido, desde que o tivesse de reconsiderar á luz de documentos novos, que elle desconhecia, certamente será este em que affirmamos que hoje, João de Mello e Luiz Pinto, dariam incondicionalmente os seus votos a favor do Araguay, por verem ser esse o rio que preenche os requisitos falsamente attribuidos ao das Mortes pelos sertanistas ouvidos em 1701 pelo Governador de Goyaz.

E', pois, na posse da maior serenidade de nosso espirito de homens honrados, que declaramos estar convencidos de que, propugnando pela conservação do Ara-

guaya como linha divisoria entre Matto Grosso e Goyaz, cumprimos o dever de executar os projectos e as intenções dos nossos maiores, nesse numero incluindo os proprios Capitães Generaes que pensaram melhor atingir os fins que collimaram, substituindo esse rio pelo das Mortes.

Conta uma velha legenda que, certa vez, um cavalleiro coberto de feridas e de sangue, extenuado de fadiga, cahiu ao pé de uma fonte. Antes de exhalar o ultimo suspiro, elle viu ali perto uma florinha que pendia da haste tristemente, resequida e fanada de sede. Então, movido de piedade infinita, o cavalleiro estendeu para a fonte o seu casco de aço, encheu-o do liquido precioso e derramou-o sobre a flor, restituindo-lhe a vida, o viço e o perfume.

Ajuncta a legenda que esse cavalleiro havia cometido grandes crimes, porém que todos lhe foram perdoados pela força desse acto de amor.

Pois bem, Senhores Delegados de Goyaz, empenhem-nos com todas as forças dos nossos corações de homens nascidos nesta bellissima terra do Brasil, por alcançarmos um milagre mais alto e mais esplendido do que aquelle por que se redimio o moribundo cavalleiro da flôr. Empeñemo-nos com um coração sincero e com uma fé verdadeira, sadia e radiante, em cultivar e fazer levantar-se vivaz para o azul purissimo do céu de nossa Patria, a flôr, dentre todas gentil e mimosa, do espirito de fraternidade em que todos nós nos devemos abraçar, nós os filhos do Brasil, quer nos tenham visto nascer terras de Goyaz ou de Matto Grosso, de Amazonas ou do Rio Grande.

E' nesse espirito de fraternidade que nós vos apresentamos esta memoria, em que reunimos algumas razões com que justificamos o nosso acto de defender a linha divisoria do Araguaya; e é esse espirito que em vossos corações fará levantar-se a voz que responderá ao nosso appello á concordia, á paz, á amizade de irmãos que se amam serenamente, comprazendo-se, cada qual, com a vista da prosperidade do outro, com o reconhecimento do dever de o não perturbar, mas antes de ajudalo no desempenho das obrigações que lhe advem de seus antecedentes, do seu presente e do seu futuro.

Matto Grosso reconhece-se graves e solemnes deveres no presente, entre os quaes não é dos menores o de continuar a presidir a incorporação ao patrimonio do mundo civilizado da vasta região que da margem esquerda do Araguaya se estende para o Poente.

Esse dever, elle o recebeu do passado, como vos deixamos provado, e elle tem de responder perante o futuro, de como o desempenhou.

A tarefa é árdua e difficil. Nós, porém, contamos com o vosso amor de irmãos para aliviar-nos de uma parte do pezo, graças ao afastamento definitivo da perspectiva de possíveis discordias nascidas do ficticio dissidio creado pelo termo de accessão assignado por Luiz Pinto, que na verdade não passou de projecto de submeter a El-Rei,

em 1771, uma opinião errada sobre o curso de um rio então desconhecido.

*Rio de Janeiro, 22 de Agosto de 1919.*

Antonio Francisco de Azevedo  
Candido M. da S. Rondon  
João Barbosa de Faria

## Documentos

### DOCUMENTO N. 1

#### Carta do Governador de Matto-Grosso ao de Goyaz sobre os limites communs das duas Capitancias

Illm. Exm. Sr.—Sempre que se me offerece occasião de ir aos pés de V. Exa. cuido muito em aproveitá-lo pelo grande gosto e interesse que tenho em que por este meio me faça V. Exa. digno das suas noticias que sempre desejo boas.—Pela cópia inclusa, verá V. Exa. que Sua Magestade lhe servido ordenar-me faça a divisão destas duas capitancias pela razão que da mesma cópia se deixa perceber e pelos fundamentos communs, que occorrem em semelhantes casos.—Para esta divisão ser feita com acerto, é necessario que eu consulte a V. Exa. e lhe communique o meu parecer; o qual emquanto não for approvado por V. Exa. não terei por tão ajustado, como desejo que elle seja, nem me animarei a pol-o na Real presença do dito

Sr.—O fim para que se costumam e devem estabelecer os limites de quaesquer Provincias, parece não ser outro, que o de saberem os Povos aonde, ou a quem hão de recorrer, nos casos contenciosos; e os Ministros, até onde tem jurisdicção, para exercerem: pois contendo-se cada um no que lhe está determinado, se evitam consideraveis desordens.—E como, nos sertões despovoados, e incognitos se não pôde fazer facilmente com segurança e com clareza para o presente e para o futuro a separação dos districtos, se não pelos cumes das serras ou pelos alveos dos rios: e se devem eleger aquellas, ou aquelles que mais se estendem e proporcionam a sua direcção, por entre as duas provincias confinantes, procurando eu, com attenção, sobre o mappa que pude haver do sertão que nos separa, e que tenho por verosimil, qual devia ser o termo destas duas capitancias acho com propriedade, e proporção, o Rio Grande, ou por outro nome, Rio Cayapó; pois correndo, como corre, quasi em direitura, de sul a norte, desde as terras em que habita o gentio Cayapó, até a cidade do Grão Pará, hé a divisa que se requer para as duas capitancias, que estão directamente de Leste a Oeste.—Deste mesmo parecer foi tambem (segundo me consta)

o Exm. Conde de Sarzedas, sendo General das Capitânicas de S. Paulo, que comprehendia estas duas; e tendo ordem Real para dividir as duas Ouvidorias de Goyaz e Cuyabá, assignando-lhe limite certo: em cuja conformidade, exercitarão desde então, e exercitam ainda presentemente os Ministros de Justiça e Fazenda e jurisdição que lhes compete, até a margem occidental do mesmo rio; e se cobram também por esta Capitania os Dizimos de tudo o que produzem, e criam terras das ditas margens.—Contra esta minha opinião poderá haver quem diga que desta Villa ao Rio Grande, ou Cayapó, é muito mais longe do que de S. Paulo, e que devendo-se attender ao estabelecimento dos limites, a que as distancias fiquem eguaes, para que os interesses das partes não sejam desproporcionadamente prejudicados, podia a divisão fazer-se pelo Rio das Mortes, ou por outro algum logar, que se ache em meio dessas duas Villas.—Mas a isto se pôde responder com o mesmo motivo que fica dito: há que as divisões se devem fazer olhando não só para o presente, mas também para o futuro: e assim como agora a capital desta Capitania está estabelecida nos seus confins occidentaes; e essa também se applica a elles, que lhe ficam ao Oriente, e ao Norte das de duzentas leguas de distancia, se a circumstancia do tempo ou interesses da Monarchia fizeram que essa se estabelecesse para Natividade, para as Arayaz ou para o estrado de Cayapó; está se restabeleça no Cayapó, ou no Arayaz de S. Antonio, que dista da do Rio Grande 20 e 25 leguas, como se não de ajustar depois as medidas de egualdade, para a facilidade ou difficuldade dos recenseamentos.—Por estes fundamentos e pelo de que feita a divisão pelo Rio Grande ou Cayapó, ficando meos de cada um os districtos dessas duas Capitânicas (pois sempre esta é mais extensa) me parece, que assim se deve declarar a S. Magestade para o dito Sr. haver por bem dar-lhe o fim definitivo, com a sua real approvação.—Mas como a dita minha real ordem sempre se fez por ordem de V. Exa., e como tal a se fez; como já se fez no principio desta carta.—Foi para servir a V. Exa. que Deus guarde muitos annos.—Vossa Real Filial de S. Paulo de 1701. Alvaro del castro de V. Exa.—«O Antonio Rolin de Moura».—Illm. e Exm. Sr. João Manoel de Mello.—P. S.—Como V. Ex. me avisou em uma carta sua, que mandando procurar a minha primeira, que escrevi ao Exmo. Conde de S. Miguel, General dessa Capitania, sobre o ouro que lhe mandei pedir e não appareceu, nem o reg. della, remetto a V. Ex. uma cópia do reg. que cá ficou, tirada e assignada pelo Secretario deste Governo, que talvez poderá servir para clareza nessa Provincia.»

## DOCUMENTO N. 2

Carta do Governador de Goyaz ao de Matto Grosso

«Illmo. e Exmo. Sr.—Agradeço a V. Ex. dignar-se de querer ouvir o meu parecer sobre a divisão e demarcação que S. Magestade lhe manda fazer destas duas Capitânicas

que até o presente não tinham limites certos mas o infatigavel zelo de V. Exa. que tem creado com tanto trabalho essa nova Capitania de Matto Grosso, quer estabelecer com a devida formalidade para obviar todas as duvidas que possam acontecer para o futuro sobre materia de jurisdições que agora ao presente não pôde haver alguma; por estar o gentio bravo occupando os territorios que nos hão de servir de baliza. Sendo esta Capitania de Goyaz bastantemente extensa, e pouco povoada, ainda tem maior extensão e muito menos povos essa Capitania de Matto Grosso. E' indubitavel que este Goyaz já teria alargado as povoações até o Rio Grande que dista só cinquenta legoas desta Villa para o poente; pois já extraheamos ouro nas margens do Rio Pilões e do Rio Clarô que fazem barra nelle, e andava bastante gente occupada na laboração dos novos descobertos para o que já se tinha estabelecido uma intendencia para a capitação; mas como succedeu, appareceram alguns diamantes no veio do Rio Claro, ordenou S. Magestade que passasse a estas Minas o Exmo. Conde de Bobadella que deppois de explorar todo aquelle territorio o deixou vedado com um destacamento que ainda hoje se conserva em Pilões; por cuja causa se tornou a recolher a gente, e não tiveram effeito as fundações dos arraiaes.—Esta Capitania de leste a oeste, sendo a divisão pelo Rio Grande, como a V. Ex. lhe parece, não conta na sua longitude mais que 110 legoas, que tanto é do ribeirão dos Arrepellidos por que se divide das Minas Geraes até o Rio Grande.—Essa Capitania começando a sua divisão pela margem oriental della, até as raiaes das Indias da Hespanha donde finalisa, conta perto de 300 legoas de longitude e de Sul a Norte, que é por onde esta Capitania mais se estende, onde essa conta maior latitude.—Em tão dilatados territorios é impossivel que haja rio continuado ou cordilheira de montes que medeie com egualdade para servir de demarcação.—Se V. Ex. consultar os seus sertanejos, achará que ainda das mesmas cabeceiras do Rio Grande até o Camaquan, se mettêm largas campinas pelas quaes se havia fazer presentemente, digo precisamente, a divisão por linhas imaginarias.—Para melhor obedecer a V. Ex. mandei ouvir sobre essa materia o Guarda-Mór Balthazar de Godoy Bueno que é filho do grande Anhangüera, descobridor que foi desta Capitania, e a seu sobrinho João de Godoy, Capitão-Mór da conquista do gentio que são os unicos paulistas que mais teem frequentado esses sertões, capitaneando varias bandeiras.—Remetto os seus pareceres e o mappa que fizeram para dar melhor conhecimento dos territorios.—V. Ex. terá a bondade de mandar examinar os ditos papeis pelos seus sertanejos para determinar o que lhe parecer mais racional.—Do tempo do Exm. Conde de Sarzedas, não se acha papel nesta Secretaria, porque quando sahio de S. Paulo veio em direitura a Trahyras, onde falleceu dentro em doiz mezes.—Eu ainda que já corri esta Capitania, fui só atravessando os sertões, que fazem caminho para os arraiaes, que hia vizitar, e não interiorando-me pelos matos que ficam fora de toda communicação, como não pude por onde se hão de fazer as divisões, pelo que não posso dar informações e mappas que remetto dos dois

Godoy, como tão práticos e inteligentes nesta materia. — Em tudo que se oferecer ao serviço de V. Ex. fica ~~completamente~~ minha obediencia para executar os seus preceitos. — Deus guarde a V. Ex. muitos annos. Villa Boa, 15 de Setembro de 1761. — Ilm. e Exm. Sr. D. Antonio Rollim de Moura. — Multo fiel captivo de V. Ex., João Manuel de Mello.»

## DOCUMENTO N. 3

## Carta do Governador de Matto-Grosso ao de Goyaz, em resposta á precedente

«Ilm. e Exm. Sr. — Recebi a carta de V. Ex. escripta a 15 de Setembro do anno passado, sobre a demarcação destas duas Capitánias. O portador della foi o P. Bento, o qual se demorou tanto em caminho, que a dita carta me não foi entregue, pelo S. Antonio, a de então para cá me tenho visto summamente occupado em responder para o Reyno por via do Pará, e da monção do Cuyabá, pelo que, me não tem sido possível dar á V. Ex. resposta com mais brevidade. Vi os pareceres do mappa que V. Exa. me remette, do Guarda-mór Balthazar de Godoy Bueno, e do Capitão-Mór da Conquista do Centio João de Godoy; e V. Exa. está certo que, sem ambição nenhuma de augmentar o districto desta Capitania, o meu dizer é fazer uma divisão commoda e livre de duvida, na forma que Sua Magestade, nos recommenda, conformando-me quanto me fôr possível com o arbitrio e vontade de V. Exa. a quem venero muito e desejo em tudo fazer o gosto. Porém, antes de determinar esta materia, V. Exa. me permitirá propôr-lhe as duvidas que se me offerecem sobre os pareceres acima ditos. Eu, desde S. Paulo até a Cuyabá, tive a paciencia de vir sempre com o agulhão na mão, assentando os rumos, e as distancias pelos rios, por onde fiz a minha viagem; e Diogo Joseph Pereira fez o mesmo pelo caminho de terra, atravessando de São Paulo por toda essa Capitania até o Cuyabá. D'aqui resultou o mappa que a V. Exa. offereço, para á vista delle, poder explicar melhor as minhas duvidas. As demarcações se fazem para evitar questões, e contando, que de ordinario redundão em prejuizo do serviço de El Rey e do Bem Commum. E sem duvida que entre nós as não ha de haver nunca; porém a divisão do districto não é só para o nosso tempo; e juntamente as Justicas, e os Povos costumam tomar estas materias mais em grosso; e estando eu em São Paulo, hia havendo uma desordem sobre pertencerem umas minas, que se descobriam, a Mogy que é da

mesma comarca ou ao Rio das Mortes; sem embargo de tudo estar sujeito ao mesmo Governo. Por cuja causa convém que os districtos estejam divididos por balizas naturais e distinctas, como recommenda a provisão, de que a V. Exa. remeto a copia. O que supposto, parece não pôde ter lugar a divisão pela Lagoa Grande por ser um ponto que d'aqui a amanhã, indreitando melhor o caminho de Cuyabá para Goyaz, até poderá ficar mais fóra da mesma estrada; e para os lados não tem baliza alguma natural que possa servir de separação. Para o mesmo effeito é improprio o Rio das Mortes; porque como busca a direcção da estrada, tudo quanto deixa para a parte do Sul, fica sem divisão. Porém si entre o Rio das Mortes, e o Tacoarál mediar alguma cousa que possa servir de baliza, por ella, e por um e outro rio pôde correr a demarcação, até de uma e outra parte pegar no Rio Grande; Porém não havendo isso, eu não vejo outra divisão natural, senão pelo mesmo Rio Grande, que tem a direcção mais proxima e adequada para distinguir uma Capitania de outras. O que o mappa assignala das suas cabeceiras e do Bacuriú é por informações e conjecturas, sendo assim que a origem de um não fique distante da de outro, não me parece poder haver demarcação mais commoda do que pelos dous rios Grande e Bacuriú; porque o outro Rio Grande que vem das Gerais, e por onde se navega para Cuyabá é já demarcação determinada por Sua Magestade, entre esta Capitania e a de São Paulo; como V. Exa. verá da copia acima apon-tada; pelo que nessa parte não se pôde enovar nada, como pretende o parecer do Guarda-Mór Bueno, com o pretexto de serem os Cayapós conquista dessa Capitania. Desta mesma determinação se convence não é impossivel partirem estas duas Capitánias pelo Rio Grande, ficando tanto mais perto de Goyaz, que do Cuyabá; pois com maior de igualdade parte pelo outro Rio Grande esta Capitania com a de São Paulo e com a do Pará se limita tambem pela Cachoeira da Aroeira, ou Aroaya, por uma Provisão do Conselho, sendo que daqui até aquelle termo se gastou perto de dous mezes e dalli a Borba, primeira povoação do Pará; são 4 a 5 dias de viagem. Da mesma sorte não deve fazer reparo á grande difficuldade de extensão de uma a outra Capitania; sem embaraço de comprehendere as terras tão dilatadas a pouquissima gente, que tem, e reduz presentemente a um só do Governo. Porém se com o tempo se for povoando, a essa mesma medida se ha de ir dividindo, e subdividindo noutras como se tem praticado desde que a America se descobriu, até agora. E é o que acho contra o projecto de demarcação do Guarda Mor Balthazar de Godoy e do Capitão-Mór da Conquista João de Godoy. Mas na materia não resolvo nada, sem me constar a vista destas razões, a vontade de V. Ex.; pois em seguila é que tenho o acerto mais seguro. Fico para servir a V. Exa. com a mais rendida obediencia. Deus Guarde a V. Exa. Villa Bella, a 21 de Agosto de 1762. Ilm. e Exm. Sr. João Manoel de Mello. Muito amigo e servidor de V. Exa. D. Antonio Rollim de Moura»

## DOCUMENTO N. 4

**Carta do Governador de Matto-Grosso ao de Goyaz sobre limites.**

Ilmo. e Exmò. Sr. — As leis da boa vizinhança, unidas ao particular interesse que tenho de repetir a V. Exa. as protestações do meu attencioso respeito, fazem que eu aproveite toda a conjuntura que se lhe offerece com a mais particular satisfação; e agora posso conciliar ao mesmo tempo quando pede o meu particular obsequio, com o que deve ao serviço de S. M. e que actualmente ponho na presença de V. Ex.

Com a total expulsão dos Jesuitas, em todas as Províncias do Perú (conforme m'o participou o Presidente da Real audiencia de Charcas na sua carta de 12 de Julho do anno passado) me parece se pode lisongear este Estado d'aqui em diante, com uma tranquillidade permanente: porque a ambição d'aquelles perversos visinhos não machinará já agora na Córte de Madrid tantas intrigas; nem suggerirá aos Governadores novos continentes, aquellas fogaças deliberações que muitas vezes inspira o interesse debaixo dos protestos mais plausíveis.

Desta sorte poderão o commercio e cultura das Minas de Matto-Grosso fazer-se mais florentes á sombra da paz; e gosar tambem a Capitania de V. Exa. aquella tranquillidade que não poderia experimentar, vendo ateadada a guerra nas suas vizinhanças. Eu vim particularmente encarregado de soccorrer com um corpo de tropas que me acompanhou da Pará, ás de S. M. Catholica nas Províncias de Mochos e Chiquitos, no caso de resistencia da parte dos referidos Jesuitas; porém tendo-se concluido tudo com a maior tranquillidade, não foi necessario prestar-se á Córte de Hespanha aquelle serviço por se acharem os mesmos Jesuitas ao ponto da minha chegada, já todos embarcados para a Europa no ponto do Colxão, donde foram conduzidos; o que me pareceo não devia deixar de participar a V. Exa. para que haja de ficar nesta certeza. — Examinando os papeis existentes na Secretaria deste Governo, encontro que o Conde de Azambuja meu Predecessor abriu no seu tempo uma negociação com os Antecessores de V. Exa. a respeito dos limites que se devião prescrever ás duas Capitania pela parte donde confinão; e que ainda se não achão estabelecidos pelas provisões e ordens de S. Magestade. Não descobri, porém, nenhum documento em que esta materia, (que deu motivos a algumas contestações) chegou por ultimo ao termo da sua decisão, mas como pode acontecer que sobre ella haja alguma cousa positiva que eu ignore, ou que aqui se tenha desencaminhado, supplico a V. Exa. se digne comunicar-m'a, para eu ficar inteirado neste particular. No caso porém que nada se tenha concluido rogo igualmente a V. Exa. me proponha sobre a mesma materia o seu arbitrio, para que ficando ambos de accordo eu possa participal-o á Córte, e acabar por uma vez este ponto que a mesma tem recommendado a este

Governo por tão reiterado aviso. Deve V. Exa. porém persuadir-se que o meu genio não é de produzir contestações, a título de pugnar por uma jurisdicção mal entendida: conhecendo que nada é mais frivolo que mostrar obstinação sobre um ponto que não pôde resultar vantagem ao serviço de S. M. a quem pertencem ambas as Capitania. — De todo este preludio pode V. Exa. tirar por consequencia a docilidade com que devei abraçar qualquer arbitrio que V. Exa. se dignar propor-me para que de uma vez eu possa fixar os verdadeiros limites desta Capitania, no mappa que da mesma pretendo offerecer a S. M. o que espero alcançar de V. Exa. em obsequio do meu rendimento.

— Não é pois para perverter o incontestavel systema que me tenho proposto, mas unicamente para o satisfazer de algum modo a minha obrigação que ponho na presença de V. Exa. o projecto incluso que conforme as divisas naturaes dos rios e cordilheiras, que a vista dos mappas se offerecem entre as duas Capitania me pareceo mais racional, para se ajustar essa materia a qual V. Exa. se dignará de ponderar com aquellas luzes e reflexão de que é dotado, afim de se decidila. — Porém

como os mappas são tão incompletos, como tenho experimentado, eu não me constituo garantia dos erros do meu projecto, que V. Exa. terá a bondade de querer rectificar como lhe cumprir, na intelligencia que desta sorte se hade executar.

Resta-me unicamente para satisfação da minha curiosidade que V. Exa. queira informar-me dos rios mais considerados que das terras da sua capitania dirigem o seu curso para o Norte, e vão desaguar no Amazonas, com a particularidade dos seus nomes, origem das suas fontes, e confluencias; e especialmente do rio Parapua que acho apontado em algumas memorias, fica entre o rio Grande, que vai do caminho de Goyaz ao rio dos Arinos, o qual, porém, não acho descripto em nenhum mappa com esse nome. Da mesma arte desejei saber quais são os que constituem o Tocantins, o Compaí, e com os Pacayas desaguo ambos unidos no Amazonas com o nome Boguss e ultimamente o Xingú, por estes os mais conhecidos de todos os que desaguam pela parte meridional, nos dominios do Gran Pará principalmente os dous ultimos que pelas suas grandezas é impossivel deixem, de ter as cabeceiras em igual altura das do primeiro. e V. Exa. me obsequiará sem duvida infinitamente com estas noticias. Por não abusar do tempo da benevolencia de V. Exa. se me faz preciso concluir esta carta, rogando-lhe a mercê de acreditar sempre o meu profundo respeito. Deus Guarde a V. Exa. muitos annos. Villa Bella, 4 de Maio de 1769. De V. Exa. Ilmo. e Exmo. sr. João Manoel de Mello. — O seu off. e reverente creão Luiz Pinto de Souza.

«Projecto para a demarcação dos confins da Capitania de Matto Grosso com a Capitania de Goyaz:

Nem pelas instrucções dadas ao Conde de Azambuja, meu predecessor, no § 24, em que se trata das demarcações d'esta Capitania, nem pela provisão de 2 de Agosto de 1748, expedida pelo conselho ultramarino, em

que se tratou tão bem o mesmo ponto, se estabeleceram os limites desta capitania pela parte do norte, nem do nascente; por falta de conhecimentos geographicos dos paizes e sertões que mediavam entre as suas fronteiras, e as da capitania do Pará e Goyaz, recommendando sua Magestade se indagasse exactamente esta materia, para que, á vista dos mappas e planos expostos pelos governadores respectivos, se houvesse de determinar com um pleno conhecimento de causa.

Até agora se tem adiantado muito pouco a execução das ordens de Sua Magestade, ficando este assumpto na mesma perplexidade em que tem persistido ha tantos annos.

Segundo, porem, os ultimos descobrimentos e mappas mais exactos que até agora tem havido destes paizes, parece que o projecto mais natural para se terminar este negocio a respeito da capitania de Goyaz seria (conforme os mesmos mappas) na maneira seguinte.

A capitania de Matto Grosso confina com a de Goyaz pela banda de léste desde a altura de 9° 31' de latitude austral até chegar á confluencia do Rio Pardo com o Paraná, que fica com pouca differença na altura de 22° e 30' da mesma latitude, e quasi 333° de longitude, vindo assim a perfazer uma banda de terra entre os limites das duas capitancias, que perfaz a somma de 13° de latitude meridional.

A divisão natural dos dois Estados parece, pois, que deverá tirar-se entre os dois pontos de norte a sul, com uma linha que os toque, a qual deve ter principio do ponto do norte, como a parte d'onde se deve proseguir gradualmente.

Isto supposto, vem a principiar o primeiro termo da divisão 30' mais acima do lugar em que o rio Paraná entra no Araguaya na altura de 10° de latitude, antes de se formar a ilha grande chamada do Gentio Carumbaré ou Carumari.

D'aqui proseguindo naturalmente a retontrar o dito rio Araguaya pelo braço occidental que forma a mesma ilha, se deve chegar á foz do Rio Vermelho, continuando até ás fozes do referido Araguaya ou Rio Grande.

Vindo, pois, a demarcação a este terreno, o caminho mais natural que parece deve proseguir-se, é o vir-se procurar com uma pequena curva as cabeceiras do rio Camapuam até chegar á bocca do Rio Pardo, descendo por elle abaixo até a confluencia que faz com o rio Atemby ou Paraná, por ser este caminho o mais curto, o mais distinctamente formado pela natureza para servir de uma linha permanente.

Ao contrario, vindo a sobredita demarcação procurar a contra corrente do Rio das Mortes, não conserva a dita divisão proporção alguma, senão no caso que se proseguisse d'ahi a encontrar o rio Pequiri ou o rio Paranaúna visto ficarem as cabeceiras do dito Rio das Mortes em quasi 16° de latitude e o istmo entre Camapuam e o Rio Pardo (que são os limites reconhecidos d'esta capitania) na altura de 20°, o que sem duvida faz uma grande desproporção, e uma separação por terras, não só mui pouco natural e arbitraria, mas até summamente distante.

Ao contrario, ficando as cabeceiras do dito Rio Grande ou Araguaya em mais de 18° de latitude, fica claramente demonstrada a sua proporção em pouca distancia, e consequentemente muito mais natural a linha de separação tirada por este termo.

A razão por que colloquei o ponto capital da divisão no termo de 9° 30', e não no de 10°, em que entra o Paraná no Araguaya (e parece terminarem os limites dessa Capitania com as da do Pará, o que parece mais natural), foi porque, sendo o termo da divisão desta Capitania com a do Pará pela parte norte, subindo o rio Madeira á primeira cachoeira que nelle se encontra, a que lhe fica na sobredita altura, com a differença de 1 a 2', era mais natural do que a linha tirada na cabeça do angulo que forma o termo da divisão dos dois Estados, principia-se tambem na mesma altura para que se tocassem os extremos proporcionalmente entre os mais circulos e paralelos.

E como isto não prejudicava em nada os dominios da Capitania de Goyaz, por isso não fiz escrupulo em me conformar com este partido. Villa Bella, 4 de Maio de 1769. — Luiz Pinto de Souza Coutinho.

## DOCUMENTO N. 5

### Carta do Governador de Matto-Grosso ao de Goyaz

Illm. e Exm. Sr. — Pela carta de 4 de Maio de 1769, que dirigi ao seu antecessor, o Exm. Sr. João Manoel de Mello, estava V. Ex. instruido do objecto que então deu motivo áquelle officio, a respeito das divisões dos limites desta Capitania e da de V. Ex. os quaes ainda se acham indefinidos (não obstante as ordens de S. Magestade) que ha muito tempo prescreveram este regulamento de commun accordo entre os dous Governos, atin de se poder tomar no Conselho a ultima resolução nesta materia. Porém, como depois de haver escripto a referida carta que acompanhava o projecto por mim imaginado para a sobredita divisão encontrei nesta secretaria os documentos adjuntos que incléo a V. Ex. por copia, venho a alcançar que entre o Sr. João Manoel de Mello e o meu predecessor o Conde de Azambuja, se tinha já entabulado esta negociação, se bem não produzissem algum effeito pela nimia firmeza com que o referido Conde pretendeu sustentar a extensão dos limites desta Capitania, sendo ella, aliás, tão vasta e tão inculta. Eu porém, que não diviso neste objecto vantagem alguma relevante para os seus interesses, nem utilidade mais proxima para o serviço de S. Magestade, meditando imparcialmente sobre a carta do Sr. João Manoel de Mello de 15 de Setembro de 1761; e ao mesmo tempo as claras razões que, na de 7 do referido mez e anno, expoz ao mesmo Sr. o Capitão Mór da conquista João de Godoes Pinto da Silveira, tenho a docilidade de acceder a ellas, reformando inteiramente o meu projecto, não obstante as differentes considerações em que elle se apoia-



va, participando a V. Ex. em como me acho conforme com a referida proposição para a divisão dos limites, e inteiramente de accordo com as pretensões desse governo; fundadas, não só na posse em que se achá, mas nas solidas razões de congruência e proporção em que se es. ~~trava~~ não sendo de alguma utilidade ao bem do serviço de S. Magestade, nem dos povos, que as Capitánias tinham uma extensão tão excessiva que não possam occorrer promptamente á sua defeza e á administração da justiça distributiva; sendo certo que estas foram em todo o tempo as considerações porque a illuminada política da nossa Corte procurou sempre repartir os governos naquellas subdivisões, que julgou mais adequadas. Nesta conformidade incluí a V. Ex. o acto formal da minha accessão ao referido arbitrio, esperando, V. Exa se dignará de dirigir-me a reservál, assignada pela sua mão e sellada com o seu sinete, afim de pormos na presença de S. Magestade, por via de seu Conselho, de muito accordo o objecto da presente convenção.

«Deus guarde a V. Exa. mais annos. — Villa Bella, 25 de Março de 1771. — Luiz Pinto de Souza.»

«Illmo. e Exm. Sr. Antonio Carlos Furtado de Mendonça».

#### TERMO DE ACCESSÃO MENCIONADO NO OFFICIO RECTRO.

Não obstante a duvida que até o presente havia suscitado entre os meus predeces sores e os governadores da capitania de Goyaz a respeito dos limites de um e outro governo pela banda de Leste e Oeste, por d'onde oppostamente confinam; contudo, havendo considerado a vastissima extensão da capitania de Matto Grosso por todas as mais partes dos seus limites; e sendo moralmente impossivel poder-se nella sustentar a prompta administração da justiça, nem a sua necessaria defeza em uma fronteira tão dilatada se acaso houvesse de estender ainda pela banda de Leste até o rio Grande ou Araguay, em cujo limite consistia toda a força da questão, por se julgar o dito rio uma balisa mais natural e decisiva: contudo, sendo a força das sobreditas considerações a unica que se deve contemplar em utilidade do serviço de S. Magestade e do Estado; como também á posse incontestavel em que se acha a capitania de Goyaz de todo aquelle territorio até o rio das Mortes: nenhuma duvida se me offerece (conformando-me com a ordem de Sua Magestade de 2 de Agosto de 1748, expedida pelo seu Conselho Ultramarino a ambos os Governos) em que a mutua divisão das duas capitánias se faça pelo referido rio das Mortes, desde o ponto da sua confluencia no rio Grande até a foz do rio Pardo, na fórma que mais amplamente se acha deduzido em arbitrio proposto pelo Capitão-Mór da conquista João de Godoes Pinto da Silveira ao Governador e Capitão General da capitania de Goyaz João Manoel de Mello, em data de 7 de Setembro de 1761, e demonstrado no mappa com elle adjunto. E conformando-me igualmente com a congruência das razões que o referido governador expoz em carta de 15 de Setembro

do sobredito anno ao meu predecessor o Conde de Azambuja; me cumpre declarar em como se me não offerece duvida alguma por parte dos interesses desta capitania, nem do serviço de Sua Magestade, em convir nos limites propostos para fixar as raias da demarcação; antes positivamente accedo ao dito projecto na maneira que nelle se acham circumstanciados os ditos limites. E para que Sua Magestade seja servido de determinar esta materia na forma das suas Reaes Ordens, mandei passar este acto de accessão ao referido arbitrio, que vai por mim assignado e sellado com o sinete das minhas armas.

Dado nesta capital de Villa Bella no 1º de Abril de 1771.

Luiz Pinto de Souza Coutinho.»

#### DOCUMENTO N. 6

Carta do Governador da Capitania de Matto-Grosso sobre a fundação de um estabelecimento nos sertões da margem esquerda do rio Araguay

«Illm. e Exm. Senhor — As repetidas recommendações vccaes que Vossa Excellencia houve por bem fazer-me na sua Secretaria quando Sua Magestade se dignou encarregar-me deste Governo para promover e facilitar quanto possivel fosse o difficil commercio, e correspondencias delle, com todos os mais, com que confina em remotissimas distancias me obrigarão olhar para este objecto, como hum dos de mais consequencia, e de mais importancia particularmente no arriscado e penozissimo tracto que fiz da Capital de Villa Boa de Goyaz para a do Cuyabá em que instruido pela propria experiencia pude notar as grandes difficuldades d'aquella jornada e os consideraveis embarços e prejuizos que podem rezultar á esta Capitania pela falta de povoação que se acha n'aquelle dilatado Sertão de 162 leguas; habitado do cruel indomavel Indio Cayapó no qual por consequencia não hé possivel viajar sem evidente perigo de ser atacado e padecer as maiores urgencias pela falta de mantimentos; principalmente quando o vigor das águas surprehende aos viandantes em caminho, e os obriga com largas demoras a consumir no meio da viagem os provimentos destinados para toda a extensão d'ella:

Por todos estes respeito tomei a liberdade de pôr agora na presença de Vossa Excellencia a urgentissima necessidade de procurar fazer n'aquelle perigozo, mas aliás utilissimo caminho alguns (sic) estabelecimentos de fazendas; cujos moradores, não só possam servir para desinfestar o Paiz afugentando os Indios e embarçando as suas atraíoadas correrias, mas para fornecer as pessoas que transitam, o necessario soccorro de gado e mantimentos para a continuação de suas viagens; as quaes rarissimas vezes podião emprehender pela difficuldade que regularmente achão em ajuntar o necessario poder de gente, armas e cavallos, sem cujas prevenções, como a Vossa Excellencia tenho a honra de dizer, hé de sumo risco o caminho por aquelle sertão.»

«A' vista de todo o exposto hé certo que eu me delibérara logo a intentar algum genero de povoação no dilatado deserto de 112 leguas que medea entre o Cuyabá e o Rio Grande, *que serve de limite a esta Capitania pela banda de Leste a respeito da de Goyaz*, principalmente em algumas situações mais commodas de que fiz a necessaria nota no meu diario na occasião de minha passagem, senão devesse primeiro informar a Vossa Excellencia que estes arranchamentos ou fazendas, nas actuaes circumstancias do perigo do Cayapó, por huma parte e a pouca conveniencia (sic) pela outra, entre que precizamente ficarão metidos os novos povoadores, enquanto se não fizesse mais frequentada aquella estrada, não poderão seguramente conseguir-se sem que a Real Fazenda de Sua Magesta. de faça a necessaria despesa para animar aos povoadores e os defender ao mesmo tempo das invasões dos referidos bárbaros Cayapós dignos na verdade de se recearem.»

«Villa Bella, 20 de Dezembro de 1772.—«Illustriissimo e Excellentissimo Senhor Martinho de Mello e Castro. —*Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres.*»

## DOCUMENTO N. 7

Carta do Governador de Matto-Grosso ao de Goyaz sobre os limites communs das duas Capitanias.

«Illm. e Exm. Sr.—Supposto a pratica que tivemos nessa villa, relativamente á convenção definitiva sobre os limites das duas capitanias, que nos achamos governando e os principios de opposição reciproca que já houve a este respeito entre os nossos predecessores, fiz uma reflectida e desinteressada combinação, não só de todas as noticias oculares que adquiri na minha viagem, mas de todas as que me forneceram as melhores informações e as cartas do paiz mais approximadas do verdadeiro, que com bastante cuidado solicitei haver a mim da mayor parte dos governos do Brazil; e em consequencia de tudo, devo informar a V. Ex. com a sinceridade e a franqueza devidas que o meu conceito sobre a materia se reduz a conformar-me ao plano de divisão provisional e interino que por parte dos dous governos se acha actualmente conhecido; porquanto servindo este de preceito (que jamais poderia confundir-se nem equivocar-se) a corrente do Rio Grande que a natureza providamente estabeleceu para separar-nos, fazendo-o seguir quasi perfeitamente o rumo de Sul a Norte; o que com effeito forma uma linha da direcção a mais natural que podesse desejar; parece que só estes limites devem adoptar-se; principalmente não se offerecendo a Oeste do referido rio algum outro em que se verifiquem humas semelhantes condições; porque o rio chamado das Mortes, cuja embocadura no mesmo Rio Grande se reputa a pouca differença em 12 grãos de latitude, ainda que corra um pouco mais no interior deste governo, como a sua corrente principal não demore a separação, que se deseja, antes ao contrario representa uma

curva summamente improporcionada para o nosso caso; o meu voto é o que acabo de produzir na presença de V. Exa. a quem tenho a honra de remetter o incluso pequeno mappa, que representa o sobredito estado actual da divisão, e o que unicamente parece, pelas razões ponderadas, que deve subsistir, para que V. Exa. dignando-se empregar as suas judiciosas reflexões neste particular, desde tão antigo tempo controvertido, me haja de communicar os meus positivos sentimentos. No caso que o exposto meu parecer, fundado no de meus predecessores e no estado e situação presente, possa merecer a illuminada approvação de V. Exa. espero, que me fará os avisos competentes, na certeza de que eu estarei prompto a mandar formar duas cartas perfeitamente semelhantes, para que cada uma dellas seja remetida por nós, acompanhada das respectivas representações e offerecida á decisão da Córte.

Passadas as águas que proximamente devem principiar, tenho determinado mandar erigir o novo estabelecimento de um registro nas alturas pouco mais ou menos do rio Barreiro; e como esta pequena fundação, que se faz indispensavel, deve ser executada, tanto nas visinhanças do Rio Grande, e poderão fazer-se precisos alguns soccorros ou assistencias da fazenda do Zedas situada na margem oriental delle (visto que a villa de Cuyabá fica mui distante), supplico a V. Exa. de mandar ordens mui expressas ao referido fazendeiro para que não duvide fornecer tudo que tiver e fôr preciso, que promptamente mandarei pagar pelos preços communs que alli pareçam justos.

Deus guarde a V. Exa. muitos annos.—Villa Bella, em 15 de Outubro de 1773.—*Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres.*—Illm. e Exm. Sr. José de Almeida de Vasconcellos.»

## DOCUMENTO N. 8

Carta do Governador da Capitania de Matto-Grosso ao Juiz Ordinario do Arraial de Araés.

«O Sargento-mór Marcellino portador desta vai encarregado por mim da execução de varias diligencias importantes do Real serviço de sua Magestade nesse Arrayal; e da de varios estabelecimentos de policia e civilidade que nelle se faziam tão precisas; e achando-se para estes utilissimos fins munido de toda jurisdicção e authoridade que julguei conveniente conceder-lhe; ordeno expressamente a vm. não só observar exactissimamente as suas determinações sobre os pontos referidos que amplamente lhe vão indicados na minha instrucção, mas de fazer que todos os mais moradores do Arrayal lhe prestem toda a devida obediencia e sujeição nesta conjuntura; e para que immediatamente depois de sua chegada seja a todos constantes esta minha positiva ordem, vm. os convocará na

presença do mesmo sargento-mór, e lendo-lhes esta minha carta lhes fará também saber que eu mando praticar com elle as atenções e respeito que são correspondentes ao caracter de delegado meu, com que me pareceu nesta occasião authorizar-o sobre os encargos que lhe contiei.

Depois que nesta Capitania foi suspensa a Capitação dos escravos e que em lugar della ficou substituindo o Directo Senhoria do quinto do ouro que pertence a Sua Magestade e se deve pagar na fundição, tem sido tão extraordinariamente diminuta a porção desse Arrayal, que a ella tem vindo para fundir-se, que eu estou constantemente persuadido, de que nelle se pratica o mais escandaloso descaminho e extravio do mesmo ouro, ou seja fazendo-o exportar (sem ser fundido) para a Capitania de Goyaz, ou para outra qualquer parte: nestes termos abstendo-me por agora de mandar tomar hum conhecimento judicial sobre tão culpavel transgressão para a fazer punir severamente; me parece ordenar também a vm. que sobre esta importante materia observe e faça observar á risca, tudo o que as ordens e sagradas rezoluções de Sua Magestade positivamente mandam sobre hum assento, em que tanto podem defraudar-se os Regios direitos do seu Erario, ficando advertido de que eu tenho mandado applicar as mais rigorosas providencias, para acautelar no successivo estas perniciosissimas desordens; e que sem duvida hão de ter os transgressores, não só as penas ordinarias e confisco, mas outras que reservo a meu arbitrio. Deus guarde a vm. Villa Bella, 2 de Novembro de 1773.—*Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.*—Sr. Juiz ordinario do Arrayal dos Araés.

### DOCUMENTO N. 9

Carta do Governador da Capitania de Mato-Grosso ao secretario d'Estado sobre o Arrayal de Araés

«Ilmo. e Exm. Sr.—O informe e irregularissimo Estabelecimento dos Araés no Districto deste Governo que se acha situado sobre a margem esquerda do Rio que aqui chamam das Mortes ao mesmo tempo que pode vir a ser de hum utilidade consideravel para o Regio Erario de Sua Magestade, pelas ferteis minas d'ouro que encerra (ainda que de baixo toque) e pelo sufficiente numero de vassallos que pode sustentar; se acha até o presente pela sua grande distancia e pouco communicavel situação, em hum negligencia incivilidade e desordem conhecidas; de maneira que quasi só consiste n'uma congregação de gentes dispusticas e arbitrarías, aonde não somente se não dividava a menor policia, mas até mesmo pela maior parte as Sanctas leis da Justiça muito pouco conhecidas e correspondentemente respeitadas.

Por todas estas razões julguei ser d'uma muito urgente necessidade e immediata obrigação minha o mudar inteiramente a forma d'aquelle estabelecimento, e fazer toda a diligencia por introduzir-lhe quanto possivel fosse

hum modo de vida menos grosseiro e silvestre; e aquella sujeição de que tanto precisava; nestes termos ordenei que o Sargento-mór dos auxiliares do Cuyabá cuja presença se fazia actualmente ali pouco necessaria passasse ao mencionado e inculto lugar dos Araés encarregado positivamente da Execução dos varios regulamentos e diligências que com bastante largueza lhe prescrevi na forma que consta da Cópia que adjunto dirijo nesta occasião a Vossa Excellencia para que intervindo o seu conhecimento possa subir ao de sua Magestade tudo o que n'ella se contem, juntamente com os motivos que me moveram a hum tal procedimento o qual espero que não desperceará a soberana approvação do mesmo Senhor, considerando os seus Reaes interesses e a utilidade que unicamente me propuz de solicitar conforme devo.

He quanto se me offerece de participar a Vossa Excellencia sobre este assumpto.

Deus Guarde a Vossa Excellencia muitos annos. Fortaleza da Conceição, 4 de Janeiro de 1774.—*Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Martinho de Mello e Castro.*—*Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.*

### DOCUMENTO N. 10

Carta do Governador da Capitania de Goyaz dirigida ao Secretario d'Estado sobre o estabelecimento de um registro mattogrossense á margem esquerda do rio Araguaia.

«Ilmo. e Exm. Senhor.—Supposto não achei na Secretaria deste Governo hum só Livro de registro das contas, ou d'ordem que de elle dimanassem, algumas cartas do Governo de Mato Grosso para meu Antecessor João Manoel de Mello me provarão que Sua Magestade lhes havia ficuando, o proprio de hum, e outro para a divisão que pertencesse mais natural aos dois Governos de Goyaz e Mato-Grosso.

O actual Governador e Capitão General de aquella Capitania me fallou aqui neste negocio, e me escreveu sobre a mesma materia depois de tranzitar este Certão, e d'aquirir mais algumas noticias incestindo nos mesmos objectos de seus Antecessores de que a divisão das duas Capitancias devia ser pelo Rio-grande, ou Araguaia, porque seguindo a direcção de Sul, a Norte, descrevia a linha mais propria para ser adoptada aos limites dos dois Governos. Nunca n'isto assentio meu Antecessor, não obstante as instancias do Conde d'Azambuja, e de Luiz Pinto de Souza; e como nas minhas instrucções se omitio este ponto, applicando-me a conhecer os extremos da Capitania por aquellas partes por onde fiz o seu giro, deferi o estudo do que d'esta Villa me ficava ao Poente; porém vendo que o Governador se acha construindo hum registro a dez ou doze leguas de distancia d'aquelle Rio, reputando as margens occidentaes comprehendidas no seu Governo, entendo ser da minha obrigação representar a V. Exa., que a amplitude do Governo de Mato-Grosso sea

sem proporção alguma com a desta Capitania; que sempre pertenceu á freguezia D'Anta o pequeno Arraial d'Amaro Leite dos Araés, e que a sua distancia se manifesta pela mappa da estrada; que contendo muito pouco terreno para os lados, posso assegurar a V. Exa. que nada mais é conhecido; que a necessidade de comunicar Cuyabá, obrigou a fazer seguir este Certão, e a Bandeira com que d'esta Capitania sahio Amaro Leite, as desordens que teve nas suas explorações, e a falta de madeira que achou n'aquella altura, fez com que elle se situasse, não obstante não ter chegado onde queria; e manifestou o descoberto ao Cuyabá em despeque de lhe não querer dar soccorro o Governador desta Capitania D. Luiz Mascarenhas.

«Nestas circumstancias apoiado nada menos que com os ordens de Sua Magestade dirigidas ao Principal Commandante da divisão da America Meridional da parte do Sul, onde determinão que a linha divisoria se regule pelas vertentes, entendendo se deve adoptar para as duas Capitancias a mesma forma de divisão; ordenando Sua Magestade o ponto em que se ha-de pôr o marco, de maneira que as vertentes que desagoão no Rio-grande ou Araguaya pertençam a esta Capitania, e as que correm para o Paraguay, á de Mato-Grosso, ficando assim proporcionada a longitude das Capitancias, e o marco em rumo dividindo para os lados de Norte, e Sul, pois que para ambos hé este Certão desconhecido, e que só se sabe ser junto ás pretendidas vertentes d'esta Capitania, que todas se incorporão no Tocantins, habitado dos Indios Silvestres Crayaz, Cururacs, Tapirapá, Curumbarés e Xavantes.

Deos Guarde a V. Exa. muitos annos.—Villa Bôa, 10 de Dezembro de 1774.—Ilm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senhor Martinhão de Melo e Castro.—*José de Almeida de Vasconcellos.*

## DOCUMENTO N. 11

Acto do Governador da Capitania de Goyaz, estabelecendo as divisões dos districtos

«*Districto de Villa Bôa.*—Este grandiosissimo districto, que povoado podia comprehender um reino opulento, não se acha limitado com outros que os dois, que dividem a freguezia, a saber: O Pouso Alto, no caminho velho de Meia Ponte, e o ribeirão da Extrema, no de Pilar. Ligando, pois, a estes mesmos para demarcar o julgado, se deve produzir uma linha recta do Pouso Alto á barra do ribeirão dos Bois, no rio Anicuns, e seguindo a sua corrente até entrar no Corumbá, continúa a demarcação pelo Rio Grande de S. Paulo, seguindo pelo rio Pardo a buscar as cabeceiras do Araguaya, ou Rio Grande do Cuyabá, ao qual tem este districto por limite da parte do este, até o rio das Mortes, principiando a dividil-o pelo norte o rio das Tesouras até aonde a estrada do Pilar corta o ribeirão da Extrema, donde com outra recta ao Pouso Alto tem circumvallado o districto de Villa Bôa, em-

quanto o augmento da sua população não requer as muitas divisões que elle pode bem admitir.

«*Crixás.*—O districto d'este novo julgado se demarca pelo rio das Tesouras, que, fazendo confluencia no Araguaya, se termina o julgado da parte do N. ao continente da Nova Beira, no lugar do nosso actual estabelecimento de S. Pedro do Sul, donde se busca a serra do Estrondo, e a serra oposta, e que uma linha recta ao rio Calha-punga, e prolongando esta, põe o rio do Carretão, aonde se a estrada do arraial de Crixás, se finalisa a demarcação da Extrema, em que tambem faz a Villa Bôa, um dos pontos da sua divisão.

Villa Bôa, 20 de Abril de 1778.—*José de Almeida Vasconcellos Soveral de Carvalho.*

## DOCUMENTO N. 12

Lei n. 7 de 12 de Agosto de 1835 autorizando a colonisação do territorio situado entre as nascentes dos rios Sucuriú, Taquary e Piquiry.

Antonio Pedro de Alencastro, Presidente da Provincia de Matto Grosso. Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1.<sup>o</sup>—Desde já se estabelecerá entre as nascentes dos rios Sucuriú, Taquary e Piquira (1) hua Colonia, que deverá ser habitada por indios da Nação Coropó, que proximoamente emigrou da Provincia de Goyaz para esta, e se acham nas immedições do Piquira.

Art. 2.<sup>o</sup>—Esta Colonia será collocada no lugar, que, dentro dos limites marcados no artigo antecedente, mais commodidades offerecer aos novos habitantes, e em contacto com a estrada, que se está abrindo em direcção a São Paulo, afim de que os viajantes, e Colonos se prestem mutuos soccorros.

Art. 3.<sup>o</sup>—Designado o ponto, em que tiver de ser fundada a Colonia será o terreno nivelado, e dividido symmetricamente de maneira que os Edificios pela sua construção, e regularidade concorram para a elegancia e salubridade da Povoação.

Art. 4.<sup>o</sup>—O Destacamento Militar ora existente nas margens do Piquiry será transferido para o lugar do estabelecimento, e nelle empregado na manutenção da Ordem e Policia local.

Art. 5.<sup>o</sup>—Logo que a estrada se torne transitavel, será este Destacamento augmentado de dous terços da sua força actual, para formar outro subalterno, que será posto na margem do Rio limitrophe das duas Provincias, por onde deve passar a estrada.

1) Lei-se — Piquiry

Art. 6º.—A administração, finanças, economia e polícia da Colonia será confiada a hum Director, que terá para o coadjuvar aquelles Empregados subalternos, que o Governo Provincial julgar indispensaveis.

Art. 7º.—O Governo nomeará o Director, e mais Empregados, assignar-lhes-ha ordenados, que serão submettidos á approvação da Assembléa Legislativa Provincial; e dará as Inspecções regulamentares, para o regimen da Colonia.

Art. 8º.—A Jurisdicção Policial, confiada ao Art. sexto ao Director cessará logo que a Colonia, e suas immedições, contiver o numero de fogos (não comprehendidos os dos Colonos Indigenas) para ter hum Juiz de Paz.

Art. 9º.—Fica desde já creada hua Parochia na referida Colonia; e o Parocho para ella nomeado vencerá a congrua de trezentos mil réis, e terá hum casa de residencia, com seu quintal á custa da Fazenda Publica Provincial, que passará aos seus successores, e ao primeiro se dará uma propriedade, e á sua escolha, um terreno, que todavia não excederá ao de hua Sesmaria.

Art. 10º.—Ficam isentos de Dizimas, e outros qualquer Impostos por vinte annos, não só os Colonos, como todos os outros individuos, que se form estabelecer dentro das margens do Piquiri até as do Paraná, na direcção da nova estrada.

Art. 11º.—Todos os habitantes da Colonia serão sustentados no primeiro anno á custa dos dinheiros publicos para isto destinados, e fornecidos dos instrumentos agrícolas, ferramentas, armas e mais utensilios indispensaveis a tales estabelecimentos; e da mesma forma lhes serão ministradas as primeiras sementes.

Art. 12º.—Serão mandados pelo Governo Provincial para coadjuvar os trabalhos da Colonia:

§ 1º.—Os Réos condemnados a trabalhos publicos de seis mezes a doze annos.

§ 2º.—Os vadios condemnados por Lei Policial á Casa de Correção, enquanto se não estabelecer aquelle estabelecimento.

§ 3º.—As mercantias condemnadas por Lei Policial ao sequestro publico.

Art. 13º.—Os fundos para o cultivo da terra, que se fizerem tanto na fundação, como na conservação do estabelecimento, serão provenientes:

1º.—Da quantia designada na Lei do Orçamento da Carequese, a civilisação dos Indigenas.

2º.—Do rendimento das passagens dos rios, que atravessam a nova estrada, depois de deduzidas as despesas, que se houverem de fazer com as barcas, canoas e outros meios.

3º.—Do producto da ametade de oitocentas cabeças de gado vaccum, e cem cavallar, que o Governo Provincial mandará conduzir de Miranda para o lugar da Colonia, e for vendido aos viajantes, ficando outra metade para Patrimonio Colonial.

Art. 14º.—A nova Colonia se denominará—Colonia Pedro Segundo.

Art. 15º.— Ficão revogadas todas as Leis e Resoluções na parte, em que se oppuzerem a execucao da presente Lei.

Mando por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execucao da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente, como nella se contem. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Palacio do Governo da Provincia de Mato Grosso na cidade do Cuiabá aos 17 d'Agosto de mil oitocentos e trinta e cinco, decimo quarto da Independencia, e do Imperio. (Ass.) Antonio Pedro de Alencastro.

## DOCUMENTO N. 13

Lei n. 4, de 19 de Abril de 1838, creando as Freguezias de Santa Anna do Paranahyba e do Piquiri.

Art. 1º.—Ficam erectas Freguezias a capella de Santa Anna, estabelecida junto do rio Paranahyba, e a povoação do Piquiri, a 1ª com a mesma denominação, e a 2ª com a de Santa Cruz do Piquiri.

Art. 2º.—Entre estas duas Freguezias, e no lugar que sobre a nova estrada que desta Provincia segue para a de S. Paulo e Minas offerecer as melhores proporções, estabelecer-se-ha outra Freguezia com a denominação de D. Pedro Segundo.

Art. 3º.—O Governo designará os limites destas Freguezias, e no Regulamento que expedir para a boa execucao desta Lei prescreverá as convenientes providencias, para que nos arruamentos e edificios haja regularidade e elegancia.

Art. 4º.—O Governo procurará estabelecer effitiva e permanentemente em cada hua destas Freguezias o maior numero possivel de Indios Caiapós, que actualmente se achão aldeados no Piquiri e Santa Anna, e chamar a ellas os que ainda conservão-se errantes pelos mattoes.

Art. 5º.—Para que tenha effeito a disposicão do artigo antecedente, poderá o Governo nomear Directores dos referidos Indios nas duas Freguezias, e fazer abonar á cada hum d'elles humo subsistencio, que não exceda de mil mil réis por anno; e o mesmo Governo lhes dará Regulamento para sua direcção, e poderá dispendir com os Indios de cada Freguezia até a quantia de quinhentos mil réis annuos, além do que fará applicar em beneficio dos mesmos o producto dos seus trabalhos sem desconto algum.

Art. 6º.—Os primeiros Vigarios das mencionadas Freguezias, além dos vencimentos que lhes competem pela Lei Nº. 1 de 22 de Março de 1838, perceberão, por hum vez somente, a quantia de cem mil réis para ajuda de custo do levantamento da casa de sua residencia; e obterão do Governo toda a protecção compativel com as Leis sobre a posse ou acquisição de terras para hum estabelecimento agricola, caso queira fundal-o.

Art. 7º—Os habitantes que forem comprehendidos nos Districtos das tres Freguezias, ficão isentos de pagar dizimos, impostos de aguas ardentes, decimas de predios urbanos, impostos sobre a carne de todo e qualquer gado, por espaço de vinte annos, contados da data da Lei Nº 7 de 12 de Agosto de 1835: e igualmente isentos de todo o recrutamento para corpos ou forças Provincias.

Art. 8º—Se nas ditas Freguezias houver falta de carpinteiros, ferreiros, e outros operarios semelhantes, o Governo, a não poder obter de outra sorte, poderá contractar com taes operarios por um prazo razoavel, para que vão trabalhar e ensinar n'elles esses officios, mediante as gratificações estipuladas e mais providencias que forem convenientes.

Art. 9º—O Governo fará estabelecer, por conta do Caixa Provincial no lugar junto a huma das duas Freguezias que melhores circumstancias offereça, huma fazenda de criação de gado vaccum, e cavallar, que irá augmentando a proporção do grão de prosperidade que for promettendo: o serviço della será feito pelos Indios Caiapós, admittindo-se além d'elles somente os demais trabalhadores, cujos serviços indispensaveis não possam ser suppridos por aquelles; e á vista do que a experiencia demonstrar, informará á Assembléa Legislativa da Provincia sobre a conveniencia de reproduzir tal estabelecimento. Desta fazenda vender-se-hão ao: que virem estabelecer-se nos Districtos das ditas Freguezias, e que assim requererem, as porções de gado que as forças della permitirem, segundo as occurrencias, tendo-se quanto ao preço em vista a possível equidade, mormente em relação ás familias numerosas.

Art. 10º—No caso de fome, apparição de febres, ou outras occurrencias semelhantes, em quanto os habitantes das ditas Freguezias se acharem privados de recursos, o Governo socorrerá com todos os supprimentos e providencias possíveis em beneficio dos mesmos.

Art. 11º—O Governo, além de providencias sobre a passagem dos rios que atravessam a nova estrada, fará comprar tres canoas possantes para o giro do commercio entre o Piquiri e esta Cidade, e ministrá-las gratuitamente aos negociantes, que com volumes mercantes dirigem-se de huma para outra parte.

Art. 12º—Ficão revogadas a Lei Nº 7 de 12 de Agosto de 1835, e mais disposições em contrario.

## DOCUMENTO N. 14

### Aviso do Ministerio dos Negocios do Imperio

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 19 de Dezembro de 1854.—Ilm. Sr.—Havendo o Governo Imperial encarregado provisoriamente ao Presidente da Provincia do Maranhão do restabelecimento e direcção, bem como da fundação de novos Presidios Miliares no Rio Araguaia que limita

essa Provincia com a de Goyaz, desde a foz do Crixás e Mortes até a confluencia do mesmo Araguaia com o Tocantins, a fim de abrir a navegação dessa extensa e importante linha fluvial, facilitando os recursos necessarios para tornal-a permanente, attrahindo para essa Provincia e a de Goyaz por esse poderoso canal o commercio e a civilização e sobretudo a população, cuja falta tanto ahi se faz sentir, entendi conveniente communicar-o a V. Exa. visto que alguns d'esses Estabelecimentos terão de ser fundados na margem esquerda daquelle rio, em territorio pertencente a essa Provincia, prevenindo a V. Exa. que taes estabelecimentos ficarão sob a direcção do Presidente do Maranhão, até que a sua permanencia se torne uma realidade, e voltando depois á jurisdicção das Provincias a cujo territorio pertencerem.

Deus Guarde a V. Ex.—Luiz Pedreira do Couto Ferraz.—Sr. Presidente da Provincia de Matto Grosso.

## DOCUMENTO N. 15

Decreto N. 1769 de 16 de Julho de 1856

Art. 1º—A Provincia de Mato Grosso fica dividida em dois districtos eleitoraes do modo seguintes!

§ 1º . . . . .

§ 2º—O segundo districto terá por cabeça a villá do Poconé, e se comporá de quatro collegios, que se reunirão: o 1º na Matriz da Parochia de Nossa Senhora do Rosario de Poconé; o 2º na Matriz da parochia de S. S. Trindade de Mato Grosso; o 3º na Matriz da parochia de Nossa Senhora da Conceição do Diamantino, e o 4º na Matriz da parochia de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque.

O 4º—Collegio consta das parochias de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, Nossa Senhora do Carmo de Miranda, e Santa Anna do Parandiba.

Art. 2º—A presente divisão de districtos não pode ser alterada senão em virtude de Lei geral, na forma do § 4º do Art. 1º do Decreto n. 842 de 19 de Setembro de 1855.

Luiz Pedreira do Couto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezesseis de Junho de mil oitocentos e cinquenta e seis, trigesimo quinto da Independencia e do Imperio.

(Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador)

Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

## DOCUMENTO N. 16

Lei n. 7, de 13 de Novembro de 1856, da Provincia de Goyaz, estabelecendo as divisas da Parochia do Divino Espirito Santo das Torres do Rio Bonito.

«Antonio Augusto Pereira da Cunha, presidente da provincia de Goyaz; Faço saber a todos os seus habitantes que a assembleia legislativa provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

§ 1.º — A parochia do Divino Espirito Santo das Torres do Rio Bonito, tem as divisas com a seguinte maneira seguinte:

§ 2.º — Com a do Rio Claro pela barra do rio-Caiapó pequeno, e desta sabindo em rumo direito até a serra, que serve de linha divisoria.

§ 3.º — Com a freguezia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde, pela mesma serra em direcção ao Poente, alcançando as mais altas cabeceiras do Rio-Bonito; e de lá pelo espigão mestre, que divide as aguas dos rios — Parabo e Doce até a altura das cabeceiras do Bom-Succeſso; e d'ahi pelo espigão mestre, que divide as aguas deste ultimo, e as do Jatahy até a sua confluencia no Rio Claro; e seguindo por este, acima até a sua mais alta cabeceira, em rumo do Rio-Verde.

§ 3.º — Com a de Santa Anna do Paranahyba pelo Rio Verde acima, partindo das cabeceiras do Ariranha até a sua origem, e d'ahi em rumo poente procurando as contravertentes do Araguaya no espigão mestre, que divide as aguas deste em direcção ao rio Caiapó pequeno no ponto designado no § 1.º.

Art. 3.º — Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario interino do governo da provincia o faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia de Goyaz aos treze de novembro de mil oitocentos e cincoenta e seis, trigesimo quinto da independencia e do imperio. — (L. S.) Antonio Augusto Pereira da Cunha.

## DOCUMENTO N. 17

Decreto n. 1294, de 22 de Junho de 1866, creando um collegio eleitoral na villa de Santa Anna do Paranahyba, Provincia de Matto-Grosso.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º — Haverá na Villa de Santa Anna do Paranahyba, da Provincia de Matto Grosso, um Collegio Eleito-

ral, que será composto dos eleitores da Parochia da mesma Villa.

Art. 2.º — Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Senador do Imperio, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dois de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

José Thomas Nabuco de Araujo.

## DOCUMENTO N. 18

Decreto n. 1008 — de 20 de Agosto 1870. Autorisa o Governo a subvencionar a navegação a vapor no rio Araguaya e a tomar outras providencias em benefício da mesma navegação.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução da Assembléa Geral:

« Art. 1.º — E' o governo autorizado para subvencionar com a quantia annual de 40:000\$000, até trinta annos, a navegação por barcas a vapor no rio Araguaya, entre o porto de Itacayú, na Provincia de Matto Grosso, e o de Santa Maria, na de Goyaz, consignando-se desde já para esse fim os necessarios fundos.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.  
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.»

## DOCUMENTO N. 19

Lei n. 387, de 17 de Abril de 1904 creando a Freguezia do Araguaya.

« O Coronel Antonio Paes de Barros, Presidente do Estado de Matto Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica creada a freguezia do Registro do Araguaya com séde na povoação do mesmo nome, no municipio e comarca desia capital, a qual terá por limites: a Leste, o Araguaya, ao Sul a estrada do Villela que vae a Macedina; a Oeste o rio Sangradouro Grande e ao Norte o rio das Mortes, até sua confluencia no rio Araguaya.



Art. 2º—O Governo do Estado marcará dia para se proceder à eleição de Juizes de Paz da Freguezia creada pela presente lei, seguindo-se em tudo as disposições que regem o assumpto.

Art. 3º—Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, etc.

Palacio da Presidencia do Estado em Cuyabá, 12 de Abril de 1904, 16º da Republica.

(L. S.) *Antonio Pires de Barros.*

## DOCUMENTO N. 20

**Lei nº 636, de 8 de Julho de 1913, creando o municipio do Araguaya.**

« O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado de Matto Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º—Fica creado o municipio do Araguaya, com séde na povoação do Registro do Araguaya, o qual fica elevada á cathegoria de Villa, tendo os seguintes limites:

Ao Norte, os limites do Estado do Pará; a Leste, o rio Araguaya; ao Sul, o rio Araguaya até as suas altas cabeceiras, onde encontra com os limites do municipio do Coxim e a serra dos Cayapós; a Oeste, o alveo do rio Xingu, desde a sua entrada no Estado do Pará, subindo até o 11º do meridiano do Rio de Janeiro e deste ponto uma recta traçada pelo mesmo meridiano até a serra dos Cayapós.

§. Unico—Este municipio ficará constituindo um termo pertencente á Comarca da Capital.

Art. 2º—Fica o Poder Executivo autorizado a ahrir o credito necessario para attender ás despesas com a organização e installação do municipio e termo de que trata o Art. 1º, seu paragrapho.

Art. 3º—Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, etc.

Palacio da Presidencia do Estado, em 8 de Julho de 1913, 25º da Republica.

(L. S.) *Joaquim A. da Costa Marques.*  
*Joaquim P. Ferreira Mendes.*

## DOCUMENTO N. 21

**Lei n. 656 de 12 de Junho de 1914, creando o Districto de Paz de Tres Lagoas.**

« O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado de Matto Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º—Fica creado o districto de Paz de Tres Lagoas, com séde na povoação deste nome, no municipio de Sant'Anna do Paranahyba.

§ Unico—O novo districto de Paz terá os seguintes limites: ao Norte, os rios «Pantanos», «Murangos» e «Sucuriú», até suas mais altas cabeceiras; ao Oeste, as aguavertentes do «Sucuriú» e «Verde»; ao sul, o rio «Verde» e a Leste, o rio «Paraná».

Art. 2º—Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, etc.

Palacio da Presidencia do Estado em Cuyabá, 12 de Junho de 1914, 26º da Republica.

(L. S.) *Joaquim A. da Costa Marques.*  
*Joaquim P. Ferreira Mendes.*

## DOCUMENTO N. 22

**Lei n. 698 de 12 de Julho de 1915, creando o districto de Paz de Santa Rita do Araguaya**

« O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado de Matto Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º—Fica creado o districto de Paz de Santa Rita do Araguaya, com séde na povoação do mesmo nome, no municipio de Araguaya.

Art. 2º—O novo districto de Paz terá os seguintes limites: ao Sul, os limites do municipio com o de Coxim; ao Norte, o rio Batovy, até sua confluencia no rio das Garças; e a Leste, o rio Araguaya, desde o Aicantiliado até os limites do Municipio do Coxim.

Art. 3º—Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, etc.

Palacio da Presidencia do Estado em Cuyabá, 12 de Junho de 1915, 27º da Republica.

(L. S.) *Joaquim A. da Costa Marques.*  
*Joaquim P. Ferreira Mendes.*

## DOCUMENTO N. 23

**Lei n. 699, de 12 de Junho de 1915, creando a comarca do Araguaya**

« O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado de Matto Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º—Fica elevada á cathegoria de comarca o municipio do Registro do Araguaya, com séde na villa do mesmo nome e com os limites estabelecidos na lei de creação do referido municipio.

Art. 2º—Fica o Poder Executivo autorizado a providenciar sobre a installação da nova comarca e bem assim abrir o necessario credito para occorrer a essa despesa.

Art. 3º—Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, etc.

Palacio da Presidencia do Estado em Cuyabá, 12 de Junho de 1915, 27ª da Republica.

(L. S.) *Joaquim A. da Costa Marques.*

*Joaquim P. Ferreira Mendes.*

## DOCUMENTO N. 24

Lei n. 706, de 15 de Junho de 1915, creando o Municipio de Tres Lagoas.

«O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado de Matto Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º—Fica creado o municipio de «Tres Lagôas», com séde na povoação do mesmo nome, que é elevada á cathegoria de villa.

Art. 2º—Os seus limites serão os mesmos consignados na lei n. 656 de 12 de Junho do anno passado.

Art. 3º—Fica igualmente creada, na séde da referida villa, uma escola primaria do sexo feminino, passando a escola mixta actualmente existente a ser do sexo masculino.

Art. 4º—O Poder Executivo fica finalmente autorizado a fazer as necessarias nomeações dos funcionarios de que depender a installação do municipio, e bem assim a marcar o dia para a eleição e abrindo o necessario credito para a installação do municipio e da escola.

Art. 5º—Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, etc.

Palacio da Presidencia do Estado em Cuyabá, 15 de Junho de 1915, 27ª da Republica.

(L. S.) *Joaquim A. da Costa Marques.*

*Joaquim P. Ferreira Mendes.*

## DOCUMENTO N. 25

Lei n. 754, de 17 de Junho de 1918, creando a Comarca de Tres Lagoas

«D. Francisco de Aquino Corrêa, Bispo de Pruslade, Presidente do Estado de Matto Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º—Ficã desde já creada a comarca de Tres Lagoas, com séde na villa do mesmo nome.

Art. 2º—A comarca, bem como o municipio do mesmo nome, se limitará com o de Sant'Anna do Paranahyba pelos rios Pantanos, Beltrão, Santa Rita, Sucuriú e pelo ribeirão Bahus; com o municipio do Coxim, pela serra das Araras; com a comarca de Campo Grande, pelo ribeirão Vermelho e pelo rio Pardo; e a Leate, pelo rio Paraná.

Art. 3º—Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o necessario credito para a installação da nova comarca.

Art. 4º—Revogam-se as disposições em contrario:

Mando, portanto, etc.

Palacio da Presidencia do Estado em Cuyabá, 17 de Junho de 1918, 36ª da Republica.

(L. S.) *Francisco de Aquino Corrêa.*

Bispo de Pruslade.

*Benites Esteves.*



**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria, o que será feito pelo processo nominal.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas e subemendas. (Pausa.)

**O SR. ALÍPIO CARVALHO** (ARENA — PR. Pela ordem.) — Sr. Presidente, tendo a Liderança da ARENA, na Câmara dos Deputados, realizado entendimentos com a Liderança da Minoria desta Casa, ambas, de acordo com o que propõe o Sr. Relator, solicitamos que a votação possa ser feita simbolicamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Gostaria de ouvir a palavra do nobre Líder da Minoria.

**O SR. ÁLVARO DIAS** (MDB — PR) — A Liderança da Minoria confirma o acordo e votará com o Relator.

**O Sr. Eurico Rezende** (ARENA — ES) — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Com a palavra o nobre Líder da ARENA, no Senado, Senador Eurico Rezende.

**O SR. EURICO REZENDE** (ARENA — ES. Como Líder.) — Sr. Presidente, igual entendimento se estabeleceu, e com o mesmo objetivo, entre as Lideranças da Maioria e da Minoria no Senado Federal.

**O Sr. Lázaro Barboza** (MDB — GO) — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Com a palavra o nobre Líder do MDB, no Senado, Senador Lázaro Barboza.

**O SR. LÁZARO BARBOZA** (MDB — GO. Como Líder.) — Sr. Presidente, como foi dito pelo Líder do MDB, na Câmara dos Deputados, e repetido pelo Líder do Governo no Senado, efetivamente houve o entendimento de Lideranças, e, por parte da Representação do MDB no Senado, nada há a opor, quanto à votação simbólica.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Já há, como sabem os Srs. Congressistas, jurisprudência firmada a respeito da matéria: toda vez que houver acordo entre as Lideranças das duas Casas do Congresso, a respeito da votação de uma matéria para cuja aprovação se exija *quorum* qualificado, a votação poderá ser simbólica. O que não acontecerá, evidentemente, em outras condições; sendo o *quorum* qualificado, a votação teria que ser nominal.

Em razão disto, vai se proceder à votação, que será simbólica, e cabendo a alguns dos Srs. Congressistas que queiram pronunciar-se em sentido contrário, posteriormente que declarem o seu voto através do microfone para que os mesmos sejam consignados em Ata.

Em votação o projeto

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Passa-se, agora, à votação das emendas.

Votação, em globo, das emendas de nºs 2, 61, 64, 99 e 100, que receberam parecer favorável da Comissão Mista.

Os Srs. Deputados que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Passa-se, agora, à votação das subemendas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 58, DE 1977-CN

Nos termos regimentais, requeremos votação, em globo, das subemendas apresentadas pela Comissão Mista às emendas nºs 13, 22, 37, 50, 51, 55, 56, 57, 60, 77 e 93.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1977. — Senador Eurico Rezende.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em consequência, passa-se à votação, em globo, das subemendas apresentadas pela Comissão Mista às emendas nºs 13, 22, 37, 50, 51, 55, 56, 57, 60, 77 e 93.

Os Srs. Deputados que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovadas.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer como se acham. (Pausa.) Aprovadas.

Aprovadas as subemendas, ficam, em consequência, prejudicadas as emendas correspondentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Passa-se à votação, em globo, das emendas que receberam parecer contrário da Comissão Mista.

Os Srs. Deputados que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Rejeitadas.

Rejeitadas as emendas na Câmara, não serão estas submetidas ao Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Estão aprovados o projeto, as Emendas nºs 2, 61, 64, 99 e 100, e as subemendas apresentadas às Emendas nºs 13, 22, 37, 50, 51, 55, 56, 57, 60, 77 e 93.

A matéria vai à Comissão Mista, para a redação final. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Sobre a mesa, a redação final oferecida pela Comissão Mista, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

#### PARECER Nº 90, DE 1977 (CN)

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 15, de 1977-CN, que "cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências".

Relator: Senador Osires Teixeira

A Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 15, de 1977-CN, que "cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências", apresenta, em anexo, a Redação Final da referida proposição.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 1977. — Deputado Fernando Cunha, Presidente — Senador Osires Teixeira, Relator — Senador Leite Chaves — Senador Alexandre Costa — Deputado Mário Mondino — Deputado Adriano Valente — Senador Henrique de L. Rocque — Deputado Dasso Coimbra — Senador Dirceu Cardoso — Deputado Dlb Cherem — Deputado Siqueira Campos — Senador Renato Franco — Senador Lourival Baptista — Senador Magalhães Pinto — Deputado Ibrahim Abi-Ackel — Senador Heltor Dias — Senador Ruy Santos — Deputado Epitácio Cafeteira.

## ANEXO AO PARECER Nº 90, DE 1977-CN

**Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I****Disposições Preliminares**

Art. 1º É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A área desmembrada do Estado de Mato Grosso, para constituir o território do Estado de Mato Grosso do Sul, situa-se ao sul da seguinte linha demarcatória: das nascentes mais altas do rio Araguaia, na divisa entre os Estados de Goiás e Mato Grosso, segue, em linha reta, limitando os Municípios de Alto Araguaia, ao norte, e Coxim, ao sul, até às nascentes do córrego das Furnas; continua pelo córrego das Furnas abaixo, limitando, ainda, os Municípios de Alto Araguaia, ao norte, e Coxim, ao sul, até sua foz no rio Taquari; sobe o rio Taquari até a barra do rio do Peixe, seu afluente da margem esquerda, continuando por este até sua nascente mais alta, tendo os Municípios de Alto Araguaia, ao leste, e Pedro Gomes, ao oeste; segue daí, em linha reta, às nascentes do rio Correntes, coincidindo com a linha divisória dos Municípios de Alto Araguaia e Pedro Gomes; desce o rio Correntes até a sua confluência com o rio Piquiri, coincidindo com os limites dos Municípios de Itiquira, ao norte, e Pedro Gomes, ao sul; continua pelo rio Correntes, coincidindo com os limites dos Municípios de Itiquira, ao norte, e Corumbá, ao sul, até sua junção com o rio Itiquira; da junção do rio Correntes com o rio Itiquira, segue coincidente com a divisa dos Municípios de Barão de Melgaço, ao norte, e Corumbá, ao sul, até a foz do rio Itiquira no rio Cuiabá; da foz do rio Itiquira no rio Cuiabá, segue por este até a sua foz no rio Paraguai, coincidindo com a divisa entre os Municípios de Poconé, ao norte, e Corumbá, ao sul; da confluência dos rios Cuiabá e Paraguai sobe pelo rio Paraguai até o sangradouro da lagoa Uberaba, coincidindo com os limites dos Municípios de Poconé, ao leste, e Corumbá, ao oeste; da boca do sangradouro da lagoa Uberaba segue sangradouro acima até a lagoa Uberaba, continuando, por sua margem sul, até o marco Sul Uberaba, na divisa do Brasil com a Bolívia, coincidindo com os limites dos Municípios de Cáceres, ao norte, e Corumbá, ao sul.

Art. 3º A cidade de Campo Grande é a Capital do Estado.

**CAPÍTULO II****Dos Poderes Públicos****SEÇÃO I****Da Assembléia Constituinte e do Poder Legislativo**

Art. 4º A Assembléia Constituinte do Estado de Mato Grosso do Sul será eleita no dia 15 de novembro de 1978 e instalar-se-á no dia 1º de janeiro de 1979, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. O número de Deputados à Assembléia Constituinte será fixado de acordo com as normas constitucionais que disciplinam a composição das Assembléias Legislativas dos Estados.

Art. 5º A Assembléia Constituinte, após a promulgação da Constituição, passará a exercer o Poder Legislativo, como Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. O mandato dos Deputados à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul extinguir-se-á concomitantemente com o dos Deputados às Assembléias Legislativas dos demais Estados.

**SEÇÃO II****Do Poder Executivo**

Art. 6º Para o período que se encerrará com o do mandato dos Governadores dos Estados eleitos a 1º de setembro de 1978, o Presi-

dente da República nomeará o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do disposto no artigo 4º da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974.

Parágrafo único. O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul será nomeado até 31 de março de 1978 e tomará posse no dia 1º de janeiro de 1979, perante o Ministro de Estado da Justiça.

Art. 7º A partir da posse e até a promulgação da Constituição, o Governador poderá expedir Decretos-leis sobre todas as matérias de competência legislativa estadual.

**SEÇÃO III****Do Poder Judiciário**

Art. 8º A administração da Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul competirá aos órgãos do seu Poder Judiciário, com a colaboração de órgãos auxiliares instituídos em lei.

Art. 9º O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul compor-se-á, inicialmente, de sete Desembargadores, nomeados pelo Governador.

Art. 10. O Tribunal de Justiça instalar-se-á até o décimo dia útil seguinte ao da posse dos seus quatro primeiros membros.

Art. 11. Incumbe ao Desembargador mais idoso, dentre os quatro primeiros nomeados pelo Governador, adotar as providências para a execução do disposto no artigo anterior, assim como presidir o Tribunal de Justiça até a eleição e posse do Presidente e Vice-Presidente.

Parágrafo único. A eleição e a posse, previstas neste artigo, realizar-se-ão no quinto dia útil seguinte àquele em que se completar a composição do Tribunal, exigida a presença mínima da maioria dos Desembargadores.

Art. 12. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça processar-se-á por escrutínio secreto, considerando-se eleitos os que alcançarem a maioria dos votos presentes.

§ 1º No caso de empate, considerar-se-á eleito o mais antigo na magistratura e, se igual a antiguidade, o mais idoso.

§ 2º Os mandatos do Presidente e do Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, expirarão a 1º de janeiro de 1981.

Art. 13. A fim de possibilitar o *quorum* mínimo de quatro Desembargadores, necessário para a instalação e funcionamento do Tribunal de Justiça, poderá o Governador, no primeiro provimento, nomear Desembargadores pertencentes à Justiça do Estado de Mato Grosso, dentre os que, até 31 de outubro de 1978, lhe manifestem, por escrito, aceitar a nomeação.

§ 1º É facultado ao Governador, se inferior a quatro o número dos nomeados na forma do *caput* deste artigo, completá-lo:

I — Por nomeação de Advogado ou membro do Ministério Público, de notório merecimento e idoneidade moral, com dez anos, pelo menos, de prática forense;

II — Por promoção de Juizes de Direito que integrem a Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, tantos cargos quantos bastem para atingir o *quorum* mencionado neste artigo, observado o disposto no artigo 144, item III, primeira e segunda partes, da Constituição.

§ 2º A faculdade conferida ao Governador por este artigo exercer-se-á até 31 de janeiro de 1979, devendo as outras três vagas de Desembargador ser preenchidas por indicação do Tribunal de Justiça, obedecido o disposto no art. 144, item III, da Constituição.

§ 3º Não sendo preenchida a vaga de Desembargador reservada a Advogado ou a membro do Ministério Público pela forma prevista no § 1º, item I, o Tribunal de Justiça, na quinzena subsequente à sua instalação, votará lista tríplice mista, observados os requisitos do art. 144, item IV, da Constituição.

§ 4º À nomeação mencionada no § 1º, item I, e no parágrafo anterior, somente podem concorrer advogados inscritos na Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e membros do Ministério Público desses Estados.

Art. 14. O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul providenciará a instalação e o funcionamento do Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 15. O Tribunal de Justiça, até a sua quinta sessão ordinária, mediante eleição pelo voto secreto, escolherá os dois Desembargadores, os dois Juizes de Direito e os seis cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, dentre os quais o Presidente da República nomeará dois que, com aqueles e o Juiz Federal, comporão o Tribunal Regional Eleitoral.

Parágrafo único. Os Desembargadores e Juizes de Direito, eleitos na forma deste artigo, serão empossados pelo Presidente do Tribunal de Justiça em sessão do Tribunal Regional Eleitoral, que se realizará no dia subsequente ao da sua eleição, e, em seguida, sob a presidência do Desembargador mais idoso, juntamente com os outros membros já nomeados do Tribunal Regional Eleitoral, elegerão o Presidente e o Vice-Presidente, observado o disposto no art. 12 e seu § 1º.

Art. 16. Passarão a integrar a Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul os Juizes de Direito e os Juizes Substitutos, com exercício em comarca sediada no território sob sua jurisdição, desde que o requeiram, até 30 de novembro de 1978, ao Governador nomeado, assegurados os respectivos cargos, direitos e garantias.

#### SEÇÃO IV

##### Do Ministério Público

Art. 17. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul terá por Chefe o Procurador-Geral, nomeado, em comissão pelo Governador, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notório saber jurídico e reputação ilibada.

Art. 18. Comporão o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul os membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, que, na data da vigência desta lei, estejam exercendo suas funções no território do novo Estado, sendo-lhes assegurados os respectivos cargos, direitos e garantias.

Art. 19. Poderão ser nomeados para funcionar junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul os Procuradores da Justiça do Estado de Mato Grosso, desde que o requeiram ao Governador até 30 de novembro de 1978, sendo-lhes assegurados os respectivos cargos, direitos e garantias.

Parágrafo único. As nomeações mencionadas neste artigo levarão em conta as necessidades de serviço do Estado de Mato Grosso, após o desmembramento.

#### CAPÍTULO III

##### Do Patrimônio

Art. 20. No respectivo território, o Estado de Mato Grosso do Sul sucede, no domínio, jurisdição e competência, ao Estado de Mato Grosso.

Art. 21. O patrimônio da administração direta do Estado de Mato Grosso existente, a 1º de janeiro de 1979, no território do Estado de Mato Grosso do Sul, fica transferido a este Estado.

Parágrafo único. Compreendem-se no patrimônio os bens, rendas, direitos e encargos.

Art. 22. O patrimônio das entidades da administração indireta e das fundações instituídas por lei estadual, compreendendo os bens, rendas, direitos e encargos, será distribuído entre os Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, em função das respectivas necessidades, com prévia audiência da Comissão Especial a ser criada nos termos desta lei.

§ 1º Fica a União autorizada a assumir a dívida fundada e encargos financeiros da administração direta do Governo do Estado de Mato Grosso, a partir de 1º de janeiro de 1979, inclusive os decorrentes de prestação de garantia, ouvida a Comissão Especial mencionada neste artigo e mediante aprovação do Presidente da República.

§ 2º Até 31 de dezembro de 1978, os órgãos da administração direta do Governo do Estado de Mato Grosso, as entidades da

administração indireta e as fundações criadas por lei estadual somente poderão assumir obrigações e encargos financeiros que ultrapassem aquele exercício, quando previamente autorizadas pelo Presidente da República.

#### CAPÍTULO IV

##### Do Pessoal

Art. 23. Observados os princípios estabelecidos no inciso V e § 4º do art. 13 da Constituição, os Governadores dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul deverão aprovar, no prazo máximo de 6 (seis) meses, no primeiro caso a partir de 1º de janeiro e no segundo a contar de 15 de março de 1979, os quadros e tabelas definitivos do pessoal civil e os efetivos da Polícia Militar.

Parágrafo único. Os quadros e tabelas de que trata este artigo serão organizados com base na lotação que for fixada para os órgãos de cada um dos Estados.

Art. 24. Os servidores pertencentes ao Estado de Mato Grosso, em exercício em 31 de dezembro de 1978, serão incluídos em quadros provisórios, na situação funcional em que se encontrarem.

§ 1º Em decorrência do disposto neste artigo, haverá quadros provisórios de pessoal para o Estado de Mato Grosso e para o Estado de Mato Grosso do Sul, nos quais serão incluídos, respectivamente, os servidores em exercício no território de cada um dos referidos Estados.

§ 2º Aprovados os quadros definitivos, se verificada a existência de excedentes, estes poderão ser redistribuídos, após sua prévia manifestação, de um Estado para outro, a fim de completarem as respectivas lotações, de conformidade com critérios que serão definidos pelos Governos dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul em coordenação com a Comissão Especial prevista nesta Lei.

§ 3º Os funcionários efetivos e os servidores regidos pela Legislação Trabalhista estáveis e os não optantes pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que não se manifestarem favoravelmente à redistribuição de que trata o parágrafo anterior, assim como os que, por falta de vaga nas respectivas lotações, não puderem ser redistribuídos, serão incluídos em quadros ou tabelas suplementares.

Art. 25. A partir da vigência desta Lei e até 1º de janeiro de 1979 fica vedado, nos termos do art. 3º § 5º da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, ao Estado de Mato Grosso admitir pessoal ou alterar disposições legais a respeito.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às admissões ou contratações relativas a claros decorrentes de aposentadoria ou falecimento, nomeação de concursados e às excessões referidas nos itens I, III, IV e VI do § 1º do art. 1º do Ato Complementar nº 52, de 2 de maio de 1969; nos demais casos, se necessário, as admissões ficarão condicionadas à manifestação favorável da Comissão Especial prevista nesta Lei.

Art. 26. A contagem do tempo de serviço dos servidores redistribuídos não será interrompida, sendo válida no Estado em que se integrem, para todos os efeitos legais.

Parágrafo único. Os contribuintes do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso — IPEMAT, lotados no Estado de Mato Grosso do Sul, continuarão contribuindo para aquela entidade, até que instituição análoga seja criada no novo Estado, quando lhe serão transferidos tais contratos de pecúlio, mediante convênio firmado pelas duas entidades.

Art. 27. A responsabilidade do pagamento dos inativos e pensionistas existentes a 31 de dezembro de 1978 cabe ao Estado de Mato Grosso, com a colaboração financeira do Estado de Mato Grosso do Sul e do Governo Federal, conforme proposição a ser apresentada pela Comissão Especial de que trata esta Lei.

#### CAPÍTULO V

##### Do Orçamento

Art. 28. Os Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul terão, para o exercício financeiro de 1979, orçamentos próprios,

elaborados de acordo com as disposições legais vigentes e o estabelecido neste capítulo.

§ 1º O projeto de lei orçamentária anual do Estado de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 1979, será encaminhado pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa, nos termos da legislação estadual em vigor.

§ 2º O orçamento anual do Estado de Mato Grosso do Sul, para o exercício financeiro de 1979, será aprovado pelo Governador, mediante decreto-lei, no dia de sua posse.

§ 3º Serão também aprovados, por ato do Governador, os orçamentos, para o exercício financeiro de 1979, das entidades da administração indireta e das fundações criadas pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 29. A partir do exercício financeiro de 1979, inclusive, as transferências da União aos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, decorrentes das disposições constitucionais e legais vigentes, deverão ser previstas como receita, nos respectivos orçamentos.

Art. 30. Fica o Poder Executivo Federal autorizado a abrir, no Orçamento da União, para o exercício de 1978, mediante cancelamento de outras dotações, crédito especial no valor de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) destinado ao Ministério do Interior, para atender às despesas preliminares com a instalação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e demais providências decorrentes da execução da presente lei.

#### CAPÍTULO VI Dos Partidos e das Eleições

Art. 31. O Estado de Mato Grosso do Sul constituirá, a partir das eleições de 1978, circunscrição eleitoral distinta da do Estado de Mato Grosso, válidos os atuais títulos nas respectivas zonas eleitorais.

Art. 32. Ficam extintos os atuais Diretórios Regionais dos Partidos Políticos do Estado de Mato Grosso, cabendo às Comissões Executivas Nacionais designarem Comissões Provisórias nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nos termos e para os fins previstos no artigo 59 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis nºs 5.697, de 27 de agosto de 1971, 5.781, de 5 de junho de 1972 e 6.196, de 19 de dezembro de 1974.

Parágrafo único. São mantidos os Diretórios Municipais existentes nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Art. 33. Das Convenções Partidárias Regionais, previstas na Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, e a se realizarem nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em 1978, participarão os atuais Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais, eleitos pelo Estado de Mato Grosso, na circunscrição em que tenham domicílio eleitoral.

Art. 34. Nas primeiras eleições federais e estaduais nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, serão elegíveis candidatos que tenham requerido, até 15 de novembro de 1977, a transferência do domicílio eleitoral de um para outro Estado.

Art. 35. O Senador eleito pelo Estado de Mato Grosso, cujo mandato termina em 31 de janeiro de 1983, representará o Estado em que, à época da respectiva eleição, tinha domicílio eleitoral.

Art. 36. Nas eleições de 15 de novembro de 1978, para o Senado, no Estado que deva eleger três Senadores, o menos votado dos dois eleitos por sufrágio direto terá o mandato de quatro anos.

Parágrafo único. No Estado de Mato Grosso do Sul, a eleição do Senador a que se refere o § 2º do art. 41 da Constituição realizar-se-á no dia 28 de janeiro de 1979, pelo Colégio Eleitoral formado pela Assembléia Constituinte e Delegados das Câmaras Municipais.

Art. 37. Não participarão do Colégio Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul, nas eleições de 1º de setembro de 1978, os Deputados Estaduais, com domicílio eleitoral no Estado de Mato Grosso do Sul, e os Delegados das Câmaras Municipais neste sediados.

#### CAPÍTULO VII Disposições Gerais e Transitórias

Art. 38. O Poder Executivo Federal instituirá, a partir de 1979, programas especiais de desenvolvimento para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com duração de 10 (dez) anos, propiciando apoio financeiro aos Governos dos dois Estados, inclusive quanto a despesas correntes.

§ 1º No exercício financeiro de 1979, os referidos programas deverão envolver recursos da União no valor mínimo de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), dos quais pelo menos Cr\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros), destinados ao Estado de Mato Grosso.

§ 2º Os recursos para os programas de que trata este artigo deverão constar dos projetos de lei orçamentária anual e plurianual da União.

Art. 39. A União providenciará as medidas necessárias à federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso, localizada na cidade de Campo Grande.

Art. 40. Aplicar-se-á, no Estado de Mato Grosso do Sul, a legislação em vigor no Estado de Mato Grosso, à data da vigência desta lei, até que leis ou decretos-leis, expedidos nos termos do art. 7º, a substituam.

Art. 41. O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso manterá íntegra, até a instalação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, sua competência originária e recursal, abrangendo sua jurisdição todo o território do Estado de Mato Grosso anterior à criação do novo Estado.

Art. 42. Até que se instale o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul, suas atribuições serão exercidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso.

Art. 43. Enquanto não se instalar a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, continuará com jurisdição sobre o seu território a do Estado de Mato Grosso.

Art. 44. A nomeação do Prefeito da Capital, nos termos da Constituição Federal, far-se-á após o término do mandato do atual Prefeito do Município de Campo Grande.

Art. 45. A Amazônia, a que se refere o artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, compreenderá também toda a área do Estado de Mato Grosso.

Art. 46. A área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste compreenderá os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, o Distrito Federal e o Território Federal de Rondônia.

Parágrafo único. O Poder Executivo Federal dotará a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste dos instrumentos necessários para o planejamento regional e coordenação da execução dos programas especiais de desenvolvimento de que trata o artigo 38.

Art. 47. As entidades da administração indireta e as fundações instituídas por lei estadual, até que se efetive a distribuição patrimonial prevista no artigo 22, *caput*, continuarão vinculadas ao Estado de Mato Grosso e sob sua responsabilidade.

Art. 48. O Poder Executivo Federal criará Comissão Especial, vinculada ao Ministério do Interior e integrada por representantes deste e dos Ministérios da Justiça, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP, com as seguintes finalidades:

I — propor os programas especiais de desenvolvimento referidos no art. 38 e acompanhar a sua execução;

II — assessorar o Governo Federal e colaborar com os Governos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na execução das medidas decorrentes desta lei, especialmente as relativas ao patrimônio, pessoal e orçamento, submetendo à apreciação do Presidente da República as questões pendentes de decisão no âmbito dos Governos dos dois Estados e de órgãos ou entidades do Governo Federal;

III — examinar os encargos financeiros das entidades da administração indireta e fundações criadas por lei estadual, propondo medidas destinadas à definição das responsabilidades financeiras, inclusive a cooperação do Governo Federal.

IV — outras, a ela atribuídas no corpo desta lei.

Parágrafo único. Integrarão a Comissão Especial representantes dos Governos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Art. 49. O Estado de Mato Grosso, em face da diminuição de seu território, redimensionará os órgãos e entidades de sua Administração, inclusive dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades do Governo Federal em atuação nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul serão adaptados às condições resultantes da presente lei.

Art. 50. Após a nomeação do Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, o Ministro do Interior poderá requisitar, sem prejuízo de direitos e vantagens, servidores do Estado de Mato Grosso, que ficarão à sua disposição para atender às providências antecedentes à instalação dos Poderes do novo Estado.

Art. 51. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 52. Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Congressistas quiser discuti-la, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, a matéria vai à sanção.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Para a leitura da Mensagem Presidencial nº 96, de 1977-CN, referente ao Decreto-lei nº 1.572, de 1977, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se às 22 horas e 30 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ANTUNES DE OLIVEIRA NA SESSÃO DE 2-9-77 E QUE, ENTRE- GUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA** (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Com acerto, o Senhor Presidente Ernesto Geisel assina o seguinte documento:

O Presidente da República, de acordo com o artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 58, de 14 de dezembro de 1889, e tendo em vista o que consta da Exposição de Motivos nº 7.418, de 1º de setembro de 1977, do Ministro da Justiça, resolve.

*Conceder Post Mortem*

a Medalha de Distinção de 1ª Classe ao 2º Sargento do Exército **SILVIO DELMAR HOLLENBACH**, nascido em Cerro Largo — Rio Grande do Sul, em 31 de dezembro de 1943, filho de Otto Hollenbach e Cecília Schneider Hollenbach, que servia no Hospital das Forças Armadas, nesta Capital, pelo seu gesto de altruísmo, coragem e solidariedade humana, praticado no dia 28 de agosto de 1977, quando, com o sacrifício da própria vida, salvou o menino

**ADILSON FLORENCIO DA COSTA**, que se encontrava sob ameaça de ser devorado por feras do Jardim Zoológico de Brasília.

Brasília, de de 1977: 156ª da Independência e 89ª da República.

Sr. Presidente do Congresso, dou parabéns ao Senhor Presidente da República porque Sua Excelência interpreta, naturalmente, os sentimentos do povo brasileiro, homenageando, *post mortem*, o Sargento Silvío Delmar. Chamo a atenção dos próprios pais para que tenham mais cuidado na orientação dos filhos, nos brincueiros, nas horas de lazer, em jardim zoológico, como esse. Também, chamo a atenção dos funcionários, pois devem estar atentos, junto às crianças, que em geral são ativas, a fim de que não aconteça mais fato tão lamentável, como o último no Jardim Zoológico de Brasília.

Sr. Presidente, de quando em quando, os bispos não têm razão, tratando de assuntos civis; mas, desta vez, um bispo tem razão, tratando de tese civil. Vejamos o que diz a Imprensa.

#### "PADRE ENTENDE QUE INDIO DEVE POSSUIR TERRAS

A criação de uma lei especial substituindo a tutela a que os índios submetidos atualmente, e garantindo-lhes o direito à propriedade de terras que ocupam, hoje ocupadas pela União, foram reclamadas ontem pelo bispo de Bauru, D. Cândido Padim, em depoimento na CPI do índio.

Segundo o bispo — o regime tutelar estabelecido pela Constituição não tem protegido esses grupos contra a espoliação do seu patrimônio, o que torna necessária revisão do conceito de tutela."

Que V. Ex<sup>ts</sup> meditem sobre o que segue:

"O índio não pode ser considerado incapaz disse D. Cândido — apenas porque o branco atingiu um determinado avanço tecnológico. Depoimento de caciques por mim colhidos em diversas regiões relevam, claramente, que eles têm uma visão adulta do mundo e estão se preparando, gradativamente, para assumir seu próprio destino — acrescentou."

Continuo na minha parlenda, Sr. Presidente, dando parabéns a esse Bispo corajoso, que tem razão. Defendo, diuturnamente, se me for possível, o direito que o índio tem à sua terra. Eis, aí, os que vieram da Europa e que vieram tomar o que não era seu. Pelo menos, devia respeitar o que é do índio, dono legítimo da gleba... Defenda-se o índio injustiçado. Eu o defendo. Defendemo-lo, todos nós.

Outro assunto que me traz à Tribuna, Sr. Presidente, é o que se segue:

O Banco da Amazônia já encaminhou à apreciação do Conselho Monetário Nacional o plano de expansão de sua rede de agências nos próximos dois anos, no qual reivindica a abertura de 38 novas filiais.

Damos os parabéns também ao Banco da Amazônia por essa iniciativa. O seu Presidente, Dr. Francisco Penha, justificando a medida, assim se expressa:

"queremos abrir mais 30 agências na Amazônia, beneficiando áreas em vias de aproveitamento. Já fora da região Amazônica — continuou — o BASA quer instalar as outras oito filiais."

Passo a outro assunto, concluindo, Sr. Presidente. Quero mais uma vez dizer que, como brasileiro, não aceito discriminações que aparecem de quando em quando. Algumas pessoas, que não revelam o sentimento de brasilidade, aparecem no Brasil — filhos ou netos de imigrante — que não compartilham com a vida brasileira, no seu sentido exato, e começam a demonstrar discriminação racial. No Brasil, discriminação racial não tem nome, nem lugar. De quando



em quando, surgem alguns descendentes de alemães, de italianos, fazendo discriminação racial. Meu pai me ensinou que o Brasil é de todos. O meu avô, militar autêntico, que nunca foi militarista, dizia-me, através da Família, que discriminação racial no Brasil não tem dicionário. Não tem mesmo. Os meus antepassados tinham razão.

Agora mesmo, Sr. Presidente, no mês passado, falando na mais antiga Câmara Municipal das Américas, em Richmond, nos Estados Unidos, disse que uma das vantagens e belezas da vida brasileira é não termos discriminação racial, é termos realizado uma democracia étnica. Deixo, aqui, o nosso protesto contra esses que querem fazer, de quando em quando discriminação racial ou outra qualquer. Isto é que o Brasil não aceita. Não é preciso nem se falar na Lei "Afonso Arinos". Diz-se que, agora, uma transportadora de Joinville está fazendo discriminação racial. Só aceita louros de cabelos queimados. Esta transportadora "já era..."

Por último, Sr. Presidente, como está para se esgotar o nosso tempo e o Deputado Daso Coimbra deseja também transmitir o seu recado, deixo de ir mais adiante para tratar, minuciosamente, de outro urgente assunto. Darei apenas rápida idéia do assunto, já que não me é dado alongar.

Espero que possamos colocar em prática aquela psicologia do povo brasileiro que, no fim das contas, clama por uma democracia autêntica e de inspiração cristã, sem tonalidade totalitária. Socializar democraticamente, com inspiração nos Evangelhos. Haveremos de ter um Partido Trabalhista, Socialista Democrático Brasileiro, de inspiração cristã.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ANTUNES DE OLIVEIRA NA SESSÃO DE 12-9-77 E QUE, ENTRE-  
GUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO  
POSTERIORMENTE.**

**O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Inspirado no *Jornal de Brasília*, do dia 11 de setembro de 1977, leio, alegremente, as minhas teses, na voz de um eminente brasileiro, militar:

O ex-ministro do Superior Tribunal Militar, General Peri Bevilacqua, ao fazer um diagnóstico do atual momento político do País enfatizou que "a nação está no limite de sua paciência e a supressão da liberdade no Brasil já está durando demais". Invocando o nome de Deus, o militar, que apoiou logo de início o Movimento de 1964 acrescenta: "Só espero que essas manifestações sadias de civismo sejam sempre feitas dentro da lei, não a lei imposta, mas a lei do direito".

Ao apontar as medidas que considera fundamentais para a redemocratização do País, o General Peri Bevilacqua cita três, que classifica de "essenciais" para qualquer tentativa de abertura política: "A anistia ampla, ou seja, recíproca. A revogação imediata dos atos de exceção, para reparar os descabimentos das injustiças cometidas contra centenas de pessoas e desarmar os espíritos, evitando-se, assim, algo pior, e revogação das reformas de abril.

#### Movimento Sadio

A nação está agindo pacificamente, com sua natural e irreversível aspiração às urnas e ao Estado de Direito. Há um movimento sadio de civismo em todas as classes. No caso específico dos estudantes, por exemplo, é com muita simpatia que vejo o interesse deles pelos problemas de seu país, e considero extremamente, injusto acusá-los de subversivos, ver em suas atitudes uma eiva comunista.

Fazendo referência a alguns "fenômenos" que ultimamente observa no país, o ex-ministro do STM acrescenta:

— Atribui-se aos comunistas uma importância que eles não têm, embora gostassem muito se assim fosse. Esquecem-

se, entretanto, que eles também têm o direito de opinião, o direito de serem comunistas, como nós temos o nosso de não sermos. No Brasil de hoje descobriu-se uma solução, cara por sinal, para o controle dos comunistas: a repressão policial, quando todos sabem que é mais fácil controlá-los dentro da lei, como partido registrado.

Segundo Peri Bevilacqua, os movimentos políticos que ultimamente sacodem o país refletem uma única origem: "A nação está cansada, está no limite de sua paciência".

— Vejam o exemplo que nos vem da Espanha e de Portugal, nações que se reintegraram nos regimes civilizados depois de décadas de supressão das liberdades. Por acaso o comunismo desapareceu de lá por causa disso? O problema é que, no Brasil, criou-se uma indústria do anticomunismo, esquecendo-se de que a repressão contém dentro de si o germe que dinamiza o comunismo, esquecendo-se de que não foi por acaso que ele venceu na Rússia czarista.

Para o General Peri Bevilacqua, um dos aspectos que considera mais grave no atual momento político do país é o que chama de "desamor à liberdade". E explica:

— Nossa mocidade, está sendo educada nesse desamor, perigoso, porque pode levá-la às idéias ditatoriais. Ela está sendo anestesiada nos seus sentimentos mais nobres, e a parcela que reage é acusada de estar a serviço das ideologias estrangeiras. Não se pode e nem se deve deixar que isso continue.

Ao apontar as medidas que considera fundamentais para a redemocratização do País, Peri Bevilacqua não pensa duas vezes, e a resposta vem pronta e segura:

— Anistia completa. Esta é a primeira coisa a se fazer, para repararmos os descabimentos das injustiças, dos horrores que se praticaram ao acusar-se sem provas e ao condenar-se sem defesa, causando injustiças irreparáveis em alguns casos. A anistia representa o perdão, o esquecimento, o eterno silêncio. Ela tem a virtude de desarmar os espíritos e de extinguir a sementeira de ódios que as injustiças provocaram. É medida de alta sabedoria política. Só a anistia poderá conduzir ao restabelecimento da unidade moral do povo brasileiro, hoje dividido em revolucionário e não-revolucionário; vencedores e vencidos; perseguidos e perseguidores.

A incorporação dos atos de exceção na Constituição brasileira não aceita por Bevilacqua: "Seria perpetuar o estado policial, que leva a arbítrio. A sua existência, incrustada na Constituição, dominando-a, torna impossível a existência de democracia no País. O Estado de Direito é incompatível com ele, da mesma forma como o é a declaração dos direitos humanos, da qual o Brasil é um dos signatários.

A mesma importância dada à anistia e à revogação do AI-5, o ex-Ministro do Superior Tribunal Militar dá à revogação das reformas de abril, para ele, discricionárias:

É dito, ainda:

— Elas impedem a redemocratização ao criarem as limitações que se sabe, ao estabelecerem eleições indiretas para a Presidência da República, para os governos estaduais e para um terço do Senado.

Que os meus ouvintes e futuros leitores entendam estas mensagens: que interpretem, não só o meu pensar, o do General Peri Bevilacqua, mas o sentir de milhões de brasileiros. Que cada um defenda as teses, aqui, por mim apresentadas, defendidas, outrossim, por um militar autêntico.

Inspirado ainda, Sr. Presidente, na *Folha de Goiás*, de 1º de setembro de 1977, leio o seguinte:

A rua 104, no Setor Sul, denomina-se agora Rua "Aderbal Antunes de Oliveira", numa homenagem a um dos pioneiros de Goiânia. Ele chegou à velha Capital em 1930 e veio para Goiânia ao lado do seu fundador, Pedro Ludovico, a

quem apoiou como militar nas situações críticas da mudança da Capital. De grande coragem pessoal, foi premiado por heroísmo na Revolução de 32 e designado para missões delicadas pelo Governo, como o de delegado especial de 10 municípios goianos, de 1935 a 1941. Foi o fundador da Primeira Igreja Batista de Goiânia, hoje à Rua 13, centro, e da Loja Maçônica Adoniram, hoje na Avenida Universitária, centro. É citado nos livros de Ofélia Jaime Pina e Zoroastro Artaga, sobre a nova Capital. O homenageado é o tio de Walfredo Antunes de Oliveira Filho, Diretor do Indur, Glacy Antunes de Oliveira, pianista; Dilson Antunes de Oliveira, vice-reitor da UFG; Ary Antunes de Oliveira, pediatra; Aloisio Antunes Barreira, acadêmico de Arquitetura; Segifredo Antunes Machado, empresário, dentre outros. Uma homenagem justa.

Sr. Presidente, Pares ilustres

Aderbal Antunes de Oliveira, brasileiro denodado, serviu ao Brasil, servindo a Goiânia e a Goiás. Amigo das horas difíceis. Honrou e seguiu a filosofia da família Antunes de Oliveira, provindo dos antigos baianos, da tribo dos Tupiniquins

Aderbal Antunes de Oliveira merece as homenagens póstumas que está a receber

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, outro assunto me traz à tribuna

Junto aos estudantes, de uma feita, houve quem fizesse tudo para que eles pensassem em política. Levou-se uma hora para que os estudantes pensassem em política, e a conclusão foi a de que eles estavam tão desanimados que não desejavam pensar em política. Não acreditavam na Ciência Política. Então, o professor, inesperadamente, leu uns versos sobre políticos. Versos jogosos, lidos na esperança de que este método chamasse os estudantes à realidade de pensar em política com P grande. O Professor leu

“EU  
E OS  
POLÍTICOS”

“Eu fico lá e o J, cá  
Eu brigo a soco e o Jorge achute  
Eu sou pai e o Salgado filho  
Eu gosto de laranja e o Negrão de lima  
Eu crio coelho e o Armando falcão  
Eu sou franzino e o Bias forte

Eu vendo casas e o Milton campos  
Eu planto eucaliptos e o Israel pinheiro  
Eu torro café e o Raul pila  
Eu vendo terrenos e o Teixeira lott  
Eu mato mosquito e o Oswaldo aranha  
Eu caço lebre e o Danton coelho  
Eu sou filho e o Bruce neto  
Eu sou idoso e o Brito velho  
Eu corto cabelo e o Clovis pestana  
Eu provocho chuva e o João neves  
Eu dou pulo e o Mário pinote  
Eu vendo doce e o Plínio salgado  
Eu pinto paredes e o Jânio quadros  
Eu sou moreno e o Castello branco  
Eu estendo tapete e o Toledo pisa  
Eu vendo galinhas e o Magalhães pinto  
Eu lavo prato e o Antonio pires  
Eu sou de carne e o Adhemar de Barros  
Eu sou verdadeiro e o Adalberto franco  
Eu mato pato e o Miranda leão  
Eu vi o carro e o Alfredo aguiar  
Eu mato cobra e o Mattos leão  
Eu uso foice e o Pinheiro machado  
Admiral Lafaiete e o Hugo napoleão.  
Conclusão

Se eu não fizesse o Cordeiro faria.”

Em face da inesperada voz do professor declamador, em face do método, fora do comum, com uma espécie de poesia, original, jogosa, os estudantes se postaram atentos e discutiram sobre política.

Aprenderam que o País precisa de verdadeira política. Política é ciência. Política é arte. Cada político é um estadista pequeno ou grande. Estadista trabalhador, ou pouco trabalhador. Política partidária é um simples aspecto de Política. O importantíssimo é a Política. Os estudantes devem estudar Política. A Universidade deve dar aulas e aulas sobre Política. Servir ao Brasil é fazer Política.

O Professor sentiu-se pago, em seus esforços, pois, através de sua atuação e do recitar de uns versos hilariantes, conseguiu levar os estudantes, os universitários a se interessarem mais pela Pátria e a atenderem e apreciarem a Política. Num tom de brincado, num método jogoso, o Professor conseguiu que os estudantes aprendessem o sério.

Era o que tinha a dizer (Palmas Muito bem!)

# **CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

## **QUADRO COMPARATIVO ANOTADO**

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,  
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO  
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-  
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

**2 VOLUMES**

**1º VOLUME:**

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO  
CIVIL COM DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

**2º VOLUME:**

**NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:**

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZARD;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Código, Lei nº 5.869/73, alterado pela Lei nº 5.925/73.**

**PREÇO: Cr\$ 70,00**

**A venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

### **Seção I (Câmara dos Deputados)**

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre .....	Cr\$ 200,00	Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 400,00	Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

### **Seção II (Senado Federal)**

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre .....	Cr\$ 200,00	Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 400,00	Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

**CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL**

**Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF**

# **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

## **QUADRO COMPARATIVO**

**2ª Edição Revista e Atualizada — 1975**

**Com Suplemento 1977**

**VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00**

**CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:**

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, nº 5, de 28 de junho de 1975, nº 6, de 4 de junho de 1976, nº 7, de 13 de abril de 1977, nº 8, de 14 de abril de 1977, e nº 9, de 28 de junho de 1977.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas  
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal

**À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**  
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

# **SEGURANÇA NACIONAL**

**I — Legislação Constitucional**

**II — Quadro Comparativo: Decreto-Lei nº 898/69**

**Decreto-Lei nº 510/69**

**Decreto-Lei nº 314/67**

**Lei nº 1.802/53**

**III — Notas**

**IV — Jurisprudência**

**“Revista de Informação Legislativa” nº 39**  
**421 páginas**

**PREÇO: Cr\$ 25,00**

**À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à**  
**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**  
**Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,**  
**acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**  
**ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

# **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

## **Emendas Constitucionais**

- nº 1, de 1969,**
- nº 2, de 1972,**
- nº 3, de 1972,**
- nº 4, de 1975**
- nº 5, de 1975,**
- nº 6, de 1976,**
- nº 7, de 1977,**
- nº 8, de 1977 e**
- nº 9, de 1977.**

**EDIÇÃO JUNHO DE 1977**  
**(formato bolso)**

**194 páginas**

**Preço: Cr\$ 10,00**

**À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à**  
**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**  
**Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF**  
**acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**  
**ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**



# **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações, introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

**PREÇO: Cr\$ 35,00**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,**

ou pelo sistema de Reembolso Postal

# **TRÂNSITO**

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto do uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

**Preço: Cr\$ 25,00**

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00**